

SELMA CARMEM ALCANTARA ALVARENGA

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE
ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES
RURIS DO NORTE DO PARANÁ-1960/1969: O CASO DA
FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE.**

MARINGÁ - PR

2008

SELMA CARMEM ALCANTARA ALVARENGA

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE
ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES
RURAIS DO NORTE DO PARANÁ-1960/1969: O CASO DA
FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Priori.

MARINGÁ-PR

2008

SELMA CARMEN ALCANTARA ALVARENGA

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE
ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES
RURIS DO NORTE DO PARANÁ-1960/1969: O CASO DA
FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

ORIENTADOR: Dr. Ângelo Piori

2º Examinador:_____

3º Examinador_____

Maringá- PR, 2008.

AGRADECIMENTOS

À minha família, ao Profº Landulfo e Leonor, meus pais; ao meu marido Valter; a Vanessa Karla e Flávia Rafaella, nossas filhas, pelo amor, dedicação e paciência que sempre tiveram para comigo.

Ao meu orientador Profº Drº Angelo Priori e toda equipe de professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá pela dedicação, disponibilidade, atenção e apoio durante todo o curso do mestrado.

À Secretaria de Educação de Marialva na pessoa da Secretária de Educação, Cleonice Polessi Boschini, ao prefeito Humberto Feltrin e a diretora Márcia Zucolli (in memorian) que me concederam durante a realização dos créditos dispensa parcial do trabalho.

Aos meus colegas, Rosiane, Edilene, Márcia, Márcio, Sandra e Irene, por todo o incentivo e carinho.

Acima de tudo agradeço a Deus que está presente em todos os momentos da minha vida, me dando forças para vencer as adversidades, superá-las e realizar meus objetivos.

ALVARENGA, S. C.A. A atuação da Igreja Católica no processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais do Norte do Paraná- 1960/1969: o caso da Frente Agrária Paranaense.

Maringá, 2008. Dissertação (Programa de Pós - graduação em História – Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é analisar a história da Frente Agrária Paranaense (FAP). A FAP foi o braço institucional da Igreja Católica no processo de organização de sindicatos de trabalhadores rurais e na articulação de um movimento político contra as ações do Partido Comunista Brasileiro no campo, no Estado do Paraná, no período de 1960-1969.

O estudo foi produzido com base na documentação da Frente Agrária Paranaense, reunida pela Arquidiocese de Maringá e se constitui, fundamentalmente, nos documentos oficiais da instituição: cartas, relatórios, notícias de jornais e folhetos.

Com isso foi possível apreender todo o processo de construção das estratégias elaboradas pela Igreja Católica na institucionalização de um órgão de representação sindical, bem como as artimanhas e o combate ao comunismo, sintetizado nas ações do PCB.

Com o golpe militar de 1964 e o processo de repressão aos comunistas, a Igreja Católica recrudescer nas suas ações sindicais, levando ao fechamento da FAP em 1969.

Palavras- chave:

- 1) Frente Agrária Paranaense**
- 2) Movimentos Sociais**
- 3) Sindicalismo Rural**
- 4) Igreja Católica**
- 5) PCB**
- 6) Anticomunismo**

ABSTRACT

Alvarenga, S. C. A. The acting of the Catholic Church in the process of organization of the rural workers unions in the north of the state of Parana – 1960/1969: the issue about “Frente Agrária Paranaense”. Dissertation (History Post-graduation program- Master Degree). State University of Maringá.

This study has as objective to analyse the history of the “*Frente Agrária Paranaense*” (*FAP*). *FAP* was the institutional arm of the Catholic Church in the process of organization of the rural workers union and in the articulation of a political movement against the actions of the “*Partido Comunista Brasileiro*”- (*PCB*), on the field in the state of *Parana* during 1960 and 1969.

The study was done based on the documentation provided by *FAP*, reunited by the archdiocese of *Maringa* and it is mainly constituted of official documents from the institution: letters, reports, newspapers and leaflets.

In this way, it was possible to see the whole process of constitution of the strategies elaborated by the Catholic Church in the institutionalization of a secretary for union representation, as well as the combate against comunism, summarized in the actions of *PCB*.

Because of the military coup in 1964 and the repression to the comunists, the Catholic Church turned back in its union actions, leading to the closing of *FAP* in 1969.

Key-words:

- 1) **Frente Agrária Paranaense;**
- 2) **Social Movements;**
- 3) **Rural Union;**
- 4) **Catholic Church;**
- 5) **PCB;**
- 6) **anti-comunism.**

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I - Sindicatos fundados pela FAP P.128

Tabela II- Sindicatos fundados pela ULTAB..... P.131

SIGLAS

ADAR – Associação Diocesana de Assistência Rural
AP - Ação Popular
BOC – Bloco Operário e Camponês
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CO – Círculos Operários
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CONSIR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG – confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CÓS – Círculos Operários
CUT - Central Única dos Trabalhadores
D.S.I. – Doutrina Social da Igreja
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FAP – Frente Agrária Paranaense
FETAEP- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JOC – Juventude Operária Católica
LEG – Liga Eleitoral Católica
MASTER- Movimentos dos Agricultores Sem Terra
MEB – Movimento de Educação Base
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
TFP – Tradição Família Propriedade
UgTS- União Geral dos Trabalhadores
ULTAB- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO	27
A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA E OS TRABALHADORES NO CAMPO.....	27
1.1.-Doutrina Social da Igreja no contexto político- social.....	27
1.2- Encíclicas	36
1.3 - Igreja Católica e Trabalhadores Rurais.....	46
CAPÍTULO II.	52
COMUNISMO E ANTICOMUNISMO: O DEBATE CHEGA AO CAMPO	52
2.1- O PCB: a preocupação com o campo e a sindicalização rural	52
2.2- A legislação trabalhista e a Questão Agrária	63
2.3- A Igreja Católica e o anticomunismo-	82
CAPÍTULO III	90
A ATUAÇÃO DA FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE.....	90
3.1- Fundação da FAP	90
3.2- Estratégias de consolidação da FAP	109
3.3- O desfecho da FAP.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
FONTES.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a participação da Igreja Católica no processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais do Norte do Paraná. Para isso tomará como referência a experiência da Frente Agrária Paranaense no período de 1960-1969. O interesse pelo tema surgiu a partir de um conjunto de reflexões realizadas na elaboração da monografia de especialização sobre a organização dos movimentos sindicais no norte do Paraná (1950-1960) ¹.

Neste sentido, os trabalhadores rurais foram analisados como sujeitos históricos atuantes no processo de mobilização social no campo. Durante essa análise, percebe-se que personagens como o PCB responsável por intensa mobilização e organização social teve importante atuação nesse período. Em contraponto surgia nesse cenário de intensa luta pela posse da terra agrícola e direito social, a Igreja Católica, representada pela FAP, que fundamentalmente disputou com os comunistas o controle do processo de organização dos trabalhadores rurais do Norte do Paraná.

O lançamento da FAP (Frente Agrária Paranaense) levou a Igreja Católica, do Norte do Paraná, a atuar como contraponto ao sindicalismo de orientação comunista que alcançava rápido crescimento no período. Procura-se através dessa análise, entender os conflitos no campo entre a Igreja Católica e o PCB como fato político e social, onde as experiências sociais desses agentes abrem espaços para a

¹ Alvarenga, S. C. A. *Tensões Sociais no Campo: A Luta pela posse da terra no Estado do Paraná-1950-1960*. 2003. Monografia (Especialização em História e Sociedade) UEM.

participação política dos trabalhadores rurais e para a construção de identidades que motivam as lutas sociais.

Para compreender o posicionamento da Igreja Católica frente às questões sociais, pretende-se explicitar as formas de compreensão e autocompreensão do papel da Igreja enquanto instituição religiosa com função evangelizadora abrangendo sua atuação no meio político.

A Igreja Católica, neste sentido, é vista enquanto articuladora do processo de organização dos movimentos sociais rurais através de mobilizações sociais, estratégias de lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais. A análise da participação da Igreja nos movimentos sociais no campo do norte do Paraná procura recuperar as formas de relações sociais entre os grupos que trabalham no espaço rural e que foram expropriados dos direitos trabalhistas e sociais. Entender o que levou a Igreja Católica a aproximar-se desses movimentos rurais, organizando e orientando os sindicatos rurais, é o principal objetivo deste estudo.

Justifica-se um estudo como este pela importância de compreender o contexto de participação política e social dos trabalhadores rurais sob a influência principalmente da Igreja Católica que se mantinha em oposição ao PCB, como forma de um “despertar político” rumo à organização dos sindicatos rurais no Norte do Paraná²

O período de estudo proposto na análise foi marcado pelas lutas e organização dos trabalhadores rurais no Brasil. A região Norte do Paraná, integrada economicamente com o restante do país, também se viu envolvida pela efervescência política e social. Em todo o país, diversos conflitos e eventos foram testemunhos da organização social rural neste período. As lutas dos pequenos

² PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: Paiva, Vanilda (org.) *A Igreja e questão agrária São Paulo: Loyola*. 1985.

proprietários, dos arrendatários e dos posseiros para resistirem na terra, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados e a atuação dos congressos camponeses, desenvolveram o processo de organização política do campesinato. Crescia a luta pelo direito trabalhista rural e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a Igreja Católica, entre outras instituições, disputaram esse espaço político, interessadas nesse processo.

Diante dessa problemática, parece importante refletir sobre o que traz de novo ao estudo do tema. Na realidade, embora tenham sido encontrados alguns trabalhos que abordem o assunto, estes não tratam especificamente sobre a atuação da Igreja Católica como instituição tutelar dos movimentos dos trabalhadores rurais. Tais estudos abordaram o tema através de análises amplas sobre o PCB, Sindicalismo Rural ou sobre a Igreja no Brasil. Pensa-se que se pode ir além, na medida em que se emprega um tempo, um espaço e uma documentação delimitados, pesquisando mais de perto todo o processo de constituição, fundação e atuação do sindicalismo católico no norte do Paraná, no período de 1960-1969.

O interesse da Igreja com relação aos camponeses fez com que sua prática fosse sistematizada na ação social e política. Essa atitude baseava-se na análise do problema fundiário na América Latina, na concentração da terra, na separação entre o camponês e a terra, na eliminação da cultura camponesa e na postura dos governos em anular a participação política do campesinato na sociedade.

Segundo Martins, o estudo das lutas agrárias no Brasil tem produzido análises que se diferenciam, e produzem diferentes enfoques sobre a questão agrária e a reforma agrária. Para o autor essas análises procuram enfatizar apenas alguns aspectos dos problemas e situações sociais existente no espaço rural brasileiro. O autor denuncia a exclusão sofrida pelo campesinato e das situações

múltiplas que impedem a população rural de ocupar seu lugar na política. A análise abaixo nos permite um balanço crítico do conhecimento produzido sobre as lutas camponesas.

A exclusão do camponês do pacto político e o fato que cercara o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, político. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico.³

Sobre a problemática da violência no campo, o autor constata que a análise da questão agrária envolve o entendimento do deslocamento e ocupação da fronteira, enquanto geradora de divisão em classes sociais ou grupos étnicos, provocando conflitos e violência em determinadas organizações sociais em diversas regiões do país. Dessa forma Martins, destaca que:

Desde os anos 50, o deslocamento da frente de expansão e o processo de ocupação das terras novas da fronteira no Paraná, em São Paulo, no Mato grosso, em Goiás, no Tocantins, no Maranhão, no Pará, no Amazonas, em Rondônia, no Acre podem ser vistos de um modo novo, por meio do mapa geográfico da violência, pela explosão de conflitos fundiários que os acompanha.⁴

As análises da historiadora Zilda Iokoi⁵, destaca que o estudo sobre os trabalhadores rurais e suas lutas até a década de 1950, pautavam-se na relação patrão/cliente, negando o processo das relações sociais. A partir dos anos 60 teve-se uma nova abordagem, as análises passaram a privilegiar a experiência de vida dos trabalhadores rurais que ressurgem apoiados por setores da Igreja Católica articulados com o social.

Dessa forma, o trabalhador rural é visto nas análises, enquanto sujeito participativo das questões políticas aplicadas pelos mecanismos institucionais, como

³ MARTINS, J.S. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Rio Janeiro: Vozes. 1983. P.25.

⁴ MARTINS, J.S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: Novais. F. *História da vida privada no Brasil* (4). São Paulo: Cia das Letras, 1998. P.669.

⁵ IOKOI, Z.G. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec. FAPESP, 1996.

o código civil, que regulamentou o direito da propriedade no país.

Envolvida neste processo, a ação da Igreja Católica, como liderança rural consolida uma nova forma de participação social no norte do Paraná. Católicos e comunistas passaram a lutar separadamente, para organizar os trabalhadores rurais em entidades de tipo sindical ou associações.

Com a criação dos Sindicatos Rurais católicos, a Igreja procurou agir na resolução dos interesses trabalhistas como: salários, carteira assinada e previdência social. No entanto, seu principal objetivo era eliminar o movimento comunista que alcançava rápido crescimento no Norte do Paraná.

Assim, a Igreja passaria a denunciar as injustiças sociais, e ao lado dos trabalhadores rurais pretendia constituir uma luta constante contra a infiltração comunista no Estado. Enfrentando os conflitos de classe e as divergências institucionais, a Igreja no norte do Paraná, iniciaria uma experiência nova com os movimentos sociais rurais.

As novas necessidades e transformações ocorridas nas leis trabalhistas que se ampliaram para o cenário rural, permitiram a recuperação das lutas dos trabalhadores rurais no início dos anos 1960 garantindo uma nova ordem no espaço rural, que se constituía nas organizações do tipo sindical católica e comunista, ampliando-se para a disputa do controle sindical e para a possibilidade de produzir novas respostas com agilidade e eficácia, surpreendendo o poder público estadual e federal.

Foram anos conturbados de intensa participação e discussão acerca de problemas dos trabalhadores rurais, que até então se encontravam excluídos da política e da cidadania. Nesse contexto os trabalhadores rurais surgiram com um vigor e uma aparente capacidade de organização, sendo que os confrontos e

disputas entre a Igreja Católica e o PCB tiveram importância fundamental no processo de organização dos trabalhadores rurais da década de 1960 e que só foi anulada pelo golpe militar de 1964.

Assim, objetivamos entender como a Igreja Católica, nos anos 1960/1969, atuando como contraponto ao sindicalismo de orientação comunista e como órgão de representação, orientou os movimentos sociais rurais da região norte do Paraná na conquista de um maior espaço no cenário político e social.

Essa análise pretende abordar questões concretas reais baseadas em fontes diversas, amparadas em referenciais teórico-metodológicos que estruturará todo o processo de estudo e compreensão do tema proposto.

O estudo nos remete a análise de obras que percorrem o contexto de abordagem dos movimentos sociais, principalmente no tocante às lutas e resistência durante o processo de organização política dos trabalhadores rurais.

Um ponto a ser destacado sobre a temática em questão se refere ao conceito de movimento social, como são analisados quanto a sua formação e dinâmica interna.

As tensões e os conflitos gerados pelos interesses diversos na sociedade favorecem a criação de movimentos sociais. Um movimento social não é uma corrente de opinião, uma vez que questiona uma relação de poder que se inscreve muito concretamente nas instituições e organizações, é alvo de orientações culturais através das relações de poder e das relações de desigualdade. Nessa perspectiva, os sujeitos históricos envolvidos na pesquisa que se apresenta, fazem parte do que se denomina movimento social. Mas o que são movimentos sociais?

Essa expressão “movimento social” surgiu no início do século XIX na Europa Ocidental, com o autor Lorenz von Stein, em seu livro “História do Movimento

Socialista na França de 1879 aos dias de hoje⁶, sendo considerado para alguns autores um fenômeno originário da sociedade moderna, pois a sociedade industrial possibilitou a concentração de um grande número de pessoas que facilitou a mobilização, ou seja, uma participação ativa e consciente dessa massa na construção e reconstrução de suas sociedades.

A emergência desses sujeitos históricos no cenário político despertou a atenção de historiadores e cientistas sociais, que passaram a estudar esses movimentos buscando compreendê-los. De um lado, estão os que se preocupam com a “irrupção das massas na cena política” e consideram comportamentos coletivos da multidão como uma “manifestação de irracionalidade”; e por outro lado pesquisadores que vêem nos movimentos coletivos "um modo peculiar de ação social, variavelmente inserida ou capaz de se inserir na estrutura global da sua reflexão"⁷.

O valor de tais estudos está no fato de terem mostrado claramente a “ubiquidade da ação política popular, que pode ser difusa, episódica, sem qualquer doutrina ou expressar, sobretudo em termos religiosos ou culturais”⁸ no qual proporcionavam alterações significativas na sociedade, na medida em que os movimentos sociais com suas considerações ocasionaram no decorrer da História benefícios para a classe trabalhadora.

Herbet considera que os movimentos sociais também percorrem pela vertente da “necessidade de sobrevivência” que acaba se transformando em “luta contra a injustiça social e a busca pela organização de estruturas novas, diferenciadas, menos centralizadas por poucos em detrimento de muitos”⁹.

⁶ BOBBIO, N.et.al. *Dicionário de Política*. 9^a. Brasília. Editora da UNB, 1997. P. 786.

⁷ Ibid.p.787.

⁸ BOTTOMORE, T. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. P.38.

⁹ HERBERT, B. Comportamento coletivo. In: Alfred McClark (org) *Princípio de sociologia*. São Paulo:

Essa concepção de que os movimentos sociais trazem inovações deve-se aos acontecimentos dos anos de 1960, quando emergiram, de repente, movimentos em grande escala que expressavam descontentamento maciço e oposição relativa à ordem social e as políticas vigentes, que ocasionaram mudanças relevantes no campo trabalhista e político.

Os movimentos sociais podem ser considerados como empreendimentos coletivos para estabelecer nova ordem de vida. Têm eles início numa condição de inquietação e derivam seu poder de motivação na insatisfação diante da forma corrente de vida, de um lado, e dos desejos e esperanças em um novo esquema ou sistema de viver, de outro. (...) Nos seus começos, um movimento social é amorfo, precariamente organizado e inconsistente (...) ao desenvolver-se, um movimento social assume o caráter de sociedade. Adquire organização e forma, um conjunto de costumes e tradições (...) uma cultura, uma organização social e um novo esquema de vida.¹⁰

Como resposta à imposição de poder, o movimento social é definido por Touraine¹¹ como o esforço de um ator coletivo para se apossar dos “valores”, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder.

Segundo Touraine essa concepção tem um objetivo que é a defesa do sujeito, a luta pelos direitos e a dignidade dos trabalhadores. Nesse sentido um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural que visa sempre à realização de valores culturais e ao mesmo tempo a vitória sobre um adversário social.

O termo “movimentos sociais”¹² diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das

Herder, 1962. P.244.

¹⁰ Ibid.p.245.

¹¹ TOURAINE, A. Lês Mouvements sociaux. In *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973. P.330-334.

¹² Ibid.p.340.

recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.

Na visão de Touraine os movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Evidentemente, essa mobilização é realizada contra um opositor, que resiste.¹³

Entende-se que os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. Agem por si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios. Assim, os movimentos não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais da sociedade, disputando a direção de seu campo cultural.

Nesse sentido, torna-se necessário diferenciar um movimento social e as condutas coletivas. Um movimento social indica muitas vezes um novo modo de organização, de construção do campo social e cultural. As condutas coletivas não podem ser reduzidas a reações, a uma crise organizacional ou a pressões institucionais.

Assim como aponta A. Touraine

Todo movimento social, seja de uma classe dirigente ou de uma classe dominada, contém em si a utopia da sociedade transparente e racional, sociedade sem classes, marcada por tensões e oposições, que permanecem sempre interiores a um modelo racional e humano de organização social.¹⁴

Os novos fenômenos tornaram-se evidentes nos anos de 1970 impulsionando uma ampliação de possibilidades analíticas sobre os estudos dos movimentos

¹³ Ibid. P.340.

¹⁴TOURAINÉ, A. *Lês Mouvements sociaux*. In *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973. P.342.

sociais. Dessa forma, essa nova postura rompe a unidade das conceituações tradicionais e promovem novas formas de entendimento do mundo. Para Melucci¹⁵ estes movimentos são uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, que se diferenciam de outros tipos de ação coletiva porque desenvolvem um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação.

Gohn¹⁶ considera que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas.

As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento a partir de interesses em comum. Segundo Gohn, esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, é uma noção presente em diferentes espaços sociais, desde o erudito, o acadêmico, o político, das políticas e também dos políticos, e no meio popular.

As diferentes interpretações e concepções sobre o que é movimento social na atualidade podem ser atribuídas a três fatores principais: a) mudanças nas ações coletivas da sociedade civil em relação ao seu conteúdo; b) as práticas e ações das formas em que se organizam; c) e as bases sociais.

Nesse sentido, os movimentos sociais possuem caráter político, pois eles politizam as demandas sócio-econômicas, políticas e culturais, colocando-as na

¹⁵MELLUCI, A. Um objetivo para os movimentos Sociais? *Lua Nova*, n.17, jun/1989. P.49-66.

¹⁶GOHN, M.G. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1997.

esfera pública da luta política. Paralelamente à emergência de novos campos de ação política, começaram a surgir novas formas de “fazer política”, e conseqüentemente novos agentes políticos.

Analisar a política requer, primeiramente, distinguir as várias maneiras pelas quais os grupos sociais se engajam na política, e a natureza dos grupos envolvidos, pois há uma grande diversidade desde protestos esporádicos, revoltas, rebeliões até as atividades mais contínuas de partidos políticos organizados, grupos de pressão ou militares politizados.

Para a discussão acerca do conceito de política, que envolve a problemática do tema, entende-se a importância da análise de René Remond¹⁷ ao abordar que a crise da nova História possibilitou o retorno do acontecimento e da história política ampliando-se para o social.

Segundo o autor a história passou por um período de revés onde se interessaram pelas profundidades, detalhes, negligenciando os acontecimentos. Assim, entende-se que a história política não se reduz ao acontecimento e sim, atribui importância ao evento mesmo que “um acontecimento possa ser outra coisa que não político”.

O retorno do político é tido não como narrativa no sentido tradicional, nem como superestimação do acontecimento, mas como resultado de dois fatores: a evolução do ambiente ideológico e da consciência, e a autonomia que resulta na capacidade de determinação.

Remond destaca que é preciso ter uma definição ampla com referência ao “conceito de poder”. Entende que o poder é o ponto máximo, não só aquele exercido pela sociedade global em território definido por fronteiras, mas as formas de

¹⁷ RÉMOND, R. Do Político. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed., UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

contestações desse poder, a relação indivíduo e sociedade global política, o estudo das escolhas, convicções, das lembranças, das memórias, da cultura. Assim, o conceito de político não é definido, é mutável e apresenta-se em geometria variável, sendo por isso, retrátil e extensivo.

Desta forma, compreende-se que o conceito renovado de político aplica-se a tudo o que perpassa a existência humana individual: a vivência cotidiana e os acontecimentos sociais e culturais como forma de perceber a duração e distinção entre o que fica e o que muda como investigação histórica da sociedade.

Impulsionada pelo trabalho de E. P. Thompson, que resgata a ação humana na história ao trabalhar com um campo específico, o campo da cultura e da experiência, esta pesquisa pretende levantar alguns elementos que possam indicar a formação da organização política dos trabalhadores rurais do Estado do Paraná, através da luta empreendida por essa categoria no período de 1960-1969.

O tema, no tocante ao espaço rural, antes excluído das abordagens conceituais tem nas obras de Edward P. Thompson, sobretudo as que destacaram o problema da tradição popular e camponesa e as que refletiram sobre os diferentes sentidos da “revolta”, a possibilidade de desenvolver uma maior sensibilidade para olhar os sujeitos políticos e sociais de forma a privilegiar suas experiências, tradições, protestos, como práticas contestatórias no processo de lutas e resistência.

Os estudos de Edward Palmer Thompson reúnem aspectos unificados pelo tema do costume e sua manifestação na “cultura dos trabalhadores” no século XVIII e parte do XIX, consideram a existência de uma consciência forte da classe trabalhadora no século XVIII. Pautados nesses costumes, os trabalhadores reivindicavam seus direitos.

Por meio dos conflitos dos trabalhadores que se desencadearam na Inglaterra

durante o período abordado, o autor busca perceber como se formaram a classe e a consciência de classe e ainda, como esses “fragmentos residuais das antigas estruturas são revividos e reintegrados no âmbito dessa consciência de classe emergente”.¹⁸

Estudos como os de Thompson renovaram a visão historiográfica com relação à análise das classes trabalhadoras urbanas e rurais. Novas temáticas e questões foram propostas no campo historiográfico, valorizando principalmente as experiências culturais das classes, as tradições, seus costumes e valores.

Assim, o campo e os agentes sociais que agem em sua transformação têm se tornado importante contexto de pesquisas e análises para o historiador. Eric Hobsbawm, a exemplo, procurou em várias de suas obras, recolocar o campesinato no cenário social e político, abordando os diversos processos revolucionários do mundo contemporâneo.

Eric Hobsbawm estuda as relações políticas dos camponeses com outros grupos sociais, exteriores à sua comunidade, analisando as situações em que os camponeses se defrontam com movimentos e problemas políticos do século XX.

Segundo o autor, os maiores movimentos camponeses apresentam caráter regional ou são coalizões de movimentos regionais. Destaca que nem todo confronto assume de fato, caráter revolucionário, pois, seria um erro pensar em cada incidente de contestação camponesa pela força como um “levante” ou uma “insurreição”. Mas “ele pode também devido à crueza da típica relação de força que implica prestar-se à revolução”.¹⁹

Considero esta análise essencial para pensar o mundo dos trabalhadores

¹⁸ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P.21.

¹⁹ HOBBSAWM, E. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. P.230.

rurais. Claro que o autor trata do movimento camponês dentro de uma historicidade que lhe é própria, porém levanta elementos para um importante debate que é o papel político do campesinato bem como seu reconhecimento social.

A metodologia utilizada na elaboração desta análise foi a pesquisa historiográfica em livros, revistas, jornais, ofícios, telegramas, estatutos, cartas, relacionados na abordagem dos acontecimentos históricos que envolvem o tema em questão. Este material depois de selecionado foi lido, analisado e citado com o intuito de oferecer informações essenciais para o entendimento do que se estabeleceu como objetivo ao escolher o tema. Para compreender uma questão que teve grande importância na formação da organização política dos trabalhadores rurais do Paraná, fez-se necessário analisar o contexto de fundação e atuação da FAP como formadora de uma mentalidade social com reflexos sociais, culturais e políticos.

Para tanto, foi analisada a documentação da FAP, que se encontra na forma de um arquivo microfilmado, organizado pela diocese de Maringá através do Bispo D. Jaime Luiz Coelho, sendo constituídos por uma série de cartas, telegramas, estatutos, discursos e relatórios. Além de orientações por escrito concedido através de entrevista pelo bispo de Maringá. É um material específico que necessita ser analisado dentro dos parâmetros de uma metodologia que lhe é peculiar.

Para a análise dos documentos da FAP procurou-se entender e desvelar o discurso contido nos escritos como produto de um grupo social que os criou a partir de determinadas relações de poder. A análise desenvolvida construiu inferências nas representações já existentes.

Dessa forma, parte-se do princípio que a documentação utilizada remete a um discurso produzido por um determinado grupo com uma finalidade específica, ou

seja, constitui-se num campo de informações, objetivando o controle de uma situação. Os documentos não devem ser tratados como um fim em si mesmos, mas devem ser utilizados para realizar um diálogo tendo como referência o contexto histórico a ser pesquisado. O historiador deve adotar certa flexibilidade ao trabalhar com uma determinada metodologia, pois é no decorrer da pesquisa que as hipóteses se confirmam e através da leitura e interpretação dos documentos que se pode chegar a novas possibilidades para a pesquisa histórica.

No tocante ao trabalho direto com essas fontes, elas requerem determinados cuidados metodológicos. No entanto, é importante sinalizar que os documentos analisados são importantes para a interpretação do nosso passado recente. Não só permite apreender as formas de controle da sociedade como desvelam as regras internas dos processos sociais e os mecanismos de dominação e de controle que imperam na sociedade.

Thompson²⁰ em “A Miséria da Teoria” aborda a questão do conhecimento histórico, bem como as questões metodológicas necessárias para se trabalhar com a fonte histórica. Segundo o autor os objetos imediatos do conhecimento histórico são os fatos, as evidências e esses métodos só podem ser conhecidos a partir de métodos históricos.

Entende-se que o conhecimento histórico é por natureza incompleta, mas nem por isso inverídico, é também provisório, seletivo e limitado, mas nunca acabado. Deste modo, só as perguntas certas serão aceitas pelo documento. É preciso manter um diálogo permanente com o documento.

Ainda segundo Thompson, o objeto do conhecimento histórico é a história real, o vivido, o passado, aquilo que efetivamente aconteceu. O autor alerta que o

²⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

historiador deve estar ciente que o estudo do passado não pode mudar o mesmo “nada na história modifica a história, o que muda são as interpretações do passado”.

Portanto, pode-se considerar que o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas um processo inter-relacionado. O que é mutável na história são as interpretações em torno do passado, as diversas maneiras de contá-lo e analisá-lo, e essas maneiras dependem muito das preocupações de cada geração.

É preciso manter ainda certa disciplina para não transformar o trabalho do historiador em julgamento de valor. De acordo com o autor é preciso tratar o objeto com certa subjetividade, pois é a subjetividade do historiador que vai fazer com que tenha determinado enfoque, só que essa subjetividade tem que ter limite. O limite está no documento e na possibilidade de diálogo que se pode estabelecer com a fonte documental.

Thompson enfatiza que o “objetivo da história é reconstituir”, “explicar” e “compreender” o seu objeto. Para o autor, as hipóteses são formuladas com o intuito de explicar “a formação social do passado”, no entanto, argumenta que o conhecimento não pode tornar-se prisioneiro do passado, pelo fato de que:

Ele nos ajuda a conhecer quem somos, porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestam e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e as formas do processo social. Deve haver um intercâmbio com outros conhecimentos e outras teorias.²¹

Dessa forma, é preciso deixar claro que a “lógica histórica é falível”. Mas na medida em que há a possibilidade de multiplicação de fontes, abordagens e métodos em torno de um dado objeto “limitam-se os perigos de erro”. Portanto, o autor acredita que:

As evidências quanto a qualquer episódio particular podem ser imperfeitas: haverá muitas lacunas se examinarmos os resultados na forma de fatos isolados em séries, mas (pelo menos na história menos distante) sobrevivem evidências suficientes para revelar a lógica do

²¹ Ibid.p.59.

processo, sua consequência, as formações sociais caracterizadas.²²

Trabalhar com uma massa documental como essa nos impõe diversos desafios. Não cabe ao historiador apenas reconstruir a realidade à luz dos documentos. Alcançar a realidade é quase impossível. Mas prescindir do princípio da realidade, inferindo que ela é incognoscível nos parece insustentável desde o ponto de vista profissional como do ponto de vista lógico. Claro que não se trata, ao pesquisar os documentos produzidos pela FAP, de buscar o que realmente se passou, e sim estar atento às coisas, aos indícios e pistas, pois são “as versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com freqüência”²³, que nos permitem captar uma realidade mais profunda, talvez, de outra forma inatingível.

Utilizando da proposta metodológica de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, procurou-se discutir o contexto da produção documental, buscando “o nexo entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extras textuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos...” sempre relacionando ao social.²⁴

É com base nessas abordagens teórico-metodológicas que este trabalho pretende se pautar, de forma que o tratamento para com a pesquisa historiográfica e a análise de fontes documentais possa desenvolver um estudo inédito do papel da Igreja Católica no processo de organização dos trabalhadores rurais no norte do Paraná (1960-1969).

Objetivando uma melhor contextualização deste trabalho, o primeiro capítulo abordará aspectos sobre a Doutrina Social da Igreja, as encíclicas; a Igreja Católica e

²² Ibid.p.59.

²³ CHALHOUN, S. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986. P.23.

²⁴ CARDOSO, C; F. e VAINFAS, R.(ORG.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P.19.

os trabalhadores rurais; o catolicismo e os conflitos sociais.

No segundo capítulo a análise destaca aspectos sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sua atuação no campo e a sindicalização rural, a luta pela posse da terra no norte do Paraná; a legislação trabalhista e a Questão Agrária e a ação da Igreja, dando relevância aos elementos de atuação do anticomunismo brasileiro.

No terceiro capítulo do estudo analisam-se aspectos sobre a Frente Agrária Paranaense, o processo que levou a Fundação da FAP, as estratégias de consolidação da FAP destacando os encontros, congressos e o relevante papel da imprensa como órgão divulgador, no sentido de entender os mecanismos de ação da FAP no norte do Paraná. No desfecho da FAP, apresentam-se as últimas manifestações da entidade como representante sindical.

Nas considerações finais, abordam-se as principais questões desenvolvidas durante a análise, procurando levantar algumas conclusões e definir aspectos que envolveram o processo de realização da pesquisa.

CAPÍTULO I

A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA E OS TRABALHADORES DO CAMPO

1.1 Doutrina Social da Igreja no contexto político- social

Neste capítulo procura-se compreender como ocorreram as mudanças doutrinárias que levaram a Igreja Católica a assumir uma ação social e política em sua estrutura institucional que irá, conseqüentemente, afetar a postura católica em todo mundo.

A Doutrina Social da Igreja (D.S.I.) é entendida como um conjunto de concepções e orientações relativas ao funcionamento sócio-político, econômico e cultural da sociedade, baseada na Sagrada Escritura, em especial o Evangelho, nos escritos apostólicos, na tradição da Igreja dos primeiros séculos do cristianismo e nos diferentes pronunciamentos, especialmente as Encíclicas Sociais.

A história da D.S.I. se inaugura oficialmente com a encíclica *Rerum Novarum* (1891) e desdobra-se em outros documentos pontifícios, muitos deles comemorando aniversários da primeira grande encíclica social. Tal foi o caso da *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931); das *Radiomensagens* de Pio XII (1941,1951); da *Mater et Magistra* de João XXIII (1961); da Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* de Paulo VI (1971); da *Laborem Exercens* de João Paulo II (1981) e *Centesimus Annus* de João Paulo II (1991).²⁵

O anúncio da reformulação da prática social da Igreja muda sua postura de

²⁵ CNBB, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Pontifício Conselho “Justiça e Paz”. São Paulo: Paulinas, 2005.

neutralidade quanto à questão política. Assim, quando houve a mudança em documentos oficiais da Doutrina Social Católica surgiu também a possibilidade de abertura a um caráter de identidade política. Essa instituição passa a inserir em sua abordagem religiosa a ótica de uma nova visão dos princípios sociais, principalmente a moral individual, advertindo sobre questões como o abuso de poder e corrupção.

Segundo Sutor²⁶, a Doutrina Social não pode ser encarada como uma "terceira via", um caminho intermediário entre o capitalismo e o socialismo, uma agenda econômica ou política, e muito menos pode ser considerada um "sistema". Ainda que critique o socialismo e o capitalismo, ela não é uma proposta técnica e sim uma Doutrina moral, que surge do conceito cristão de homem, de pessoa e de sua vocação para o amor.

Assim a doutrina construída pela Igreja não é vista como uma utopia, no sentido de um projeto social impossível de alcançar mas um conjunto de princípios, critérios e diretrizes de ação com o objetivo de interpretar as realidades sociais, culturais, econômicas e políticas e constitui-se numa aplicação dinâmica dos ensinamentos de Cristo para mudar as realidades e as circunstâncias das sociedades e culturas concretas.

A Doutrina Social Católica adaptou as normas e princípios religiosos às situações históricas concretas diante de uma conjuntura de mudanças mundiais. O anúncio doutrinário sensibilizou a Igreja Católica para os problemas do terceiro Mundo, para a paz internacional e os direitos humanos.

Esse fato também é percebido na Encíclica Social *Rerum Novarum* de 1891, que teve divulgação rápida e que atuou poderosamente nos países em que já havia

²⁶ SUTOR, B. Da justiça Social para a justiça política: Questionamentos para o desenvolvimento da doutrina Social da Igreja. In: *Consciência Social: A história de um processo através da doutrina Social da Igreja*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 1994. P.102.

iniciativas político-sociais.

Diferentes setores de dentro da Igreja apresentam modelos para influenciar a sociedade, porém as ações da instituição muitas vezes não dependem da posição desses setores. O setor hegemônico da Igreja Católica não ignora nem os próprios interesses e age de forma a influenciar o contexto social. Segundo Mainwaring,

Como em qualquer outra instituição, uma Igreja é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral. Mais especificamente, que ideologias políticas da sociedade brasileira tenham influenciado a concepção de fé da Igreja. Por sua vez, conflitos sociais, e a forma pela qual o estado tentou resolvê-los ou suprimi-los, determinaram em grande parte essas ideologias e concepções da política. A luta política pode fazer com que identidades sociais e as ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e ideologias. De modo geral, as práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam porque surgem novas idéias, mas sim, porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender a realidade.²⁷

Entende-se que a Igreja ampliava-se para o social, no sentido de envolver as instituições dentro dos conflitos de sua época. Assim a Igreja tornou-se afetada pelas mudanças políticas e sociais, procurando reformular as concepções de sua própria missão.

As análises da Igreja ou de um movimento da Igreja não deveriam considerar suas transformações como resultados diretos e inevitáveis de mudanças históricas mais amplas, nem negligenciar o impacto das mesmas. É necessário compreender a auto identificação da instituição como se expressa através de seu discurso e de suas práticas, assim como as mudanças sociais que possam alterar essa identidade. Se uma Igreja ou movimento religioso permanecer fora do debate político e definir sua missão como estando acima da política é possível que esse processo não venha afetar diretamente a maneira pela qual ela percebe a própria missão.²⁸

Percebe-se que a Igreja Católica, ao tornar-se centrada na ação social, a mudança e o conflito político atuaram diretamente na instituição. As relações com diferentes forças sociais desenvolveram novas visões de política e os debates se

²⁷MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. P.25.

²⁸MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. P.26.

refletiram na reformulação de sua própria ação. Suas concepções de fé mudaram não somente pelos interesses institucionais, mas principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela. Nesse contexto, a Igreja é vista não somente como objeto de mudança, mas como uma instituição importante, que exerce influência sobre a transformação política que afeta a formação da consciência das várias classes sociais.

Neste caso, no Brasil, a Igreja Católica teve que enfrentar cada vez mais a concorrência de filosofias e ideologias, como a comunista, e na concorrência pelo controle do monopólio ideológico, modificou seu comportamento e passou a interessar-se também pela questão social.²⁹

Sobre a questão Hans expõe que:

No Brasil, na primeira década do século XX, teve início um processo de urbanização que não conservou as relações paternalistas e clientelistas; uma industrialização, ainda que tímida levantou problemas nos locais de trabalho e de direitos trabalhistas e provocou trocas de camadas sociais. Em 1922, foi fundado o partido comunista. A partir de então, a questão social se tornou um tema importante para a igreja brasileira e para as instituições eclesiais. Mesmo que retardamente, também no Brasil a encíclica dos trabalhadores se tornou a impulsora de um catolicismo cada vez mais claramente social que procurou respostas para os problemas sociais adequadas às circunstâncias.³⁰

Diante destes acontecimentos, essa instituição passa a desenvolver práticas pastorais, entre a classe operária urbana e no meio rural. Citaremos alguns exemplos:

Em 1932, surge o movimento dos Círculos Operários defendendo posições ideológicas conservadoras. Com os Círculos Operários a Igreja pretendia agir junto

²⁹ De acordo com pesquisa realizada no jornal Folha de São Paulo, verificamos que atualmente 64% dos brasileiros acima de 16 anos se declaram católicos percentual que diminuiu comparado a épocas anteriores. Em dezembro de 1996, eram 74%, em 1998 72%, em 2002, 70%. Esses dados confirmam o crescimento no Brasil de brasileiros pertencentes a religiões evangélicas pentecostais que em 2007 atinge 17%. Jornal Folha de São Paulo, p.2-3. Seis de maio de 2007.

³⁰ Hans, J.K. A questão social na América Latina e no Brasil Fins do século XIX, inícios do século XX. In: *Consciência Social: A história de um processo através da doutrina social da Igreja*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 1994. P.139.

aos operários na garantia de capacitação para a autonomia e fortalecimento de suas organizações. Apesar dos Círculos Operários atuarem principalmente no meio urbano, eles foram fundamentais na organização de vários grupos de intervenção rural.

O Movimento Circulista defende a socialização dos meios de produção das grandes unidades produtivas, rurais e urbanas. Defende a propriedade individual e social, via empresa de autogestão e cooperativas, que assegurem a decisão ativa e organizada dos trabalhadores e a livre disposição social que garanta a participação na direção administrativa e econômica da empresa.³¹

Entendidos como unidades produtivas rurais e urbanas, os Círculos Operários, atuaram na luta em defesa da propriedade individual e social. Assim, todo o resultado do trabalho e decisões sócio-econômicas deveriam caber exclusivamente aos trabalhadores envolvidos no trabalho.

Todos os investimentos, isto é, todos os meios de produção, por serem sociais, são assumidos pelos trabalhadores de forma coletiva. Cada um capitaliza grande parte do resultado de seu trabalho para manter o emprego e criar empregos novos para os filhos e a comunidade em geral.³²

Para a Igreja, a formação dos Círculos Operários representava o fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores na “luta pela justiça”. Por meio da educação e formação dos trabalhadores organizava-se a participação social, que acontecia não só dentro dos círculos, mas em organizações populares.

A JOC (Juventude Operária Católica) é um exemplo dessa ação modernizada do trabalho pastoral que visava orientar a classe trabalhadora operária. Esse movimento passou a discutir temas como as condições de trabalho nas fábricas, horas de trabalho, intervalos adequados para o almoço, entre outros.

31 LAUSCHNER, R.P. A Nova carta de princípios doutrinários e programáticos do movimento circulista e a Doutrina Social da Igreja. In: *Consciência Social: A história de um processo através da doutrina social da Igreja*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 1994. P.224.

32 Ibid. P.223.

Nesse sentido, no final da década de 50, a JOC passou a se envolver mais em questões políticas, começando a transformar-se em um dos mais importantes grupos leigos na Igreja Brasileira. Desta maneira, a politização da sociedade durante o final do período populista fez com que se aproximasse mais da atividade política da classe operária.

Na segunda metade da década de 60, a atuação da JOC tornou-se mais intensa. Nesse período, a JOC deixa o reformismo para agir em um movimento abertamente anticapitalista. A ação repressiva militarista de 1970 sufocou a atuação da JOC que iniciava a defesa dos direitos humanos.

De fato, como expõe Heller da Silva³³, essas tendências conservadoras mais radicais da Igreja procuravam combater a ascensão do Comunismo e se limitou ao “proselitismo” junto à “opinião pública” e aos círculos de poder.

No entanto, alguns movimentos católicos influenciados pela Teologia da Libertação aproximaram-se da esquerda. A intervenção das esquerdas católicas no cenário rural começou no Nordeste a partir da criação de um processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, na luta pela Reforma agrária e no combate ao comunismo. Equipes organizadas sob o controle da MEB agiram no Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão e Bahia como formadores do sindicalismo rural e na seleção de estratégias de ação social.

Essa forma de mudança política influenciou nas mudanças eclesiais e doutrinárias. Novas noções teológicas são construídas ao priorizar a justiça social. Estimulados pelas novas orientações da Doutrina Social, a Igreja intensificou novas formas de atuação e organização, destacando os problemas cotidianos, como a pobreza e a exclusão social.

³³ SILVA. O.H. *A Força e a Cruz. Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa De Bassi, 1996.

No começo dos anos 1960 nasceram as primeiras CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). No campo e na cidade foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular.

O surgimento das CEBs refletiu mudanças na forma e na liderança do processo de inovação eclesial. A transformação recente da Igreja brasileira iniciou-se nos anos 50 e culminou com o surgimento da esquerda católica. Havia três agentes principais: os jovens radicais, os bispos progressistas e os progressistas nas bases. Essas mudanças iniciadas pela Igreja na década de 1950 resultaram em uma conjunção de alterações na política e na sociedade brasileira e de mudanças na Igreja internacional. Dessa forma, pode-se afirmar que este período constituiu-se em um momento de intensa ação da Igreja Católica no espaço rural.

Surgem a partir de 1960 algumas tendências católicas de direita como a TFP. Este movimento teve como principal característica a constituição da nova postura da Igreja ao ampliar-se para as questões políticas e sociais.

A atuação católica centrou-se em movimentos coordenados pela extrema direita como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade, formados por grupos católicos ultra-ortodoxos, conservadores e monarquistas. Essa postura, assumida pela Igreja Católica, desconsiderava qualquer forma de mudança no meio rural. Opunham-se a toda espécie de reforma agrária, pois “propriedade e família são inseparáveis uma da outra”.³⁴

A Igreja desde 1954 se reunia em Assembléia Geral da CNBB e pronunciava

³⁴ Ibid.P.223.

sobre a necessidade de ação no meio rural.

A Igreja, pela sua autoridade moral e influência incontestável exercida no meio rural, cabe um papel relevante na realização da reforma agrária. Através da palavra, do estímulo e da orientação dada aos fiéis, os Exmos. Srs. Bispos em suas dioceses e os Revmos. Srs. Vigários em suas paróquias rurais atuarão decisivamente em vários sentidos.³⁵

Esse posicionamento da Igreja influenciou nas demais cartas pastorais, privilegiando a ação ao meio rural. Além disso, a Igreja anunciava a negação da luta de classe e ressaltava o papel da Igreja como transformadora da sociedade. Surgem assim ações católicas diferenciadas, tendo como referencial o discurso de justiça social cristã.

Segundo Paiva, a CNBB apresenta três documentos sobre a questão agrária. O primeiro “a Igreja e a reforma agrária” de 1954; o segundo “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro” de 1961, e o terceiro, “A mensagem da Comissão Central”, de 1963.

Dois aspectos ressaltam a importância destes documentos: primeiro, por serem oriundos da cúpula do episcopado nacional e, segundo, por significarem uma síntese do pensamento e da ação da Igreja. Por outra parte, tais documentos refletem igualmente as influências do contexto político da época. As duas primeiras declarações deixam transparecer as marcas da crise política institucional por que passava o Brasil (o suicídio do presidente Vargas e a renúncia de Jânio Quadros). E a terceira a polarização do debate e das posições políticas em torno dos projetos de reforma agrária.³⁶

Para a CNBB, a reforma agrária era vista como um conjunto de medidas que visam modificar o atual estatuto jurídico social da propriedade rural. Neste sentido a intenção era a de vincular o homem a terra como seu proprietário. Desta maneira, possibilitaria o acesso a terra para “àqueles que estejam aptos a se tornar proprietários”. Outro fator de interesse da Igreja está em criar condições para que o

³⁵ Ibid.P.102.

³⁶ PAIVA, V. (Org). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. P.87.

homem obtenha e use adequadamente a terra.

Seis são os objetivos da reforma agrária segundo a Doutrina Social:

- 1) A justa distribuição da propriedade;
- 2) A valorização do elemento humano;
- 3) A fixação do homem a terra;
- 4) A remoção dos obstáculos que impedem ou dificultam a aquisição de terras e o seu uso adequado;
- 5) A melhoria das condições de vida;
- 6) A estabilidade da família rural.

Para a Igreja Católica, a reforma agrária teria que respeitar e consagrar a “propriedade individual” como elemento básico. Além disso, deveria ser gradativa, comportar medidas a curto e em longo prazo, ser ponderada e firme, lenta nos seus efeitos e realizada dentro dos padrões da política dominante.

Mais uma vez se pode constatar o temor existente no seio da Igreja da agitação e da revolução no campo, identificando-os, sempre, com o comunismo. A reforma agrária embora necessária deve ser, antes de tudo, conduzida por governos de confiança. O apoio explícito e a mobilização que a Igreja busca fazer demonstram o empenho em considerar a experiência paulista como exemplo para todo o país.³⁷

Essa postura assumida pela Igreja é uma forma de justificativa e de legitimação, diante da efervescência do movimento social dos trabalhadores rurais. Entende-se que a atuação na organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, na luta pela participação política e social, levaria a Igreja a alcançar o controle do movimento social rural e a desestruturação do sindicalismo comunista.

As disputas pela hegemonia com forças sociais de bases ideológicas divergentes, sobretudo o PCB, moveram-se com o principal objetivo de suas ações,

³⁷ PAIVA, V. (Org) Igreja e Questão Agrária, São Paulo: Edições Loyola, 1985. P.95.

seja internamente entre os vários setores do clero ou externamente com outras forças sociais e políticas.

Uma idéia-força dominante nos pronunciamentos religiosos é a concepção do meio rural como comunidade, no sentido antropológico tradicional. Para a Igreja, as idéias e os movimentos que buscam compreender a realidade rural por outros parâmetros que não os da cultura dominante são considerados por ela como estranhos, que vêm do urbano. Sedimentam-se, aqui, uma perspectiva dualista e polarizadora. (...) Esta visão cria na Igreja a necessidade de “proteger” o homem do campo, cabendo-lhe resguardar a comunidade rural de transformações virulentas, isto é, fora de seu controle.³⁸

Desta forma, para entender os movimentos dos trabalhadores rurais, faz-se necessário buscar a referência de aspectos econômicos localizados no espaço rural, na divisão social do trabalho, na estrutura econômica da sociedade capitalista brasileira, em relações sociais como: expropriação, subordinação, exploração política e ideológica das classes dominantes bem como nos agentes orientadores de uma postura política como a Igreja Católica.

³⁸ Dualista porque desintegra o setor rural da estrutura social da sociedade. Polarizadora por opor a cidade ao campo como elementos isolados. Ibid.P.101.

1.2 Encíclicas Sociais

As Encíclicas analisadas abaixo têm por objetivo apresentar questões fundamentais da Doutrina Social da Igreja Católica dos tempos do papa Leão XIII até o período do papado de João XXIII, período que abrange o tema em questão (1960-1969). Procura-se entender o surgimento das Encíclicas papais, principalmente da *Mater et Magistra*, no sentido de compreender sua influência sobre a formação do sindicalismo católico, que estava articulado com o processo de renovação da Igreja.

A ação social e a fé são tidas como unidas em um processo amplo de mudanças e inovações dentro da Igreja. As Encíclicas Sociais aqui analisadas oferecem um quadro completo das linhas fundamentais do «*corpus*» doutrinal do ensinamento social católico, ao propor mudanças sociais com base na “fé e na boa conduta dos cristãos”.

O Cristão sabe poder encontrar na Doutrina Social da Igreja os princípios de reflexão, os critérios de julgamento e as diretrizes de ação donde partir para promover esse humanismo integral e solidário. Difundir tal doutrina constitui, portanto, uma autêntica prioridade pastoral, de modo que as pessoas, por ela iluminadas, se tornem capazes de interpretar a realidade de hoje e de procurar caminhos apropriados para a ação: “O ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja”.³⁹

As Encíclicas Sociais da Igreja, também assumem caráter importante na análise de uma outra postura da Igreja em relação aos aspectos sociais: os desafios culturais, que demandam a superação da indiferença ética e religiosa e da necessidade de uma renovada colaboração inter-religiosa; e, por fim, o desafio

³⁹ CNBB, Compêndio da Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2005. p.19.

religioso de consolidação da Doutrina Social na própria missão da Igreja.

A Igreja é vista enquanto instrumento de ação social de atuação pastoral como um guia que busca inspirar, a nível individual e coletivo, os “comportamentos e escolhas dos fiéis”. De fato, nas Encíclicas fica evidente a intenção de permitir aos fiéis um olhar ao futuro com fé e esperança; como um subsídio para o ensinamento da moral social.

A Doutrina Social presente nas Encíclicas apresenta caráter universal ao atingir amplamente aos seguidores da Igreja, diante do Evangelho. Suas abordagens perpassam por questões favoráveis à análise da sociedade, ao propor que a “consciência” e “inteligência” são capazes de colher a profundidade humana dos significados e dos valores expressos nesta Doutrina, bem como, resgatar a carga de humanidade e humanização das suas normas de ação.

Pode-se perceber que as Encíclicas indicam também responsabilidades de natureza secular relativas à construção, organização e ao funcionamento da sociedade: obrigações políticas, econômicas, administrativas, onde os leigos são orientados a colocar em ação o ensinamento social e realizar a missão secular da Igreja. Essa finalidade apresenta-se de modo claro nesse trecho:

Tantas são as lições que colhemos, nas encíclicas, mantendo todas elas o princípio de continuidade, conservando o que é permanente e modificando o que é episódico e contemporâneo, que a leitura delas é um dever para todos quantos se preocupam com os problemas sociais, econômicos e mesmo religiosos dos nossos dias.⁴⁰

Observa-se que as Encíclicas representam, de fato, uma orientação que assume caráter universal e específico. O primeiro caráter concentra-se na formação dos “filhos da Igreja, a luz do Evangelho”, e específico quando a Doutrina Social

⁴⁰ DE SANTCTIS, A. *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: LTr, 1972.P.10.

remete a fatores sociais sobre questões de necessidade e profundidade humana dos significados e dos valores expressos na Doutrina.

O fato de a Doutrina Social estar inserida dentro da missão da Igreja ajuda a compreender sua postura, assumida enquanto sujeito comunitário. Sujeito este, adequado à natureza da Doutrina Social ao seu período e necessidades sociais.

Assim a Doutrina Social da Igreja através da publicação de encíclicas como a *Rerum Novarum*, propõe a continuidade, renovação e atenção ao homem na sociedade. Com essas reformulações a Igreja conquista uma proximidade maior com os aspectos sociais mantendo o patrimônio doutrinal eclesiástico.

Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.⁴¹

Diante deste contexto, percebe-se que na “*Rerum Novarum*” de Leão XIII, a questão operária é articulada em questões sociais e políticas, os princípios doutrinários são baseados na lei e na moral natural. Essa encíclica destaca os males sociais e exclui o socialismo como forma de solução desses males.

Os socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os municípios ou para o Estado⁴²

A *Rerum Novarum* levanta também questões fundamentais acerca do trabalho, do direito de propriedade, do princípio de colaboração, contraposto à luta

⁴¹ Ibid P. 13.

⁴² DE SANTCTIS, A. *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: LTr, 1972. P.15.

de classe, como meio fundamental para a mudança social. Em seu texto percebe-se a necessidade da defesa do direito dos fracos e questões sociais como: a dignidade dos pobres, as obrigações dos ricos, o aperfeiçoamento da justiça mediante a caridade.

Quem tiver em sua frente o modelo divino, compreenderá mais facilmente o que nós vamos dizer: que a verdadeira dignidade do homem e a sua excelência reside nos seus costumes, isto é, na sua virtude; que a virtude e os méritos, seja qual for a pessoa em que se encontrem, obterão a recompensa da eternidade na felicidade.⁴³

Os princípios doutrinários, sociais e políticos abordados pela *Rerum Novarum* serão retomados e aprofundados pelas encíclicas sociais sucessivas. De fato o importante neste texto, é entender que o Papa Leão XIII concede à Igreja a possibilidade de abrir-se para as questões socioeconômicas, às realidades da vida pública, ao destacar os graves problemas sociais que de acordo com a doutrina “só podiam ser resolvidos pela colaboração entre todas as forças intervenientes” e acrescentando também: “Quanto à Igreja, não deixará de modo nenhum faltar a sua quota – parte”.⁴⁴

Para comemorar o 40º aniversário da *Rerum Novarum*, Pio XII publica a Encíclica *Quadragesimo Anno* em 1931. Esta encíclica remete as problemáticas levantadas pela *Rerum Novarum*. Nela questões importantes como a economia capitalista e o comunismo foram destacadas:

Uma das facções seguiu uma evolução paralela à economia capitalista, que antes descrevemos, e precipitou no comunismo, que ensina duas coisas e as procura realizar, não oculta ou solapadamente, mas á luz do dia, francamente e por todos os meios ainda mais violentos: guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular.⁴⁵

⁴³ Ibid. P.26.

⁴⁴ Ibid. P.27.

⁴⁵ DE SANTCTIS, A. *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: LTr, 1972. . P.87

Na encíclica *Quadragesimo anno* a Igreja defende que o salário deve ser proporcionado não só às necessidades do trabalhador, mas também às de sua família. Assim, a Igreja entende que o Estado deve aplicar o princípio de subsidiariedade, princípio este que se tornará um elemento permanente dessa Doutrina Social.

Com a morte de Pio XII em 1958 e João XXIII assumindo o pontifício, a Igreja inicia o processo de inserção social, revendo suas teses sobre ação pastoral, justiça social e a condição de vida da população mais pobre. Segue abaixo o objetivo dessa Encíclica:

Foi ao pesar todas essas realidades, que Nos sentimos na obrigação de manter viva a chama acesa pelos Nossos Predecessores e de exortar todos os homens a que busquem nos seus ensinamentos a luz e o estímulo, se quiserem que a questão social seja resolvida pelos meios mais adequados às necessidades do nosso tempo. Não é, pois, o simples propósito de comemorar a carta leonina o que nos leva à publicação desta encíclica: mas, tendo em vista as transformações operadas, queremos, por outro lado, confirmar as diretrizes de nossos Predecessores e precisar-lhes o conteúdo e, por outro lado, estabelecer com toda a clareza, a doutrina da igreja em torno dos novos e graves problemas da hora atual.⁴⁶

Surge a partir deste contexto a encíclica *Mater et Magistra*⁴⁷ seguindo a proposta definida pela *Rerum Novarum* e outras encíclicas papais anteriores que tratavam da Doutrina Social.

Essa Encíclica propõe um conjunto de reformas sociais priorizando a liberdade, a dignidade humana, defesa da família, defesa da propriedade particular, da função social da propriedade, dentro da ordem social “da Verdade, do Amor, da Justiça e da Liberdade”.

⁴⁶ Ibid.P.237.

⁴⁷ Essa Encíclica se constituiu sobre “a evolução da questão social à luz da doutrina cristã”. Surgida em 15 de maio de 1961, no 70º aniversário da *Rerum Novarum*.

Essa encíclica apresenta também oposição ao liberalismo entendido como “concorrência ilimitada das forças econômicas”, contudo reafirma o direito à propriedade privada, defendendo-a como portadora de função social.

O direito da propriedade privada, mesmo o dos bens de produção, é válido para todos os tempos, pois está inscrito no próprio direito natural, pelo qual o homem é anterior ⁴⁸

Percebe-se nessa encíclica uma especial atenção pela grande efervescência política e econômica que afetava a sociedade mundial na estruturação de uma nova ordem imposta pelos países dominantes. Em seu contexto denuncia os problemas sociais que se desdobram nos países menos desenvolvidos sem perder o vínculo com as questões reguladoras da lei moral e das relações humanitárias. Dessa forma, o documento destaca que:

Não desconhecemos, entretanto, que, em certas regiões, assim como em países menos desenvolvidos, esses problemas estão ligados ao fato de que a ordem econômica e social é de tal natureza que os seus habitantes, de ano em ano, mais numerosos, não dispõem do que prover á sua alimentação e sustentação, ao mesmo tempo em que falta uma demonstração de solidariedade efetiva entre os povos. ⁴⁹

A Encíclica *Mater et Magistra* prioriza a inserção comunitária e a ação social. No entanto, a Igreja não deixa de destacar eixos eclesiais como: verdade, justiça e amor, além da colaboração de “todos os homens para construir uma autêntica comunhão”.

Como se deduz facilmente e como a igreja sempre cuidou por em relevo, o grave dever de socorrer os necessitados e os indigentes deve ser sentido, de modo particular pelos católicos, membros que são do corpo místico de Cristo: Nisto conhecemos o amor de deus, em que ele deu sua vida por nós, e nós devemos também dar a vida pelos nossos irmãos. ⁵⁰

A *Mater et Magistra* tem como tema central os problemas sociais, que passam

⁴⁸ DE SANTCTIS, A. *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: LTr, 1972. P.252.

⁴⁹ Ibid.P.274.

⁵⁰ Ibid.267.

a ser vistos como a solução para amenizar as desigualdades oriundas do desenvolvimento do mundo moderno na dinâmica capitalista. Assim, surge a preocupação com novas questões como: reforma agrária,, o subdesenvolvimento, o crescimento demográfico nos países do terceiro mundo e a miséria dos trabalhadores no espaço rural.

Convém notar que se a população rural parece não ter diminuído em números absolutos, é fora de dúvida, entretanto, que um número grande de agricultores abandona os campos em busca de núcleos mais povoados ou mesmo dos grandes centros urbanos. Como esse êxodo ocorre em quase todos os países, envolvendo, as vezes, verdadeiras multidões, cria, evidentemente, problemas de difícil solução para a vida e a dignidade dos cidadãos.⁵¹

Embora apontando as problemáticas das relações capitalistas, na *Mater et Magistra* a Igreja defendia a propriedade como um dos fenômenos intrínsecos da inserção social da pessoa humana.

Hoje mais do que nunca, é preciso proclamar a necessidade de uma difusão mais larga da propriedade, uma vez que, como já dissemos, aumenta, dia-a-dia, o número de nações, cujas economias experimentam um crescimento contínuo.⁵²

Outro importante fator a ser observado nesta encíclica é que a Igreja, nesse período, tinha posição assumida contra o comunismo que alcançava cada vez mais espaço no meio rural. Diante dessa afirmação torna-se compreensível a postura dessa instituição em atrair as massas empobrecidas da cidade e do campo, mesmo porque “o grande inimigo”, que se manifestava através de ideologias errôneas, tinha uma grande capacidade de organização e militância.

A consideração desse fato fez com que vários sistemas ideológicos fossem escogitados e postos em circulação: alguns, a esta altura, já se dissolveram como a névoa ao sol: outros acham-se hoje, profundamente alterados: outros enfim, vão exercendo a sedução cada vez menor sobre os espíritos.⁵³

⁵¹ DE SANTCTIS, A. *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: LTr, 1972. P.257.

⁵² Ibid. P.270.

⁵³ Ibid.P.280.

Neste momento, a ação da Igreja entra no campo da disputa com outras forças sociais e num horizonte de interesses divergentes. Por outra parte, alarga-se o universo ideológico no qual terá que disputar a hegemonia. Disputas que se movem em dois pontos entre os vários setores e membros da própria Igreja e externamente com outras forças sociais e políticas.

Outro importante reconhecimento encontra expressão na afirmação de que “longe de ser o objeto e o elemento passivo da vida social”, o homem, pelo contrário, “deve assumir responsabilidades”. A partir dessas constatações, observa-se que a Igreja reconhece o homem como sujeito social ativo e responsável, não podendo renunciar-se como tal. Essa postura indica que a Igreja agiu como formadora de consciência política do homem:

No campo político, não foram menores as transformações: em numerosos países, cidadãos de todas as condições sociais participam das responsabilidades políticas.⁵⁴

Os ensinamentos sociais aos católicos pautam-se no princípio da dignidade da pessoa, que têm como fundamento o bem comum e a solidariedade. Para a Igreja os princípios da vida social baseados na moral, constituem a verdade da sociedade, pela qual cada consciência política interage com a liberdade e a responsabilidade com todos e em relação a todos. Dessa forma, cada sujeito social deve alcançar um único objetivo: o bem comum, entendido como a dimensão social e comunitária do bem moral.

A orientação da Igreja à destinação universal dos bens e propriedade privada aplica-se mediante o trabalho do homem, para assim conseguir dominar a terra e torná-la sua. Deste modo, apropria-se de uma parte da terra, adquirida precisamente com o trabalho. Assim, a Igreja defende o direito à propriedade individual e

⁵⁴ DE SANTCTIS, A. *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: LTr, 1972.P.236.

considera a propriedade privada como forma de extensão absolutamente necessária a autonomia pessoal e familiar.

Neste sentido, a Encíclica *Mater Et Magistra* apresenta que a propriedade seja “acessível a todos”, de modo que “todos sejam, ao menos em certa medida, proprietários”, excluindo assim, o recurso a formas de “domínio comum e promíscuo”.⁵⁵

Mas nossos predecessores nunca deixaram, igualmente, de ensinar que no direito de propriedade privada está incluída uma função social. Na verdade, segundo os planos de deus, o conjunto dos bens da terra destina-se, antes de mais nada, a garantir a todos os homens um decente teor de vida, como o adverte Leão XIII, com a maior clareza na encíclica *Rerum Novarum* : “ quem quer que haja recebido da munificência divina maior largueza, seja de bens corpóreos e externos, seja de dotes do espírito, recebeu-os com a finalidade de fazê-los frutificar a seu próprio benefício e, igualmente, como ministro da providência de deus, para pô-los ao serviço do próximo.”⁵⁶

A partir dessas orientações a Igreja estrutura o princípio da destinação universal dos bens. Essa teoria é destinada aos pobres, àqueles que se acham em posição de marginalidade e, em todo caso, as pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado.

Vem a talho, aqui, advertir que o direito de propriedade privada é claramente estabelecido pela autoridade do evangelho que, entretanto, nos mostra o Senhor, freqüentes vezes, incitando os ricos a elargirem aos pobres as suas riquezas, transformando-as, assim, em bens eternos.⁵⁷

A Encíclica *Mater Et Magistra*, além dos princípios que pretende construir numa sociedade, indica também valores morais. Para isso apresenta um diálogo entre as comunidades cristãs e a comunidade civil e política, como forma de promover atitudes de colaboração, segundo modalidades de associações e organizações.

É, pois, conveniente que uns e outros recebam uma formação técnica especializada e uma conveniente formação cultural, ao mesmo tempo em que se inscrevam nas respectivas associações profissionais. Nem é

⁵⁵ CNBB, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005. P.106.

⁵⁶ DE SANTCTIS, A. *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: LTr, 1972.P.255/256.

⁵⁷ *Ibid.*P.256.

menos justo que o estado lhes venha em auxílio, através de uma política apropriada em matéria de educação, de impostos, de crédito, de previdência e seguro social.⁵⁸

Conclui-se que a finalidade imediata das Encíclicas Sociais está em propor os princípios e os valores eclesiais próprios de sua doutrina religiosa, o princípio de solidariedade que se constitui um dos objetivos fundamentais da concepção cristã é exposto como essencial para a construção da organização social e política da sociedade.

⁵⁸ Ibid.P.248.

1.3 Igreja Católica e os Trabalhadores Rurais

Neste item analisar-se-á a organização da Igreja Católica no Brasil no momento em que seu discurso social abriu para o meio rural. Procura-se priorizar a atuação da FAP, entidade criada pelos bispos do Norte do Paraná que orientou o sindicalismo rural no período de 1960-1969. Na análise abaixo, destaca-se o amplo relacionamento que a FAP mantinha com as autoridades religiosas, buscando orientações para o desenvolvimento de suas atividades sociais e políticas.

Seguindo este contexto de mudanças ocorridas na Igreja Católica, procura-se entender a FAP, enquanto uma organização orientadora dos sindicatos rurais, frente às normas atribuídas pela Doutrina Social. É importante ressaltar esta explicitação, pois estes pressupostos serão aplicados nas análises posteriores sobre a atuação da FAP junto aos trabalhadores rurais.

Atrelada à idéia de impedir o desenvolvimento do movimento comunista, a Igreja também se via na necessidade de manter seu discurso eclesiástico baseado nos valores morais do desenvolvimento humano. Essa foi também considerada a tarefa da ação católica, que finalmente apelava aos leigos cristãos para assumirem a responsabilidade de comprometer a Igreja e o Cristianismo com os problemas da humanidade. Complementa que:

Só dessa forma, a morte e ressurreição de Cristo teriam sido fundamentais para salvar não apenas os que sofrem, mas também os que lutam pela significação e engrandecimento da mais perfeita obra do

criador: o homem.⁵⁹

A Igreja procurava criar um terreno próprio de atuação, num contexto fundamentado no cristianismo exposto pela Doutrina Social, e para tanto os religiosos dedicaram-se a profundos estudos tanto sobre o cristianismo como sobre a Doutrina Social da Igreja.

Assim a Igreja passaria a denunciar as injustiças sociais, e ao lado dos trabalhadores rurais pretendia constituir uma nova conjuntura frente aos processos dinamizadores da sociedade.

D.Jaime Câmara escreve sobre a importância das mudanças na orientação da Igreja, ao abrir-se para os problemas da sociedade sem desvinculá-la do amparo espiritual. Para exemplificar a importância das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno enquanto* orientadora sobre os aspectos das questões sociais, o bispo aborda um tópico da carta que SS. Pio XI enviou ao Eminentíssimo Cardeal Cerejeira, patriarca de Lisboa.

Do programa da Ação Católica, e, por conseguinte, da Igreja nenhuma atividade se deve excluir, desde que apresente utilidade para a vida cristã. Algumas atividades, porém, há que são urgentes dentre todas: referimo-nos, sobretudo, ao auxílio às classes operárias não somente ao amparo espiritual, mas também a ajuda material por meio de instituições que tenham especialmente por fim de realizar os princípios de justiça social, da caridade evangélica. (...) O principal desvelo, porém, seja sempre em favor das classes humildes, máxime operários e lavradores, aos quais a Igreja segundo o exemplo de seu divino Fundador, consagrou sempre amor e predileção.⁶⁰

Diante disso, nosso objetivo é analisar alguns momentos da trajetória da relação entre Igreja Católica e trabalhadores rurais, mostrando como o catolicismo se constituiu não apenas em um reforço à religiosidade, mas também como

⁵⁹ CNBB, Compêndio da Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2005.P.34.

⁶⁰ CÂMARA, L.J. Carta Pastoral intitulada: A Igreja e os operários, p.7. Arquivo da FAP. 1961.

experiência coletiva vivida na realidade social e cotidiana, fundamentais para a efetivação da resistência e consciência política dos trabalhadores rurais.

A forma como a Igreja enfrentou a questão da mobilização rural, através do Movimento de Educação de Base, e particularmente, de iniciativas de sindicalização rural e das Frentes Agrárias, são fundamentais para entender a formação e atuação política dos trabalhadores rurais.

Para uma melhor caracterização da atuação da Igreja Católica é necessário destacar um breve contexto econômico e político do país. Este marco geral é importante, porque permite também perceber a vinculação destes acontecimentos com as transformações que estão ocorrendo no espaço rural.

O período de 1960-1969 é considerado ativo em função da intensidade das crises sociais e políticas no país. É o momento do grande debate sobre o subdesenvolvimento, o nacionalismo e da prática populista. Questões como legislação trabalhista, e a elaboração de um estatuto rural são temas fundamentais no debate da política nacional. A FAP, imersa neste processo, procura articular sua organização e suas intenções sob a ótica sociopolítica nacional.

A intervenção da Igreja no processo de organização dos trabalhadores é entendida sobre a ótica da disputa e do controle dos sindicatos comunistas que estava em pleno avanço no norte do Paraná.

A FAP procurou realizar, na prática, a tese da "Igreja-povo de Deus"⁶¹, aplicada primeiramente ao espaço urbano mas que se estendeu nas atividades eclesiais no campo. Essa nova postura assumida pela FAP, garante a permanência de um discurso com características evangelizadoras na construção de um tipo particular de ética e de identidade. Isso pressupõe que os trabalhadores urbanos e

⁶¹ Termo utilizado pela Doutrina social para expressar a postura renovada da Igreja Católica.

rurais, através dos sindicatos, tivessem consciência de seus direitos enquanto cidadãos e cristãos.

A Igreja, nesse momento, assume papel importante na transformação dos conflitos rurais que emergiam em fatos políticos, obrigando diversos setores da sociedade a se posicionar com relação a eles e constituindo um novo sentido para as lutas.

A FAP via os interesses organizacionais da Igreja como forma de defesa tradicional de interesses convencionais, como para a promoção da fé. Para isso, a Igreja procura desestruturar o movimento sindical comunista e desempenhar sua ação social vinculadas a uma conduta religiosa; assistencial e política. Essa postura torna-se evidente no discurso de D. Geraldo Fernandes, bispo de Londrina e membro atuante na FAP.

Mas a solução não pode partir, somente, do fazendeiro. O assalariado, que seja colono, volante ou porcentageiro, ou seja qual for a forma de contrato de trabalho, deve ser como o servo fiel de que vos fala o senhor, no Evangelho. Deve, primeiramente, ser fiel ao seu patrão, procurando dar - lhe o máximo de rendimento. Deve aprender o seu ofício e exercê-lo com ciência e consciência, como parceiro, numa viagem, em que os ricos são comuns e iguais as vantagens. Repetimos, mais uma vez: Não nos interessa a demagogia comunista, como a desses agentes de Moscou, contra o Brasil, e que vindos do nordeste, se reúnem em congressos, em Maringá, aliciando, enganando os mal avisados. Diante da impopularidade que os começa ameaçar, na sua terra, que estão prontos a trair, vem para o Norte do Paraná, em busca de o nome que já perderam lá onde lhes dizem; "Quem te conhece que te compre". A demagogia comunista é unir os operários e atirá-los contra os patrões. Os operários saem feridos, maltratados e mais desgraçados desta luta de classes. Os patrões reagem, perdem o seu capital, são talvez, obrigados a caminhar pela rua da amargura.⁶²

Essa tendência em proteger os interesses organizacionais demonstra o envolvimento da Igreja Católica na política. No sentido de manter um grau de unidade, coerência e compromisso tradicional da Igreja com a fé religiosa e sua

⁶² FERNANDES, G. Discurso realizado no lançamento da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

tentativa de atrair em si todas as classes sociais e indivíduos de credos políticos extremamente diversos.

No Paraná, os fundadores da FAP, embora estivessem empenhados em adaptarem-se as novas formas de organização social e luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, mantinha-se firme na ideologia tradicional da Igreja.

Com a ação da FAP as experiências de resistência ofereceram uma nova linguagem, através da quais essas contradições puderam se expressar. Houve a presença e a constituição de novas identidades que podem ser vistas pelo fato do sistema político ser incapaz de reconhecer as reivindicações dos trabalhadores rurais.

É imperativo da justiça social abrir ao homem do campo, possibilidades de preços compensadores às suas colheitas, contribuindo assim para encorajá-lo a permanecer e progredir nas atividades agrícolas, tirando-o do ceticismo, do desânimo e da desesperança em que cada vez mais se desencadeia e também da crescente hostilidade em relação às medidas governamentais.⁶³

Partindo deste contexto de movimentação social, coloca-se o desafio de explicar o lugar ocupado pela religião e pela Igreja Católica. Essa organização procurou através da experiência social dos trabalhadores rurais abrir espaço para a dimensão cultural, da qual a religião, crenças e símbolos religiosos, refletiram a construção de identidades que motivam as lutas sociais ⁶⁴.

Tendo como ponto de partida o recorte temporal, nos anos de 1960-1969, especialmente no que se refere aos conflitos que envolvem disputas por terra e reivindicações trabalhistas no norte do Paraná, a Igreja Católica assume papel fundamental na constituição de identidades políticas dos trabalhadores rurais. Em diversos momentos, sua ação foi visível tanto entre a dimensão religiosa, como na

⁶³ PIMENTEL, P. Carta destinada ao Secretário da Agricultura. Documentos da FAP. 1963.

⁶⁴ Por esse caminho, busca-se entender o fato que levou a FAP se apropriou do discurso universal, próprio da Doutrina Social, para dar sentido às ações políticas e sociais que aplicou no norte do Paraná.

busca de alternativas para organização política e sindical contra o comunismo. A documentação da FAP aponta para essa questão:

Os objetivos da FAP incluíram principalmente o estabelecimento de uma reforma agrária inspirada nos princípios da justiça social e da Doutrina da Igreja, consubstanciada nas encíclicas papais, principalmente a “Mater et Magistra” de João XXIII.

(...) os organizadores da FAP manifestam repúdio àqueles que prestigiam os congressos comunistas e vem depois se juntar a nós, em reuniões cristãs e democráticas (...).⁶⁵

Percebe-se que a Igreja Católica procurava agir no sentido de constituir a unidade dos católicos procurando dissolver as divisões internas da Igreja e as preferências de ação na sociedade. Dessa forma, o documento abaixo mostra como a Igreja determinava os meios de ação dos religiosos, bem como criticava qualquer postura que tivesse alguma proximidade com o comunismo.

Há católicos, de responsabilidade por sua atuação social e intelectual, que se deixam envolver por manobras táticas, se desorientam a ponto de servir muito mais à causa do inimigo que à própria. Isto facilita as manobras dos que, prevalecendo-se dos equívocos assim criados, ousam passar por fiéis católicos “progressistas” quer dizer, receptivos ao comunismo, no plano econômico e social, como se fosse possível que no catolicismo e no próprio comunismo, dissociar algumas partes, os se tratando de doutrinas essencialmente incompatíveis e que se caracterizam por sua universalidade.⁶⁶

Neste sentido, consideramos que a história da Igreja nos últimos séculos esteve marcada por formas diversas de resistência à destruição da cristandade ideal e por tentativas de resgatar algumas de suas características, pela oposição ao avanço do capitalismo em nome de valores ligados à tradição e ao campo, contra a emancipação política do Estado moderno, a libertação do pensamento político da

⁶⁵ FERNANDES, G. Comunicação intitulada: Lançada a Frente Agrária Paranaense, denunciados os fins das Ligas Camponesas. Arquivo da FAP. 1961.

⁶⁶ Declarações. Movimento de orientação sindical. Arquivo da FAP. 1962.

teologia e a redução da religião a um assunto privado.⁶⁷

CAPÍTULO II

COMUNISMO E ANTICOMUNISMO: O DEBATE CHEGA AO CAMPO

2.1 O PCB: a preocupação com o campo e a sindicalização rural

A partir das especificidades destacadas no capítulo anterior, pretendemos aqui analisar como surgiu a preocupação do PCB com o campo: as lutas pela terra, a sindicalização dos trabalhadores rurais e a defesa dos direitos presentes na legislação trabalhista.

Ao analisarmos tais temáticas, pensa-se em explicitar as fases de desenvolvimento e atuação do PCB em movimentos sociais no norte do Paraná para entender o motivo que levou a criação de uma organização de combate aos comunistas pelos bispos paranaenses, a FAP. Neste sentido, faz-se necessário remeter a rápidas questões sobre a formação do sindicalismo comunista e seu conseqüente desdobramento como organizador sindical no norte do Paraná.

Recuperar o contexto de atuação do PCB no cenário nacional é fundamental

⁶⁷ No período que antecedeu ao golpe militar de 1964 a questão agrária constituía-se de intensas mobilizações camponesas através das Ligas Camponesas e dos então chamados sindicatos rurais, que tinham colocado os trabalhadores do campo até aquele momento rigorosamente marginalizados da vida política no centro dos acontecimentos. In: PAIVA, V. (Org) *Igreja e Questão Agrária*, São Paulo: Edições Loyola, 1985. P.43.

para compreender a intensa participação política e social do partido nos movimentos sociais do norte do Paraná no período de 1960-1969.

Segundo Alves, as ideologias políticas que se formaram a partir do contexto das lutas de classe, em determinado período histórico, foi importante para entender o processo de formação da sociedade capitalista. Nesse sentido, o ideário comunista surgiu de uma postura ideológica anticapitalista, importante na constituição da consciência de classe dos trabalhadores na sociedade brasileira.

É claro que a ideologia comunista representou um avanço objetivo da consciência de classe no país, destacando-se, portanto, das outras formações ideológicas que conduziram a luta de classe (o anarcossindicalismo e o “novo sindicalismo”). Entretanto, tanto uma quanto as outras possuíam um significado importante; continham, em maior ou menor proporção, um lastro de idealização e de esperança que alimentavam a práxis de classe e que sedimentaram o imaginário utópico de uma sociedade sem exploradores e sem explorados.⁶⁸

Segundo Gorender⁶⁹ durante o período de 1945-1964, o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista. O PCB atuou na luta por uma revolução Democrática Burguesa e contra o latifúndio e empresas estrangeiras.

Em outubro de 1945 o partido retorna à legalidade, obtendo seu registro eleitoral. Luís Carlos Prestes e os principais dirigentes conseguem a anistia e a liberdade de organização partidária. O movimento popular, sob o comando dos dirigentes do PCB, conquista a anistia ampla e irrestrita, libertando os presos políticos e comunistas que estiveram presos durante todo o Estado Novo.

Ainda em dezembro de 1945 ocorrem eleições presidenciais e a Convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Contudo com o Golpe das forças militares de

⁶⁸ALVES, G. Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX. Breves considerações sobre anarquistas, comunistas e novos sindicatos In: MAZZEO, Antonio Carlos e Lagoa, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos - Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. P.24.

⁶⁹ GORENDER, J. *Combate as Trevas e a Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

29 de outubro de 1945 a atitude foi a de frear os avanços das classes populares.

Apesar do golpe nas eleições de dezembro de 1945, o PCB, que em poucos meses de legalidade tornou-se o maior partido comunista da América Latina com cerca de 200.000 membros, conseguiu 10% de eleitorado para presidente da República, tendo como candidato ledo Fiúza. O PCB elegeu 14 deputados e um senador, Luis Carlos Prestes, o mais votado da República.

A atuação do PCB como partido legalizado se encerrava em abril de 1947. Neste ano o Tribunal Superior Eleitoral cancelou seu registro. O principal argumento consistia em que o partido era um instrumento da intervenção soviética no país. Ainda em 1947, o PCB teve seu registro cassado e colocado novamente na ilegalidade.

No ano seguinte, os parlamentares eleitos pela legenda do PCB perderam seus mandatos. Começava assim um novo e longo período na clandestinidade. Por consequência, da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas houve reações do partido nos anos seguintes e a “pregação da violência revolucionária imediata”.

Percebendo a tensão no campo, o Partido Comunista engaja-se nas lutas conferindo uma mediação politizadora. Sua atuação no meio operário, estudantil e em movimentos antiimperialistas já era sólida, o que favoreceu a estruturação de organizações de esquerda no cenário rural.

A partir de 1954 a atuação do PCB pode ser identificada, pelas intensas mobilizações de forças e ações políticas estendidas aos trabalhadores rurais que gerou a fundação e reconhecimento dos sindicatos rurais pelo Ministério do trabalho e Previdência Social.

Segundo Costa⁷⁰ a fase do movimento sindical brasileiro pode ser dividida em três períodos: o primeiro inicia-se em 1945, com a redemocratização do país, passa pela realização da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA) em 1953 e o surgimento das primeiras ligas camponesas.

O primeiro período propriamente do sindicalismo rural no Brasil, renunciado por uma resolução sindical em 1952, abre-se com a realização da I CNTA em 1953 e se consolida no ano seguinte com a criação, no seio da II CNTA, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil ULTAB.⁷¹

Já em um segundo momento em 1959 os Congressos passam a ter importância fundamental para a efetivação e manutenção dos sindicatos rurais. Neste período a Igreja Católica inicia o processo de disputa com o PCB pela hegemonia do controle sindical. Diante disso, os congressos passam a representar o fortalecimento e a disseminação da ideologia comunista.

No terceiro período que vai de 1962-1964, apresenta-se uma nova condição na política nacional. A política governamental passa a agir “de tradicional imobilizador das massas rurais”, impedindo-lhes a organização, para agente estimulador. Neste período ocorre o reconhecimento de muitos sindicatos é o momento em que ocorre o maior confronto pela disputa da hegemonia sindical no país.

Um dos aspectos centrais dessa discussão é buscar entender que mesmo após a grave crise do partido internacionalmente, e a conseqüente perda de influência direta na vida política nacional, o PCB mantém uma cultura política importante para entender os vários fatores ocorridos no cenário político, que repercutia em vários movimentos sociais pelo país.

Neste sentido, entende-se que o desenvolvimento, o progresso na economia, a reforma agrária, o aumento do padrão da vida da população, consolidação e

⁷⁰ COSTA. L.F.C. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

⁷¹ Ibid.P.3.

ampliação da legalidade, foram pontos fundamentais que o partido comunista assumiu durante a década de 1960 e que influenciaram as reformas sociais no país. Depois dos anos de 1960-1962 as pequenas conquistas se tornaram pontos fundamentais na luta por reformas sociais.

Assim, a ação do PCB no processo político entre os anos 1960-1964, foi marcante no meio político e social e somente com o golpe militar de 1964 seus projetos de mudanças sociais se tornaram inatingíveis.

O PCB centralizava sua ação política na resistência contra o latifúndio e a exploração e miséria em que viviam os trabalhadores rurais. Assim, a reforma agrária era entendida como a eliminação dos latifundiários enquanto classe e a divisão das terras entre os trabalhadores rurais, que criaria condições para uma revolução socialista.

Segundo Priori⁷², apesar do PCB apresentar interesse pela causa trabalhista rural, o partido não perdia de vista a luta pela posse da terra sob domínio do latifúndio. Para realizar a organização dos trabalhadores rurais, o PCB usou da experiência das Ligas Camponesas, e outras associações, como comissões de fazenda, irmandades, associações beneficentes, cooperativas ou clubes esportivos. A existência dessas organizações era importante no sentido de congregar os camponeses, levantar as suas reivindicações e conduzi-los à luta.

Neste sentido, para o PCB, regiões como São Paulo, Norte do Paraná e o Triângulo Mineiro deveriam receber uma atenção especial, pois concentravam grandes massas de trabalhadores.

De acordo com Priori, o Comitê Central do Partido discutia temáticas sobre a questão agrária e os problemas trabalhistas rurais como a concentração da

⁷² PRIORI, A. *O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate acerca dos seus temas*. In: MAZZEO, A. C. e LAGOVA, M.I. (orgs.) *Corações Vermelhos - Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. P.65.

propriedade da terra nas mãos de poucos latifundiários; e a predominância das relações de trabalho, foram aspectos importantes no processo de luta do PCB.

Seguindo essa vertente, compreende-se que essa atitude não era propriamente um programa de reforma agrária, mas de uma transformação integral do sistema de propriedade da terra a partir de um projeto inserido em um contexto mais amplo: o da revolução nacional e democrática.

No Estado do Paraná, o embrião da participação política do PCB no campo, foi a revolta dos camponeses de Porecatú, também conhecida como “Guerra de Porecatú”.

Para entender a atuação do PCB no Norte do Paraná torna-se necessário perceber que questões de terras deram lugar a movimentos armados de importância, como o movimento Porecatu, nos anos de 1946 a 1952. A mudança na atuação política do PCB mostra que tal postura vai proporcionar ao PCB se lançar na organização de movimentos armados como os de Porecatú.

Segundo Ângelo Priori o processo de colonização dessa região iniciou no final dos anos 30 e início dos 40, a partir do surgimento de uma nova política de terras conhecida como “Marcha para o Oeste”, implementada pelo Governo Vargas na década de quarenta.

Segundo o autor os posseiros, ao se radicar em suas posses e efetuar as derrubadas e as primeiras plantações, procuravam de imediato legalizar a posse da terra, na Inspeção de Terras do Estado do Paraná. No entanto, não recebiam nunca o título definitivo de propriedade continuando a realizar na propriedade benfeitorias.

Essas centenas de famílias, cheias de sonhos e esperanças, viveram anos em suas posses. Anos difíceis, mas felizes. Derrubaram as matas, fizeram suas casas, simples, de madeira ou de pau-a-pique; formaram cafezais e pastagens; plantaram milho, feijão, arroz, banana, frutas; criaram porcos, vacas, galinhas e outras aves; geraram filhos, muitos

filhos.⁷³

O envolvimento do PCB na luta dos posseiros de Porecatú se deu através do “Comitê Municipal de Jaguapitã”, do qual eram dirigentes Arildo, Ângelo, Miguel e Mercedes Gajardoni. Segundo Priori, a família Gajardoni exerceu papel fundamental na organização do movimento e nos conflitos que se sucederam e conseguiram organizar os posseiros em grupos, conscientizando-os da importância de defenderem suas posses: primeiro legalmente, depois pelas armas.

No entanto, o fato mais importante de aproximação dos posseiros com o PCB aconteceu a partir da cassação do registro eleitoral do Partido e dos mandatos dos seus deputados. Segundo Priori, alguns militantes que atuavam na área souberam aproveitar daquele momento para incutir em alguns posseiros a proximidade dos princípios do partido com as suas lutas.

Por fim, podemos considerar que a “Guerra” de Porecatu mesmo sem alcançar o objetivo almejado tanto pelos camponeses como para o PCB, representou o pioneirismo do processo de distribuição de terras no Norte do Paraná que somente pode ser conquistado pela ação conjunta de um grupo politicamente organizado.

Segundo Priori⁷⁴, os trabalhadores rurais também recorriam a Justiça do Trabalho lutando por seus direitos, principalmente em relação à remuneração salarial. No entanto, com a erradicação dos cafezais e o declínio de sua produção os patrões procuravam justificar o pagamento dos baixos salários.

Com o declínio do colonato em meados dos anos 60, as condições de trabalho se tornaram precárias. Essa situação fez com que os trabalhadores rurais

⁷³ PRIORI, A. *A Revolta Camponesa de Porecatú e a ação do PCB no Campo*. Assis. 2000. Tese (Doutorado em História) UNESP. P.205.

⁷⁴ PRIORI, Â. *O protesto do trabalho: histórias das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: EDUEM, 1996. P. 46.

procurassem os sindicatos na esperança de garantir seus empregos. Os trabalhadores percebendo-se excluídos viram nos Sindicatos uma válvula de escape, buscando a cidadania e a participação social.

No que tange à Organização de Sindicatos Rurais, o decreto-lei nº 7.038 de 9 de novembro de 1944, regulamentado pela portaria nº 14 de 1945, considerava assegurado aos assalariados agrícolas e colonos do café o direito de organizar seus sindicatos. Dessa forma o parágrafo 2 do artigo 2º do decreto-lei 7.038, que define quais os trabalhadores rurais que podem se organizar em sindicatos, diz:

São empregados rurais trabalhadores ou operários rurais aqueles que dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economias individuais, coletivas ou de família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, com ganho ou por conta de outrem.⁷⁵

Esse decreto-lei garantia aos sindicatos o direito de representar seus associados diante das autoridades e de assinar contratos coletivos de trabalho e outros. Os sindicatos rurais também deveriam atender algumas critérios estabelecidos no artigo 5º daquela lei:

- a) reunião de um nº de associados que assegure possibilidade de vida e organização da entidade;
- b) duração não excedente de três anos para o mandato da diretoria .
- c) exercício do cargo de presidente por brasileiro nato, e dos demais cargos da administração e representação por brasileiros.⁷⁶

O pedido de reconhecimento dos sindicatos, bem como a realização de eleições e outras atividades deveriam ser realizadas diante das instruções da Consolidação das Leis do Trabalho. Sobre este fato o artigo 6º apresenta que “o reconhecimento será dirigido ao ministério do Trabalho Indústria e Comércio,

⁷⁵ Decreto lei nº 7.038 de 1944 regulamentado pela portaria nº14 de 19 de março de 1945. Jornal Terra Livre. 1956.

⁷⁶ Ibid.1956.

instruído com exemplar ou cópia dos estatutos da entidade”⁷⁷.

A partir das considerações feitas a respeito do processo de organização sindical, conclui-se que a mobilização social realizada pelos sindicatos, construía uma identidade coletiva, onde o trabalhador rural assegurava representação política e conquistava um espaço de luta contra as novas relações sociais que estavam se estabelecendo.

O ano de 1956 foi o da fundação do primeiro sindicato comunista no norte do Paraná e também ano de intensa procura da Justiça do Trabalho. Segundo Priori, estes sindicatos fundados no Norte do Paraná durante o ano de 1956 não foram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Contudo para os trabalhadores, o importante era a existência do sindicato como organismo de representação, que possibilitasse um espaço de participação política e de reivindicação de suas necessidades sociais.

Na região toda a organização de trabalhadores, seja do campo ou da cidade, era ainda incipiente, pois a colonização ainda era recente. Em face disso, as primeiras organizações dos trabalhadores foram as Uniões Gerais dos Trabalhadores, que aglutinavam diversas categorias de trabalhadores urbanos e rurais.

Como podemos perceber, a atuação do PCB foi significativa no norte do Paraná, colaborando para a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, facilitando, assim, a mobilização e o seu poder de persuasão, comprovando o que enfatizamos anteriormente, no que se refere à participação dos comunistas nos movimentos sociais brasileiros.

Para Manoel Silva⁷⁸ as razões que levavam os trabalhadores a se agruparem

⁷⁷ Ibid.1956.

⁷⁸ Presidente da Comissão Executiva do I Congresso Paranaense e autor do texto: I Congresso dos

em sindicatos se explicam principalmente pelo alto grau de miséria, dos baixíssimos salários e por uma divulgação maior das leis do trabalho, que garantiam ao trabalhador rural um salário mínimo, aviso prévio e férias remuneradas. Tudo isso impulsionou a mobilização paranaense.

Priori aponta duas formas significativas de resistência das quais os trabalhadores se valeram naquele momento: os processos trabalhistas que “foram uma forma de protesto social” e as greves que se irromperam nesse período (décadas de 1950 e 1960), tiveram importância significativa no processo de resistência e foram utilizados pelos trabalhadores rurais contra a exploração do trabalho.

No entanto, Priori destaca que as greves não teriam sido tão frequentes, e a sua divulgação nos meios de comunicação aconteceram ainda com mais raridade. A primeira greve dos trabalhadores do campo ocorreu na Fazenda Eldorado, em Londrina, em 1954.

Os motivos principais que mobilizaram o movimento grevista foram: “os salários de fome, os contratos lesivos aos interesses dos trabalhadores, a inexistência de contrato de trabalho para mais da metade dos trabalhadores, além de falta de garantias”.⁷⁹

Em se tratando da formação dos sindicatos rurais, Priori fala da grande influência da União dos Trabalhadores de Londrina (uma organização urbana), e dos membros do PCB que agitaram diretamente neste processo. Segundo o autor, uma importante característica da formação dos sindicatos rurais no Paraná, é que este teria sofrido grande influência urbana.

O primeiro sindicato dos trabalhadores rurais do norte do Paraná data de 29

trabalhadores Rurais do Paraná. Revista Brasiliense, nº 33. Janeiro/fevereiro. 1961.

⁷⁹ Informações tiradas do Jornal Terra Livre, 1954-1960, e trabalhadas por Ângelo Priori em “O Protesto do Trabalho. História das Lutas Sociais do Paraná: 1954-1964: EDUEM, 1996. P.51.

de janeiro de 1956 em Londrina, mas estendeu sua atuação por diversos municípios vizinhos. Ainda no ano de 1956 foram fundados sindicatos em Nova Fátima, Centenário do Sul e Maringá. Assim, “a receptividade dos trabalhadores rurais ao sindicato foi algo impressionante, talvez jamais visto na história do movimento sindical rural brasileiro”.⁸⁰

Acontecimento que gerou, em contrapartida, a ação dos empregadores rurais, tentando desestruturar o movimento, qualificando-o como comunista. Os empregadores forjaram um discurso pregando que era preciso libertar os trabalhadores rurais das “garras vermelhas do mal”.⁸¹

O principal veículo de comunicação dos proprietários foi o Jornal Folha de Londrina. De acordo com Priori, o próprio jornal teria participado da campanha, através de editoriais que cobravam “medidas exemplares” e providências das autoridades contra os “agitadores”, porque estavam desestruturando a produção agrícola, gerando graves conseqüências para o país, pois, setores dos mais importante estão sendo abalados pelo trabalho solerte dos agentes da insídia e da traição.⁸²

Em 1960 realizou-se o I Congresso em Londrina e em 1961 foi realizado em Maringá o II Congresso Paranaense de Lavradores e Trabalhadores Rurais. Segundo Ângelo Priori o I Congresso foi marcado pela tranqüilidade, já o de Maringá pelo tumulto e pela violência, uma vez que nos mesmos dias do Congresso fora lançada a Frente Agrária Paranaense.

No II Congresso, entre os assuntos que mereceram maior destaque e discussão estava a reforma Agrária. A resolução para os problemas tanto dos

⁸⁰ PRIORI. A. *O Protesto do Trabalho. História das Lutas Sociais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: EDUEM, 1996. P.62.

⁸¹ PRIORI. A. *O Protesto do Trabalho. História das Lutas Sociais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: EDUEM, 1996. P.52.

⁸² Ibid.P.71.

trabalhadores assalariados como dos posseiros somente obteria êxito com a liquidação do latifúndio. Esse era o ponto essencial que impulsionava a própria organização do Congresso. Porém, os congressistas discutiram também:

A necessidade imediata de aplicação da legislação social ao campo, a plena liberdade de sindicalização, o pagamento efetivo do salário mínimo, a abolição de toda forma de pagamento através de “vales” e “barracão”, a abolição de todo trabalho gratuito, entre outros.⁸³

O autor enfatiza que a participação de um número muito grande de trabalhadores, de mais ou menos 2.000 delegados paranaenses e diversas autoridades vindas de todas as partes do país contribuiu para o sucesso do Congresso. O evento contou com um representante da Presidência da República. Jânio Quadros enviou o deputado Nestor Duarte. Neste acontecimento teve também a presença de Francisco Julião que presidia as Ligas Camponesas do Nordeste.

Esse Congresso propôs a inclusão do trabalhador rural no debate nacional, através da discussão a respeito da Legislação Social. Através da ação destes trabalhadores, juntamente com os órgãos de representação, constitui-se uma identidade coletiva. Para os trabalhadores rurais, conquistar a Legislação Social Trabalhista significava a conquista da sua legitimidade social como categoria social e como classe.

⁸³ Ibid.P.88.89.

2.2 A legislação trabalhista e a Questão Agrária

Araguaya Feitosa Martins analisa alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo. O autor entende a estrutura agrária brasileira como “caduca” e “arcaica”. Para ele as propostas de reforma se apresentava cada vez mais contraditórias, onde uns grupos “buscava a solução nas revisões, outros nas reformas e outros ainda nas revoluções”.⁸⁴

Segundo o autor, a década de 1960 é considerada como um período onde se criou várias condições para a formação de uma nova mentalidade em torno de questões ligadas à reforma agrária. Penso que essa posição deva ser um tanto quanto relativizada, pois o autor é um tanto otimista, e vai um pouco além quando afirma que o patronato rural, tendo à frente a Sociedade Rural Brasileira, a FARESP e a Confederação Rural Brasileira, passou a admitir a idéia de reforma. Todavia, o autor também relata que se de um lado, defendia-se um projeto de reforma agrária que não somente distribuisse terras, mas que fornecesse condições para que os trabalhadores permanecessem nas terras e as tornassem produtivas; do outro, erguiam-se vozes que enfatizavam que não havia o que reformar.

No entanto, o que deve ser esclarecido neste momento é que o texto aqui tratado data de 1962, período em que ainda se estava discutindo a sindicalização do trabalho no campo. Sobre isso Martins salienta:

⁸⁴ MARTINS, A. F. Alguns Aspectos da Inquietação Trabalhista no Campo. *Revista Brasiliense* (40), Março/Abril-1962. P.134.

As condições para essa sindicalização só agora amadureceram. Hoje (1962) poderíamos considerar prematuro o decreto lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que pretendeu criar sindicatos rurais no País. Ainda não havia condições para essa arregimentação nesse tempo. A invasão de terras da fazenda Sarandi (Rio Grande do Sul), as Ligas Camponesas de Pernambuco, e em outros Estados, as lutas de posseiros de Porecatu e em outras regiões do país, estão a indicar que o problema deixa as páginas dos textos legais jamais cumpridos, para se configurar no direito consuetudinário fundamentado nos usos, na prática, na ação.⁸⁵

Além de todas as considerações feitas, Feitosa Martins fala ainda da presença da Igreja nesses movimentos, onde foi bastante visível a participação de padres e bispos, que auxiliaram na organização de associações de trabalhadores rurais. Com o apoio dessas agremiações, bem como da igreja católica, no início de década de 1960, muitas greves se desencadearam por todo o país. Os trabalhadores se concentravam para reivindicar uma série de “benefícios” a que tinham direito. As reivindicações eram feitas durante as greves, e dentre as principais destacam-se:

- pagamento de salário mínimo;
- registro dos empregados;
- carga horária de oito horas/dia;
- pagamento de horas extras;
- pagamento de férias;
- descanso remunerado;
- assistência médica no caso de acidente de trabalho;
- regulamentação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

E ainda requisitavam melhoria da habitação, assistência social rural, água tratada, construção de sanitários nas residências, gratuidade no fornecimento de luz. E em relação ao governo reivindicavam preços mais justos para a produção agrícola, escola primária, etc.

⁸⁵ MARTINS, A. F. Alguns Aspectos da Inquietação Trabalhista no Campo. *Revista Brasiliense* (40), Março/Abril-1962, P.134.

Feitosa Martins diz que a legislação rural foi “burlada” de todas as formas possíveis, e conclui que:

O homem e a produção devem ser tratados como problemas integrados. Não se pode sacrificar o homem pela produção. Também não se pode sacrificá-lo pela falta de produção, como ocorre quando se verifica a existência dos latifúndios improdutivos.⁸⁶

Para compreender esse momento destaca-se abaixo, um trecho de reportagem escrita por Ademar de Barros, colunista do Jornal Terra livre, que denuncia as atitudes da FARESP e as irregularidades na lei que afetavam diretamente os direitos dos trabalhadores rurais.

Enquanto os fazendeiros se organizam e lutam pelos seus interesses em suas organizações, como a Sociedade Rural Brasileira e na FARESP, os colonos e camaradas são privados dos seus sindicatos rurais, onde melhor poderiam se unir para lutar em defesa de seus direitos e reivindicações, como a aplicação de salário mínimo, que não é respeitado por melhores condições.⁸⁷

Uma outra grande contribuição à análise da legislação trabalhista centra-se no Livro “O Protesto do Trabalho” de Ângelo Priori, onde considera que os anos de 50 e 60 foram marcados por intensas lutas e organização dos trabalhadores rurais pelo fato das condições miseráveis em que viviam.

Segundo o autor, a partir desses movimentos e de seus órgãos de representação, os trabalhadores rurais passaram a conquistar “um espaço maior no cenário social”, o que significa uma maior ampliação de suas principais aspirações: “a Reforma Agrária e a extensão da Legislação Social Trabalhista”.⁸⁸

Ângelo Priori aborda que o projeto de lei visando criar um Estatuto para o trabalhador rural foi apresentado pelo Deputado Fernando Ferrari, em 06 de maio de

⁸⁶ MARTINS, A. F. Alguns Aspectos da Inquietação Trabalhista no Campo. *Revista Brasiliense* (40).Março/Abril-1962. P.146.

⁸⁷ BARROS, A. Ameaça de desemprego e baixa de salários nas fazendas de café. *Jornal Terra Livre*, setembro de 1958.

⁸⁸ PRIORI, A. *O Protesto do Trabalho - História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: Eduem, 1996. p.12

1960 com alguns pontos principais como:

Garantia de salário mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, estabilidade no emprego, indenização por demissão sem justa causa, além de extensos pontos sobre a regularização da sindicalização rural.⁸⁹

Mesmo sendo o Salário Mínimo, Férias e Aviso Prévio garantidos pela CLT desde 1943, esses direitos não eram respeitados pelos proprietários rurais, que viam na estabilidade do emprego uma grande preocupação.

A legislação rural, segundo Ângelo Priori, constitui o projeto do Estado e dos parlamentares, “pensada a partir de uma estrutura social dada, no caso, a cidade, e a partir práticas sociais concretas: as relações de trabalho assalariado urbano”.⁹⁰

No tocante a questão rural, Nascimento⁹¹ explica que a lei agrária favorecia o latifúndio, pois as leis foram feitas exatamente para servirem aos grandes proprietários rurais. No entanto, há também que se considerar que a luta dos trabalhadores fez desenvolver um novo direito, o que o autor chama de Direito do Trabalho. Esse direito nasceu das conquistas sociais do operariado, dos que beneficiou mais tarde os trabalhadores do campo.

Para Nascimento a Reforma Agrária tinha necessariamente que ser acompanhada pela Reforma da Justiça “uma vez que esta correspondia a uma estrutura arcaica e que jamais, tal como era, corresponderia às novas relações e bases do trabalho no campo”. Segundo o autor o que faltava aqui era, sobretudo, uma “regulamentação justa do trabalho rural. Os trabalhadores rurais permanecem, na prática, desprovidos de uma série de direitos que estes conquistaram ao longo dessa jornada de mobilização”.⁹²

A situação se agrava ainda mais se considerarmos que o contrato rural, de

⁸⁹ Ibid.p.13.

⁹⁰ Ibid.p.16

⁹¹ NASCIMENTO, N. A Justiça e a Reforma Agrária. *Revista Brasiliense* (39), Jan/fev-1962 .

⁹² NASCIMENTO, N. A Justiça e a Reforma Agrária. *Revista Brasiliense* (39), Jan/fev-1962 .p.121.

natureza agrícola ou pecuária é um contrato de trabalho, todavia, os juristas não o reconhecem a menos que uma das partes seja assalariada. Os trabalhadores que fazem os serviços chamados “ocasionais”, não são considerados trabalhadores rurais tais como tarefeiros, jornaleiros, empreiteiros, parceiros, agregados e arrendatários. Nascimento denuncia ainda que existiam juizes que nem ao menos recebiam as reclamações trabalhistas dos colonos, alegando que são arrendatários.

Segundo as conclusões de Noel Nascimento, naquele momento era urgente a necessidade de pensar a Reforma do Aparato Judiciário para que o código civil deixasse de proteger a propriedade e seus donos e passasse a proteger o trabalho bem como os trabalhadores.

O autor Ibiapaba Martins⁹³ destaca a intensa mobilização dos trabalhadores rurais no início dos anos 60, prova disso seriam os trinta e quatro editais publicados em “O Estado de São Paulo” convocando “os trabalhadores rurais para a formação de sindicatos, numa evidência de trabalho organizado nunca antes demonstrado”. Toda essa movimentação dos trabalhadores também abrangia, o meio urbano, o operariado que estava buscando melhores salários e condições de vida, demarcou um cenário de luta onde:

Nunca, como hoje, se acreditou tanto no fato indiscutível de que uma idéia se transforma em força sempre que penetra na consciência das grandes massas e nunca como hoje determinadas forças empenhadas tanto esforço no sentido de evitar a união de trabalhadores do campo e da cidade.⁹⁴

Segundo o autor, por volta de 1960/62 os trabalhadores rurais conseguiram uma mobilização maior, uma organização que lhes permitiu forçar “a máquina judiciária” pleiteando os direitos garantidos não apenas pela CLT, mas

⁹³MARTINS, I. Notas sobre o Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores. *Revista Brasiliense* (29), Maio/ junho-1960.

⁹⁴ MARTINS, I. Notas sobre o Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores. *Revista Brasiliense* (29), Maio/ junho-1960, P.63.

principalmente pela Constituição Federal. As leis existiam, todavia, permaneciam no papel, e ali não significavam grande coisa. A respeito destas leis o autor declara que: “as leis só se tornam um direito quando penetram na consciência das massas rurais, conforme somente hoje está acontecendo”.

Ainda sobre as leis trabalhistas o autor afirma que: “Hoje (1962), todos os caminhos levam à reforma agrária”. Tal opinião é seguida da transcrição literal do discurso proferido pelo presidente João Goulart. Transcrição que optei por também fazê-la, visto que poderá evidenciar o “entendimento” de reforma agrária que o poder governamental apresentou neste momento: Mesmo que fosse para continuar na esfera do discurso:

A reforma agrária, de acordo, com a conceituação moderna e democrática, implica na revisão, por processos diversos, das relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham e os que detêm a propriedade rural, visando a disciplinar o domínio e o uso da terra. Se, de um lado, pretende-se atender a um imperativo de justiça social, com a elevação da quota- parte da renda agrícola que toca aos setores menos favorecidos da coletividade rural pequenos proprietários, rendeiros, parceiros e assalariados - de outro lado, e com o mesmo empenho, procura-se a criação de condições que permitam o incremento do produto agrícola, com a libertação de forças produtivas latentes, até agora reprimidas por efeito de uma estrutura agrária rígida, e defeituosa. A reforma agrária, com o sentido de multiplicar o número de pessoas diretamente interessadas no maior rendimento de exploração agrícola e de possibilitar a acumulação de poupanças por parte daquela categoria social que, no regime de terras, ora vigente, viva abaixo do limite, mínimo de subsistência, dará grande impulso à implantação de uma agricultura moderna, em bases racionais. Permitirá como conseqüência o oferecimento de maior quantidade de produtos da terra e maior consumo dos produtos das indústrias brasileiras. Dessa forma, através de processos legais e legítimos, será possível alcançar o equilíbrio sócio-econômico necessário ao desenvolvimento harmônico do País e proporcionar às populações do campo o nível de dignidade que dá conteúdo ao princípio da igualdade nas democracias .⁹⁵

Ibiapaba Martins novamente afirma que todos os caminhos levavam à reforma agrária, mas para que essa reforma pudesse obter sucesso deveria ter como

⁹⁵ MARTINS, I. Notas sobre o Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores. *Revista Brasiliense* (29),. Maio/ junho-1960, p.67.

principal objetivo a erradicação da miséria que assolava a população rural naquele momento, visando a incrementação da produção que resultasse no aumento de produtividade agrícola, disponibilizando matérias-primas para as indústrias brasileiras e tornando abundante a produção de gêneros alimentícios tanto para o consumo nacional como para exportação.⁹⁶

Outro fator de importância da atuação do PCB na evolução do sindicalismo rural foi à realização de inúmeras movimentações sociais. O objetivo destas mobilizações era organizar os trabalhadores rurais em sindicatos. Esses espaços constituíam-se em canais de representação, em que os trabalhadores rurais reivindicavam ou tomavam conhecimento dos seus direitos, tornando-se participantes da política do país.

Segundo Medeiros⁹⁷, os congressos, conferências e encontros podem ser pensados como espaço de discussão tomadas de decisões produção de demandas socialização de conhecimentos e palavras de ordem. Assim, a autora aborda que foram muitos os congressos e conferências realizadas entre 1950 à 1964.

Para eles afluíram carências e demandas que se buscou codificar através das teses do partido, dos instrumentos legais e institucionais existentes. Esse processo de elaboração das reivindicações, era, ao mesmo tempo, produtor de novas significações, que passavam a se incorporar às atividades políticas cotidianas dos trabalhadores do campo.⁹⁸

De acordo com levantamento realizado por Medeiros, depois de 1950, foi realizado vários encontros sendo: de 1950-1952 (quatro), 1953 (dois), 1954 (vinte e cinco) , em 1955 (dois), 1956 (dez), 1957 (três), 1959 (dois), 1960 (um), 1961 (oito), 1962(três), 1963 (oito). Esses dados são importantes para pensar o período de

⁹⁶ Essa proposta também foi feita por Aluísio Sampaio em "O que é Reforma Agrária".Ed.Fulgor.RJ.1961.

⁹⁷ MEDEIROS, L.S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. 1995. Tese (Doutorado) IFCH/UNICAMP.

⁹⁸ Ibid.P.216.

mobilização social exercida pelo PCB nacionalmente e também no Paraná⁹⁹

Destaca-se nestas atuações do PCB, a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas de 1954. Essa Conferência foi realizada na cidade de São Paulo, reuniu 272 lavradores, 20 delegados representantes de sindicatos e 11 operários urbanos. A importância desta Conferência destaca-se pelo início do processo de fundação dos sindicatos rurais. A partir das reivindicações de diversas categorias de trabalhadores rurais foi organizada a “Carta dos direitos e das reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” que defendia medidas imediatas de amparo trabalhista e social aos trabalhadores rurais.

Nesta Conferência foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) sob a presidência de Geraldo Tibúrcio, José Portela como secretário geral e Lyndolpho Silva como primeiro-secretário.

A Ultab expressava suas orientações através do Jornal Terra Livre, propondo sistematicamente que os trabalhadores do campo se organizassem em sindicatos rurais. Segundo Medeiros, a Ultab constituía-se em um:

Suporte para enfrentar o poder patronal, através da mediação do discurso legal e, por outro, indicava uma opção pela ação dentro das regras do jogo existentes, num esforço de ser aceito e reconhecido politicamente na situação de trabalhador em luta por direitos.¹⁰⁰

Desta forma, pode-se afirmar que a Ultab desempenhou o papel de mediadora jurídica junto aos trabalhadores rurais, no sentido de estimular, organizar e fortalecer as organizações sindicais no meio rural. Contudo, esta organização enfrentava uma árdua tarefa na luta pela efetivação da legislação trabalhista.

⁹⁹ No ano de 1954 aconteceu a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em São Paulo. Em 1961 houve a II Conferência dos Trabalhadores Rurais do Paraná.

¹⁰⁰ MEDEIROS, L.S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. 1995. Tese (Doutorado) IFCH/ UNICAMP.

¹⁰⁰ Ibid.P.173.

A decisão de estimular a criação de sindicatos rurais enfrentava sérias adversidades. Com a regulamentação específica sujeita a questionamentos, a decisão de reconhecimento sindical pelo Ministério do Trabalho passava a ser eminentemente política, dependente das pressões e contra pressões no interior da máquina do estado.¹⁰¹

Dois anos após a fundação da Ultab, o PCB reformulou a forma de atuação dos comunistas frente ao movimento sindical. Nesse sentido o PCB passa a orientar as reivindicações trabalhistas, realizar alianças com outras forças políticas, e retomar a luta pela sindicalização e unidade sindical.

Essa forma de atuação do PCB ocorreu devido a forte imposição da militância partidária que mudou a linha política de ação do partido e influenciou o trabalho do partido no espaço rural, organizando forças locais e regionais de trabalhadores rurais.

Segundo Cunha¹⁰², a direção do PCB assumiu uma postura que abriu espaço para a sindicalização dos trabalhadores rurais e a extensão da legislação trabalhista passou a orientar os seus militantes para as seguintes questões: 1) atuar no campo de maneira concreta e de acordo com a situação do local; 2) concentrar o trabalho entre os assalariados agrícolas, os camponeses pobres e os camponeses sem terra; 3) organizar as grandes massas camponesas de acordo com cada situação, levando em conta o desejo, a experiência e o nível de compreensão dos camponeses; 4) utilizar as mais variadas formas de lutas 5) construir o partido no campo, recrutando milhares de assalariados agrícolas e camponeses nos mais diversos povoados, vilas, bairros rurais, águas e fazendas. Dessa forma conclui que:

O movimento camponês no Brasil é um componente atuante no processo de transformação social-negligenciado, em grande medida, pela historiografia acadêmica. Isso, por um lado, no que diz respeito à sua

¹⁰¹ Ibid.P.174.

¹⁰² CUNHA, P. R. (Org) *O camponês e a história: A construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO-Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.

dinâmica - afinal, foram várias lutas pela renda da terra ou mesmo as ligas e, por outro, devido à lacuna quanto à participação de seus personagens nesses processos.¹⁰³

Percebe-se que com a fundação da União dos Lavradores Agrícolas do Brasil esta situação começou a ser alterada. O PCB teve um papel relevante nos movimentos dos trabalhadores rurais e nas atuações estratégicas na maioria das organizações de esquerda do país. Neste processo coube ao Partido Comunista do Brasil um papel de extrema importância.

Através da Ultab foram aprovadas resoluções que estimulariam a campanha nacional na luta pela Reforma agrária. No entanto, o documento abaixo apresenta que a luta pela Reforma Agrária, não se desvinculava da conquista dos direitos sociais e trabalhistas:

A Reforma Agrária não consiste na distribuição de terras. Consiste também numa serie de reformas como sejam leis que lamentam o regime de arrendamentos, a extensão de toda a legislação social ao campo, a proibição dos despejos, a garantia de preços mínimos compensadores para os produtos, credito fácil, barato e em longo prazo para todos os lavradores, a concessão de títulos de propriedade aos posseiros e outras medidas de amparo o e estímulo aos lavradores. Essas reformas parciais na agricultura, afirma a Comissão Executiva, devem ser conquistadas ao mesmo tempo em que a Reforma Agrária.¹⁰⁴

Diante deste cenário de luta e mobilização social destaca-se a figura de Lyndolpho Silva, que foi um dos principais dirigentes comunistas na área de trabalho no campo nas décadas de 1950 e 1960. Foi responsável pela realização da II Conferencia Nacional na qual foi fundada a Ultab, colaborou com o Jornal Terra Livre, periódico comunista direcionado especialmente aos trabalhadores rurais.

Neste jornal, Lyndolpho Silva denunciava, orientava e advertia os trabalhadores rurais a enfrentar a exploração dos patrões. Como colaborador da

¹⁰³ CUNHA, P. R. (Org) *O camponês e a história: A construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO-Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004, p.17.

¹⁰⁴ Resolução aprovada durante a reunião da ULTAB. Jornal Terra Livre. 1956.

ULTAB, aponta os problemas enfrentados na organização dos trabalhadores rurais: “havia uma dificuldade muito grande (...) porque eles não eram devidamente registrados, então era muito fácil mandar embora, isso acontecia com muita frequência. Não cumpriam nem sequer direitos que já estavam assegurados na CLT”.¹⁰⁵

Sandra Castanho aborda que o direito ao salário mínimo, pelas mulheres, era garantido pela constituição federal de 18 de novembro de 1946. Segundo a autora o artigo 157 do Parágrafo 2º consta que:

A Proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Por isso, Lyndolfo Silva orientava as mulheres a se associarem aos sindicatos, porque unidas facilitariam a luta por seus direitos e suas reivindicações.¹⁰⁶

No Jornal Terra Livre Lyndolpho Silva relata questões que garantia os direitos aos trabalhadores e alertava que essas conquistas não estavam sendo cumpridas. No artigo 129 da Consolidação das Leis do Trabalho, consta que todo empregado teria anualmente o direito ao “gozo de um período de férias, sem prejuízo da respectiva remuneração”. Sobre essa lei Lindolpho Silva expõe que;

Este direito é extensivo ao trabalhador agrícola, isto é, a todo aquele que, no campo, vive de salário ou ordenado ganhando por dia, por mês ou por tarefa. Entretanto, os empregados rurais, na sua maioria esmagadora não cumprem essa determinação da lei.¹⁰⁷

Como primeiro secretário da Ultab e colaborador do Jornal Terra Livre, Lyndolpho Silva pôde atuar como orientador de ações e dinamizar o processo de participação política dos trabalhadores rurais no campo.

¹⁰⁵ CUNHA, P. R. (Org) *O camponês e a história: A construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO- Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. P.17

¹⁰⁶ CASTANHO, S.M. *Política e lutas sociais no campo: Organização dos Trabalhadores Rurais, legislação Trabalhista e reforma Agrária (anos 1950 e 1960)*.Maringá.2006.Tese(Mestrado).UEM.

¹⁰⁷ SILVA. L. O Colono tem direito às férias. Terra Livre, 1956. P.2.

O II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, evento realizado na capital paulista de 27 a 30 de abril de 1960, reuniu diversas categorias de trabalhadores (entre indústrias, comércio, bancas, transportes e agricultura).

José Albertino Rodrigues¹⁰⁸ aborda que em toda a década de 1950 foram realizados diversos congressos de trabalhadores em suas diversas categorias. Foi amplo o processo que conseguiu reunir essas diversas categorias em reuniões menores e depois no II Congresso Estadual de São Paulo garantindo o êxito do evento, bem como aprofundando as discussões em torno dos problemas sociais enfrentados por esses trabalhadores. Esse Congresso obteve colaboração de intelectuais de diversas áreas e à imprensa que propiciou tanto uma maior adesão de pessoas no Congresso como levou a um esclarecimento maior de população ao informar sobre as discussões e resoluções adotadas no mesmo.

Em virtude de sua enorme abrangência entre diversas categorias trabalhistas, os problemas discutidos foram de vários aspectos, inclusive dando espaço especial aos problemas enfrentados pelos trabalhadores do campo que até então eram “desprovidos” de uma legislação especial, de um sistema de seguro social e de órgãos de representação. Esse Congresso Sindical se constituiu “numa das mais importantes reuniões sindicais”.

De acordo com José Albertino o II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo representou um marco tão significativo que obteve repercussões internacionais, e levou ao importante desenvolvimento das forças sindicais. Marcou, portanto, um período em que se firmou a consciência de classe e o poder que essa classe possui. Dessa forma, os trabalhadores utilizaram instrumentos e aparatos legais de representação:

¹⁰⁸ RODRIGUES, J. A. II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. *Revista Brasiliense* (29). Maio/Junho. São Paulo: 1960.

Capazes de levar à concretização daqueles anseios e daquelas reivindicações sentidas por uma grande massa de indivíduos, dispostos a contribuir para o engrandecimento nacional, mas ansiosos também de melhorar as suas condições de vida e de trabalho, que ainda são sobremaneira precária.¹⁰⁹

No ano seguinte (1961) foi realizado o Congresso Camponês em Belo Horizonte. Delegações de diversas partes do país compareceram, mais precisamente estavam trabalhadores rurais de vinte Estados do país. As dificuldades enfrentadas durante a viagem apareciam a todo o momento. Vários trechos da caminhada foram feitos a pé, faltava dinheiro para financiar a viagem, eram perseguidos por grandes fazendeiros e ainda outros obstáculos que se multiplicavam a cada hora que se passava. Para Nestor Vera¹¹⁰, todos eram impulsionados por um único objetivo: discutir a Reforma Agrária.

Houve uma movimentação grandiosa das associações camponesas para preparar o Congresso. Este acontecimento também serviu de palco para o surgimento de novas Associações e organizações trabalhistas. Os sindicatos dos operários industriais também colaboraram em tal empreitada. Os camponeses contaram ainda com o apoio de diversos segmentos sociais como estudantes, vereadores, médicos, artistas, professores, advogados, comerciantes, funcionários públicos, etc. Os camponeses contaram ainda com mensagens enviadas por países como União Soviética, China, Cuba e muitos outros.

Nestor Vera salienta que a Igreja Católica apresentou-se dividida neste momento. O alto Clero apoiou os latifundiários, já o grupo mais pobre do clero apoiou o movimento, como ocorreu com o Padre Lage de Belo Horizonte,

¹⁰⁹ Ibid.p.78.

¹¹⁰ VERA, N. "O Congresso Camponês em Belo Horizonte". *Revista Brasiliense*, nº 39, Janeiro /fevereiro. São Paulo: 1962.

Arquimedes Bruno do Ceará e Frei Eugênio do Rio Grande do Sul,¹¹¹ que juntamente com os camponeses lutavam pelo fim do latifúndio no Brasil.

A organização do Congresso em Belo Horizonte marcou um momento de amadurecimento de questões ligada a um projeto que objetivava fazer a reforma agrária no País. Segundo Vera, os 15 anos que precederam a realização do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (o Congresso de BH) foram anos de intenso debate promovido principalmente pelos comunistas que esclareceram e organizaram o homem do campo. “Apesar dos erros, falhas e dificuldades nesse frente de luta, o saldo foi altamente positivo”.¹¹²

Nestor Vera aponta alguns elementos que teriam propiciado um aprofundamento das discussões em torno dos problemas enfrentados pelo homem do campo, bem como as possibilidades de sua organização.

- a) a certeza da adesão da grande massa trabalhadora;
- b) havia condições para que tal empreendimento obtivesse êxito;
- c) as condições internacionais também estavam a favor, a decadência do colonialismo, a revolução cubana.¹¹³

A necessidade de trocas de experiências mostra que os trabalhadores rurais cada vez mais confiava nas suas próprias forças. Cada Estado, cada região possuía alguma particularidade que merecia ser estudada, pela grandiosidade de fatores que constituem todo o processo de organização e mobilização social no espaço rural nesse período.

Nos anos de 1960-1969, alguns movimentos sociais foram significativos e reveladores do grau de insatisfação e miséria em que os trabalhadores rurais viviam. As lutas empreendidas pelos trabalhadores rurais, “migrantes em diversas direções

¹¹¹ Ibid.P.94.

¹¹² Ibid.p.95.

¹¹³ Ibid.P.97

e ausentes ou estranhos”, contribuiu para a construção do Estatuto do Trabalhador Rural e o da Terra. Estes representaram peças jurídicas inadequadas às várias realidades rurais brasileiras e mesmo sendo criados para proteger o trabalhador, acabaram produzindo sua exclusão social e ocultando os elementos da própria exclusão.¹¹⁴

Embora excluídos dos mecanismos de expressão e representação política, os trabalhadores rurais organizaram-se e tornaram-se “sujeitos ativos” do processo político brasileiro, por força da orientação sindical contra os mecanismos “clientelísticas e patrimoniais” em que os trabalhadores converteram-se em “sujeitos políticos”, pela mobilização e resistência local.¹¹⁵

Para Cândido Grzybowski, a busca de resgate de seus próprios direitos é que vai moldando a identidade coletiva dos trabalhadores. O autor trabalha com um importante exemplo para justificar tal posicionamento. Vejamos a seguir:

O exemplo mais notável de formação de uma identidade social calçada nos direitos é a dos trabalhadores de cana do Nordeste e do Norte do Rio de Janeiro. O conhecimento dos direitos trabalhistas legais que podem ser ganhos nos tribunais é um saber coletivo dos trabalhadores usado como identidade.¹¹⁶

Grzybowski observa que os enfrentamentos armados por causa da terra não formam uma situação nova. O autor menciona os anos pré-64, no Sudoeste do Paraná e em Trombas e Formoso, em Goiás. O autor faz referência a conflitos muito anteriores como o caso de Canudos na Bahia, bem como o Conflito do Contestado, que ocorreu na fronteira entre Paraná e Santa Catarina.

É claro que as mobilizações da grande massa de trabalhadores rurais datam de um período muito anterior ao Golpe Militar de 1964. Grzybowski menciona as

¹¹⁴ MARTINS, J. S. *A caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

¹¹⁵ MARTINS, J. S. *A chegada do Estranho*. São Paulo: Huditec, 1993.

¹¹⁶ GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, s/d. P.55.

Ligas Camponesas do Nordeste, as Associações dos Lavradores e Sindicatos (Nordeste, Sudoeste e Goiás) e do Rio Grande do Sul, mais conhecido como MASTER.

A partir destes movimentos organizados através de seus órgãos de representação, os trabalhadores rurais conquistaram um maior espaço no cenário político e social, ampliando o debate político acerca da legislação trabalhista e da questão agrária.

Segundo a análise de Caio Prado Jr. a respeito da questão agrária no Brasil, ao longo da histórica brasileira, pode-se perceber que uma larga extensão de terras ficou retida nas mãos de um pequeno grupo que se tornou classe dominante do país.

A grande massa de trabalhadores pobres, ex-escravos e imigrantes “nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação”. À massa trabalhadora rural, restou a “tarefa” de fornecer mão-de-obra. Para o autor, o desenvolvimento da agropecuária brasileira foi possível em razão dessas “disponibilidades de força de trabalho”.

Fornecida aos grandes proprietários pela massa de população rural que se formou e constitui, precisamente para esse fim de proporcionar mão-de-obra, pela incorporação dos indígenas, pelo tráfico africano, pelo afluxo imigratório dos últimos cem anos (até 1960). Força de trabalho de baixo custo relativo, porque mesmo quando juridicamente livre, era premiada por um mercado de trabalho cujo abastecimento não sofria a eventual concorrência de outras alternativas de ocupação para os trabalhadores.¹¹⁷

No texto publicado dois anos após o acima analisado, a “Nova Contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil”¹¹⁸, Caio Prado busca algumas perspectivas e apontamentos para o que segundo ele, poderiam indicar possíveis soluções para a questão agrária brasileira. No ano de 1962, Caio Prado salienta que

¹¹⁷PRADO, Jr.C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: *Revista Brasiliense*. Nº 28, março/abril. 1979. P.30.

¹¹⁸ Texto também publicado originalmente na *Revista Brasiliense*, nº 43, setembro /outubro, 1979.

havia desenvolvido em nosso país uma consciência em torno da necessidade de uma ampla reforma agrária; mas ainda seria preciso uma mobilização maior, para que projetos mais consistentes que fossem elaborados levando em consideração a realidade brasileira, e assim pudessem ser votados e aprovados no Congresso.

Caso contrário,

Continuaremos não se sabe por quanto tempo assistindo a esse fluxo abundante de projetos e planos inviáveis ou inócuos que vem inundando nossa literatura econômica e social, bem como o legislativo e outros órgãos governamentais e administrativos..., e o que é pior, oferecendo margem a demagogia de uns e hipocrisia de outros que se valem da confusão reinante para irem protelando as soluções efetivas e embaraçarem a marcha da reforma sob pretexto da imaturidade do assunto e impraticabilidade das medidas propostas.¹¹⁹

Segundo o autor, embora as correntes de esquerda tivessem se empenhado em levar à frente a reforma agrária não tiveram possibilidades de torná-la realidade, pois juntamente com a mobilização de opinião pública, bem como dos trabalhadores rurais, seria preciso fazer um minucioso estudo das reais condições da economia agrária brasileira, “a fim de que a ação política se fizesse na base de diretrizes práticas e soluções concretas”. Deste modo vemos na íntegra o caminho apontado pelo autor, para uma análise mais aprofundada de questão:

É preciso de uma vez por todas sair da vagueza das adjetivações (como o simples acréscimo à palavra ‘reforma’, o adjetivo ‘radical’), sair das formulações gerais e da transposição mecânica, para o Brasil de condições e situações econômicas e sociais estranhas, das simples imprecações contra o latifúndio e dos lamentos acerca dos miseráveis padrões de vida da população rural brasileira, a fim de assentar como e por que meios se poderá modificar essa situação e corrigir os graves vícios de nossa estrutura agrária e relações de trabalho e produção no campo responsáveis por aqueles padrões. Sem isso a ação política se perderá no vácuo e em estéril agitação, sem resultados de maior alcance e sem perspectivas reais^{.120}

Em “A Questão Agrária”, Caio Prado lança críticas ao Estatuto do Trabalhador

¹¹⁹ Ibid.p.87.

¹²⁰ PRADO,Jr.C. A questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense* .São Paulo: 1979. p.87.

Rural regulamentado pela lei nº 4.914 de março de 1963. O problema segundo Caio Prado reside, sobretudo no fato do Estatuto não levar em consideração as particularidades da vida dos trabalhadores do campo. Segundo o autor, tal Estatuto ignora “as relações de trabalho presentes na economia agrárias do país, e que competia, ao Estatuto, regulamentar” .¹²¹

A formulação do Estatuto, segundo Prado Jr., foi cercada pelo desinteresse que teria permeado a elaboração do mesmo. Ou seja, relata que o fato não teria sido noticiado e que não foi lhe dada à devida atenção no período em que transitou no Congresso Nacional. De acordo com o autor:

Tivessem atentado para a importância do assunto e para o que ele encerra renovadora de nossa estrutura econômica, social e agrária, ter-se-ia alargado o debate e o estudo do projeto, o que por certo evitaria as graves insuficiências em que infelizmente incide a lei promulgada. Poderíamos dispor agora de um texto legal capaz de efetivamente promover e realizar, em larga escala, a transformação de nossa economia agrária .¹²²

Para Caio Prado Jr. uma das principais falhas do Estatuto é que o legislador teria desconsiderado as profundas diferenças existentes entre o trabalho no campo e o da indústria e comércio. Deste modo, o legislador teria se limitado, a “transpor para o trabalhador rural as disposições legais que já fazem parte de nossa legislação trabalhista e foram traçadas com vistas ao trabalhador urbano”.

Outro grande problema apontado pelo autor está na definição do trabalhador rural, que segundo a lei “trabalhador rural é toda pessoa física que presta serviço ao empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro, ou in natura e parte em dinheiro”. Para Caio Prado essa definição é bastante insuficiente, pois não esclarecem quais seriam de fato, as categorias efetivamente rurais, e, portanto, pudessem vir a ser contemplado com a lei.

¹²¹ PRADO, Jr. C. O Estatuto do Trabalhador Rural. *Revista Brasiliense*. São Paulo: 1987. p.11.

¹²² *Ibid.*, p.143.

Entende-se que, apesar dos trabalhadores rurais conquistarem o Estatuto, várias categorias não foram beneficiadas pela lei, pois somente usufruiria dos benefícios os denominados “Trabalhadores Rurais”.

Caio Prado considera o texto do Estatuto como um texto confuso que dá margem a diversas interpretações. Na sua maioria é composto por termos absurdamente vagos, o que acabou resultando na exclusão de diversas categorias de empregados rurais, como é o caso do meeiro que é totalmente privado dos “benefícios”.

A situação agrava-se ainda mais se analisarmos a questão referente às férias remuneradas, que excluem declaradamente os meeiros sob pretexto de que estes não se constituíam em empregados.¹²³

Outro grave problema apontado por Caio Prado Jr. é que em sendo extremamente vaga a legislação trabalhista, oferece diversas possibilidades de os empregadores rurais usarem de artimanhas jurídicas para privar seus empregados de qualquer “benefício”. Por exemplo, quando forjam o contrato de trabalho em contrato de empreiteiro, o empregador pode se livrar dos encargos trabalhistas “assegurados” pelo Estatuto, bem como de qualquer outra lei que regulamente o trabalho rural.

Para Caio Prado, grande parte desses problemas poderia ter sido evitada, ou pelo menos atenuada; se as discussões e votação do Estatuto¹²⁴ tivessem sido abertas aos diversos grupos políticos, principalmente de esquerda e os progressistas. Para o autor o Estatuto, na forma em que se apresentava, revelava claramente a displicência da sua elaboração. Isso resultou na insuficiente informação e preparação de seus redatores acerca da realidade brasileira.

Ao analisar as questões referentes ao Estatuto do Trabalhador Rural, pode-se constatar que além da definição de trabalhador rural, o Estatuto tinha vários pontos

¹²³Ibid.P.147

¹²⁴ PRADO .Jr.C.O Estatuto do Trabalhador Rural. *Revista Brasiliense*. São Paulo: 1987. p.148.

de interpretação que não eram claros para os homens do campo.

Apesar de ser uma lei resultante das lutas dos trabalhadores rurais em todo o Brasil, que visava o amparo social e trabalhista dos mesmos, acabou impedindo o direito a essa lei para diversas categorias que não eram denominadas como trabalhadores rurais.

2.3 A Igreja Católica e o anticomunismo

Desde o final do século XIX a Igreja Católica atuou no combate ao comunismo. Desenvolvendo uma ação efetiva constituiu-se em uma das principais fontes de controle, elaboração e divulgação do anticomunismo, entendido como uma oposição sistemática aos valores e interesses comunistas. Hobsbawm referindo-se à questão coloca que:

De fato, no decorrer do século XX, o conflito opondo comunismo e anticomunismo tornou-se central na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais, não sendo possível compreender os acontecimentos mundiais das últimas décadas sem levar em consideração os embates em torno da utopia comunista. Esta centralidade ficou ainda mais evidente no quadro da Guerra Fria. A insistência do Ocidente, marcadamente, dos Estados Unidos, sobre a existência de um cenário de pesadelo e a perspectiva apocalíptica de dominação comunista se estendendo por todo o mundo, fez com que o conflito passasse do “reino da razão para o da emoção.”¹²⁵

A Igreja Católica, no intuito de combater a modernização, a laicização e a secularização, se posicionou em contexto de reação efetiva contra o comunismo que se mantinha em plena ascensão. Para isso, os católicos utilizavam estratégias simbólicas ao representarem-se como cristãos defensores de valores “universais da

¹²⁵ HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução por Marcos Santarrita. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.23.

civilização humana”.

No Brasil, a atuação política da Igreja Católica, ocorre desde o período inicial da República, com a separação entre Estado e Igreja, e se intensifica a partir do desenvolvimento dos movimentos operários de cunho anarquista, socialista e comunista que haviam culminado na formação do PCB.

No Brasil, o combate ao comunismo também foi desenvolvido por vários grupos e instituições. Torna-se oportuno destacar órgãos como os IPÊS/IBAD¹²⁶ que assumiram uma postura anticomunista, principalmente no período que antecedeu ao golpe militar.

O anticomunismo, segundo Dreifuss¹²⁷, foi utilizado pelos IPÊS/IBAD como uma forma de desestabilizar o governo Goulart entre 1961 e 1964, em um momento em que empresários e tecnoempresários traçavam, por meio desses órgãos, diretrizes políticas e táticas para enfrentar a crise de insubordinação das classes dominadas contra o regime imposto.

Segundo o sociólogo Osvaldo Heller da Silva, estes órgãos foram articulados a partir de uma postura norte americana que visava controlar o movimento comunista ou políticas simpatizantes a ele. Os IPÊS/IBAD desempenhou papel importante no enfraquecimento político da administração de Goulart. Assim, Silva destaca que:

De fato “institutos de pesquisa”, como IPÊS e o IBAD ,preocupados com a “infiltração comunista” no Brasil, foram constituídos com o concurso financeiro da CIA e o IBAD chegou a organizar um serviço secreto no seio mesmo das Forças Armadas Brasileiras.¹²⁸

¹²⁶ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática IBAD foi criado no fim da década de 1950 e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), fundado no final de 1961 ambos criados no sentido de “defender a democracia”. Dreifuss, R.A. 1964- *A conquista do estado*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. P. 482.

¹²⁷ DREIFUSS, R.A. 1964- *A conquista do estado*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹²⁸ SILVA. O.H. *A Foice e a Cruz. Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa De Bassi, 1996. P.276.

O anticomunismo também foi objeto de discussão e de pregação por parte da Tradição, Família e Propriedade – TFP - criada em 1960. A TFP exercia atuação em muitos serviços prestados à Igreja. Era uma organização civil anticomunista que tinha como principal objetivo o combate ao socialismo e ao comunismo, a partir da filosofia de Santo Tomás de Aquino e das encíclicas papais.

No entanto o discurso, os símbolos e a ação da Igreja na divulgação de representações do comunismo como fenômeno negativo, torna-se fundamental para a compreensão do anticomunismo, no sentido de entender como uma política ideológica controladora assumiu ao mesmo tempo, ações sociais que repercutiram na organização de sindicatos rurais.

Partindo dessa reflexão busca-se entender como a FAP agiu de forma anticomunista durante sua atuação enquanto orientadora sindical. Para isso procura-se refletir acerca de algumas questões fundamentais sobre o assunto como: qual a atitude da FAP frente ao comunismo? O que pretendiam ao assumir uma postura anticomunista? Quais as repercussões sobre os trabalhadores rurais? Tais respostas serão dadas tanto de forma explícita, por meio de análises sobre o tema, como na discussão acerca das referências documentais do período estudado. Em ambas as situações percebem-se que havia a intenção de tornar claras as contraposições entre a Igreja Católica e os comunistas, e por parte da Igreja, reforçar a distinção entre suas características de ação.

A análise da atuação Igreja Católica no Brasil , particularmente no norte do Paraná, não pode deixar de destacar a posição anticomunista assumida por essa instituição. Sobre a luta contra o avanço comunista, destaca-se também a atuação da FAP, assumida como fator de fortalecimento da organização sindical e no envolvimento dos trabalhadores rurais com a espiritualidade.

No momento em que se renova e se intensifica, na URSS, a campanha, contra o espírito religioso, metucioso e acirrado no combate á doutrina cristã e, as formas de espiritualismo , incompatíveis com os fundamentos da filosofia estatal. (tudo é estatal na Rússia ,até a filosofia), não era possível que a Igreja deixasse de renovar, a clara e incisiva repulsa ao comunismo. A condenação formal, proferida em Roma e no Rio, tem um aspecto que acentua a similitude do problema político e social com que se defronta a Igreja, no Brasil atual e em todo o mundo: é que ela se dirige , mais do que ao inimigo, aos próprios fiéis ,desviados de sua linha de defesa espiritual, cegos e surdos á realidade, responsáveis por transigências, acomodações e fraquezas, por atitudes, que assumidas de boa-fé ,importam em traição á causa espiritual que pretendem defender.¹²⁹

De acordo com Rodeghero¹³⁰, os mitos políticos utilizados nas ações práticas pela Igreja representam uma forma de justificativa as suas ações políticas e ao seu interesse enquanto instituição sejam eles, religiosos, étnicos ou políticos. A autora procura reconstituir o conteúdo e as imagens que serviam para definir o comunismo e para combatê-lo, rastreia a atuação da Igreja Católica nesse campo e busca captar a especificidade a origem desse anticomunismo.

Rodeguero entende que:

O imaginário anticomunista pode ser definido de acordo com o objetivo específico da obra como um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições, no período de 1945 a 1964.¹³¹

Segundo a autora, o conceito de imaginário anticomunista favorece a formulação de uma série de questões e reflexões no sentido de relacionar o anticomunismo com as representações e as práticas.

Esta disposição popular foi conseguida pela ação social e evangelizadora de longos anos de formação, orientação, esclarecimento e informação da FAP contra o

¹²⁹ Centro Paranaense de informações. Opinião Pública Orientada. Democracia Viva. Arquivo FAP. 1963.

¹³⁰ RODEGHERO, C.S. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. Ed. Passo Fundo: Edupf, 2003.

¹³¹ Ibid .p.22

comunismo. Pode-se considerar uma ação continuada, sistemática e racional, realizada por vários grupos diferentes dentro dessa organização.

Neste sentido suas ações podem ser vistas enquanto um conjunto de representações, onde suas funções podem ser entendidas como interferência nas práticas dos indivíduos ou instituições, nos sentidos e nas identidades; definindo comportamentos e inculcando valores; atribuindo méritos e condenando atitudes e num sentido geral construindo uma poderosa força de instauração ou de legitimação social.

Partindo desse contexto entende-se que a postura anticomunista católica pode ser relacionada com a forma que a Igreja encarou a questão, em relação ao mundo moderno, aos processos de laicização dos Estados e de secularização das sociedades ocidentais.

Analisando a questão, Zanone explicita que:

O laicismo surgiu nesse quadro e pode ser caracterizado como uma cultura leiga, ou seja, um novo modo de vida que se desenvolveu desde a renascença e que marcou uma gradual separação entre o pensamento político e os problemas religiosos (...). Delimitando a utilização do termo laicismo à instauração do estado leigo, o conceito secularização designa as mudanças ocorridas nos campo social e cultural. ¹³²

No início da década de 1960, com propósito de combater o comunismo a atuação da Igreja organizou o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Agia através de uma série de iniciativas visando contribuir para a melhoria da situação dos trabalhadores do campo, bem como impedindo a difusão de idéias que consideravam subversivas.

A FAP enquanto organização católica estava vinculada a estes conceitos anticomunistas presentes tanto na Igreja Católica brasileira conservadora, como mundial. A articulação do movimento levou a amplitude de uma postura

¹³² ZANONE, V. Laicismo. In: BOBBIO, N.(Org.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.

anticomunista orientada pela proposta da Doutrina Social do Vaticano, que condenavam qualquer atividade, mesmo entre os próprios integrantes católicos, do movimento progressista, e aqueles simpatizantes do regime totalitarista soviético.

Desenvolveu-se, assim, dentro da Igreja uma forte pregação voltada à defesa dos valores cristãos frente às ameaças do comunismo e ao resguardo da família, da propriedade privada, da tradição católica no norte do Paraná.

Segundo Osvaldo Heller da Silva, a Igreja procurava associar os comunistas brasileiros ao totalitarismo stalinista, ressaltando a política do Estado soviético como, "à caça do privado, à falta de liberdades individuais, à violência física e à noção vulgar do materialismo." Sobre esta visão o autor destaca que:

(...) Este "empreendimento de ilusionismo" apresentava os militantes comunistas como os idólatras do caos, "agitadores" que não estavam de fato interessados em "soluções", cujo lema seria: "quanto pior, melhor!" Apesar das "suas belas palavras", eles eram "subversivos", inimigos do Brasil "e do trabalhador rural".¹³³

Assim, no início de 1961, Dom Jaime Luiz Coelho Dom Geraldo Fernandes, Dom Eliseu Simões e Dom Pedro Felipak¹³⁴, organizaram um movimento de sindicalização rural, tendo como principal objetivo o controle do avanço comunista na região norte do Paraná. A Igreja visava combater uma série de manifestações identificadas ao comunismo, da mesma forma reservar um espaço importante de participação na discussão dos rumos políticos do País. Essa atitude fica evidente na resposta dada aos trabalhadores rurais:

Ouvi dizer que os sindicatos são "coisa" de comunista. Só sabem fazer greves e pressões sobre o governo para fazer o jogo deles. O sindicato em si não é comunista. O sindicato é recomendado até pela Igreja. Acontece que os comunistas descobriram a força do sindicato e por todos os meios procuram tomar conta de suas diretorias para com isso fazer pressão sobre o governo, não no sentido bom, mas para tornar

¹³³ SILVA. O.H. *A Foice e a Cruz. Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa De Bassi, 1996. P.234.

¹³⁴ Esses nomes são respectivamente dos bispos de Maringá, Londrina, Campo Mourão e o Padre de Jacarezinho.

o Brasil um país comunista. A culpa é dos lavradores que deixam de lado essa arma tão poderosa, que tanto pode ser instrumento de progresso como também de destruição. O bom sindicato cuida de conseguir um nível de vida mais elevado; fundar cooperativa de consumo e de produção; dá assistência médico, dentista e advogado; funda e mantém escolas de alfabetização e pré- vocacionais; colabora com os poderes públicos para resolver os problemas de sua classe; observa as leis; defende os interesses de seus associados sem prejudicar as outras classes: evita fazer propaganda política não faz greves sem necessidade. O mau sindicato ao contrário procura iludir seus associados com aumento de salário, fazendo greves desnecessárias; pressionando o congresso para votar leis que somente irão beneficiar o partido político a que pertencem seus dirigentes¹³⁵

O anticomunismo católico utilizava da imprensa católica como um instrumento de combate ao inimigo. Era veiculadas através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas dos jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. D Jaime Luiz Coelho Bispo Diocesano de Maringá e Presidente da Frente Agrária Paranaense expunha, através de um manifesto, que:

Há católicos, de responsabilidade por sua atuação social e intelectual, que se deixam envolver por manobras táticas, se desorientam a ponto de servir muito mais à causa do inimigo que á própria. Isto facilita as manobras dos que, prevalecendo-se dos equívocos assim criados, ousam passar por fiéis católicos “progressistas” quer dizer, receptivos ao comunismo, no plano econômico e social , como se fosse possível que no catolicismo e no próprio comunismo, dissociar algumas partes, os se tratando de doutrinas essencialmente incompatíveis e que se caracterizam por sua universalidade.¹³⁶

Durante o período de funcionamento da FAP, o combate ao comunismo assumiu relevância no discurso e na prática da Igreja Católica no Norte do Paraná. Essa atitude visava combater uma série de manifestações assumidas pelo

¹³⁵ Movimento de Orientação Rural. Arquivos FAP. 1964.

¹³⁶ COELHO. J. Manifesto. Documentos da FAP. UEM. 1961.

comunismo, além de permitir à Igreja a participação na discussão e organização dos sindicatos rurais do norte do Paraná.

CAPÍTULO III

A ATUAÇÃO DA FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE

3.1 Fundação da FAP

Diante de um cenário de luta dos trabalhadores rurais em busca de seus direitos trabalhistas e melhores condições de vida, surge o sindicalismo de orientação católica. Preocupados com o processo de organização dos trabalhadores rurais e o rápido crescimento dos sindicatos comunistas, os bispos católicos da região norte do Paraná trataram de planejar uma organização visando a desestruturação e eliminação política dos líderes comunistas. A partir deste contexto procura-se compreender como a FAP se estruturou, enquanto entidade, qual a sua importância e as formas de atuação que assumiu no norte do Paraná.

Nesse sentido, tenta-se entender como a FAP construiu seu espaço de atuação sendo articuladora de planos, tarefas e mobilizações, considerando que não apenas atuou na organização dos grupos, mas também, na proposição de estratégias de resistência, nas lutas pelas reivindicações de direitos trabalhistas e sociais, agindo de forma ativa e alcançando liderança política ao longo do período de 1960/1969.

A ação da Igreja Católica foi representada pela Frente Agrária que atuou por todo o norte do Paraná no início dos anos de 1960. Neste momento a FAP surge utilizando como anúncio o resgate de uma “vida humana” mais “justa”. Na realidade, a FAP tinha como principal objetivo a disputa e luta pelo controle das atividades políticas e sociais dos trabalhadores rurais do norte do Paraná. A importante Ação Católica Rural subsidiou a disseminação das Frentes Agrárias. Sobre a organização da FAP, a carta abaixo enviada a Roma pelo Bispo D. Jaime Luiz Coelho, esclarece fatos sobre sua criação:

Em agosto de 1961 fundamos, em Maringá, a FAP, para um trabalho de promoção do homem do campo: fundação de cooperativas, assistência jurídica, hospitalar, escolar, etc. A FAP abrange as dioceses de Londrina, Jacarezinho, Campo Mourão e Maringá. Só na diocese de Maringá estão inscritos mais de 100.000 trabalhadores rurais. A FAP possui personalidade jurídica.

Em princípios de 1962 a FAP iniciou um trabalho de sindicalização rural em vista à penetração do comunismo junto ao homem do campo, e para cumprir, também, o seu programa em favor do trabalhador rural.¹³⁷

Agindo em disputa aos comunistas, a Igreja Católica fundou uma Frente Agrária lançada e sediada no Norte do Estado do Paraná. Esta entidade tinha como principais fundadores intelectuais os Bispos de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, Dom Eliseu Simões, Bispo de Campo Mourão e Pedro Felipak, Padre de Jacarezinho.

A justificativa de se organizarem politicamente nascia pela idéia de que o norte do Paraná era uma “região essencialmente agrícola”, onde migravam povos de diversas regiões em busca de trabalho. Além dos nordestinos os integrantes da FAP diziam que no norte do Paraná encontravam-se pessoas de “todos os estados do Brasil” e de “diversas nações do mundo”. Todos eles “atraídos pela região de ótimas terras e grande futuro”. Por esses motivos diziam que o norte do Paraná alcançava

¹³⁷ COELHO. J. Carta enviada ao Vaticano. Arquivo FAP. 1963.

“o maior índice de crescimento demográfico no Brasil”. Com esse desenvolvimento crescia também os “problemas sociais, a miséria e as injustiças sociais”.

Segundo o bispo de Londrina, D. Geraldo Fernandes, os efeitos da política nacional foram sentidos no norte do Paraná, gerando agitação e “práticas subversivas”. Assim, o Brasil caminhava com certa “intranqüilidade diante da agitação e infiltração comunista em diversas áreas do país”. Conforme o documento descrito, fica clara a posição assumida pelos bispos da FAP em combater o comunismo que se encontrava em pleno avanço:

Para nós bispos da região ficarão a tarefa imensa de estudar e ajudar a resolver os múltiplos problemas agrários da vossa região. É necessário advertirmos, desde o início, que não é atizando ódio de classes, como é do sabor comunista, que encontraremos a solução.¹³⁸

Em 13 de agosto de 1961 foi fundada em Maringá a FAP, abrangendo todo norte do Paraná e tendo sua sede administrativa na cidade de Londrina. No entanto, todo o trabalho e ações desenvolvidas eram realizados na diocese de Maringá. Para os fundadores da entidade esse movimento não poderia demonstrar fraqueza: “ou a FAP nasce com força, ou bem não precisa nascer”, diziam os bispos paranaenses.¹³⁹



¹³⁸ FERNANDES, G. Discurso realizado dia 13 de agosto de 1961, no lançamento da FAP pelo bispo de Londrina e também fundador da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

¹³⁹ PRIORI, Â. Movimentos Sociais Camponeses: A luta entre o partido comunista e a Igreja Católica pela Hegemonia Sindical, no Brasil: 1954-1964. In: *Estúdios latino americanos- Solar* Santiago. Chile: 1997. P.207.

Década de 60: Integrantes da Frente Agrária Paranaense (F.A.P).

A idéia surgiu entre os Bispos do Paraná que sentiam a necessidade de fundar uma entidade cristã a fim de dar assistência ao pequeno trabalhador rural das dioceses, e principalmente, controlar a “infiltração comunista no meio rural”.

O lançamento da Frente Agrária Paranaense foi marcado para o mesmo dia, na mesma hora e na mesma cidade, Maringá, onde se realizava o II Congresso de Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, em 13 de agosto de 1961. Para justificar a ação de disputa com os comunistas, os bispos diziam que a “infiltração” atingia Maringá. Eles se referiam ao congresso que se realizaria na cidade organizado pelo PCB, e teria a presença de Francisco Julião. Segundo os religiosos, Julião era o homem das “famigeradas” organizações conhecidas como “Ligas Camponesas”. Assim, consideravam que toda iniciativa ou manifestação de “inspiração vermelha”, envolvia as pessoas “desprevenidas e de boa fé”, que participavam delas geralmente desconhecendo o “mal causado através de tais organizações para a Pátria e aos semelhantes.”¹⁴⁰

Nós os bispos do norte do Paraná realizamos grande concentração de trabalhadores rurais cristãos no dia 11.08.1961, dentro dos dias da realização do Congresso comunista, para a fundação da Frente Agrária Paranaense, e assim mostrar a Francisco Julião, ao Paraná e ao Brasil a verdade sobre os desejos do congresso nacional de trabalhadores rurais, com finalidades subversivas e de orientação comunista, bem como dar ao trabalhador do campo a verdadeira e real assistência a que tem direito.¹⁴¹

A crescente presença no cenário político dos trabalhadores do campo fez com que retomasse e acelerasse a discussão em torno da necessidade de criação de instituições legais específicas que os abrangesse. Dessa forma, os bispos consideravam que tinham a missão histórica de organizar os trabalhadores rurais e

¹⁴⁰ Relato Histórico da Frente Agrária Paranaense: Lançada a Frente Agrária Paranaense, denunciados os fins das Ligas Camponesas. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁴¹ Relato histórico da Frente Agrária Paranaense, Arquivo da FAP. 1961.

“salvá-los das ideologias estranhas, da influência dos comunistas” que segundo a Igreja, “aproveitava-se da situação de desespero em que se encontrava o homem do campo”. Para isso precisavam combater qualquer iniciativa do PCB, como no II Congresso dos trabalhadores rurais, que aconteceu em Maringá.

Segundo o padre Orivaldo Robles¹⁴², o dia da fundação da FAP foi escolhido a “dedo” pelos religiosos para que coincidissem com o II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná. Sobre este acontecimento considera que:

Numa época de nervos à flor da pele, não houve como evitar o choque entre representantes da Igreja -padres, congregados marianos, alunos do colégio católicos- e militantes do Partidão. A polícia foi chamada¹⁴³.

Diante desta situação, os bispos agiram na defesa da posição assumida pela instituição em manter a fé cristã, como principal fator de unidade sindical e luta contra os comunistas:

Nesta luta pela vida e pelo bem estar do povo, seria fatal dividir soldados e capitães. A causa é comum. As armas são as mesmas. Ai de nós se os empregarmos uns contra os outros. A Igreja tem acompanhado e acompanha, sempre, os seus filhos, na sua vida espiritual e nas suas lutas pelo bem estar terreno. Por isso, ela nunca faltou aos lavradores e os lavradores foram sempre os filhos mais fiéis da Igreja. Mas, pareceu ao episcopado unindo-se ao povo católico reputando o comunismo e as Ligas Camponesas¹⁴⁴.

Nesse sentido, os bispos católicos desenvolveram duas estratégias: a primeira, construir a imagem do movimento como sendo “ameaça comunista”, e a segunda, promover uma forte campanha contra essa “ameaça”, articulando a Frente Agrária Paranaense e preservando a religiosidade na fé cristã.

No Paraná a Frente Agrária objetivava conquistar melhores condições de vida na lavoura. Todavia, a ação da Igreja era empreendida no sentido de destruir a influência comunista sobre o movimento trabalhista rural, além de se organizar

¹⁴² ROBLES, O. *A igreja que brotou da mata. Os cinqüenta anos da Diocese de Maringá*. Maringá: Dental Press, 2007.

¹⁴³ Ibid.P.200.

¹⁴⁴ Ibid.1961.

institucionalmente na tentativa de obter sucesso contra os comunistas.

O convite de lançamento da FAP, destinado a várias autoridades políticas federais, estaduais, regionais e eclesiais apresentava a seguinte programação: “missa campal às 10 horas e desfile para às 14 horas”. Ainda nessa programação constava um churrasco nas imediações da catedral e grande desfile de fanfarras, bandas de música e carros alegóricos. O local de saída foi da praça da catedral passando pela Avenida Herval, pela Avenida Brasil e pela Praça Raposo Tavares, onde estaria armado um palanque para as autoridades.¹⁴⁵

A Rádio Cultura de Maringá e algumas empresas que patrocinavam os programas foram convidadas a fazer a cobertura do acontecimento. Neste convite eram apresentados também os oradores da festividade, sendo que nenhum trabalhador rural foi convidado para manifestar-se na ocasião. Algumas autoridades eclesiais como Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá os Bispos Diocesanos de Londrina e Campo Mourão, e o Vigário Capitular de Jacarezinho foram os responsáveis pelos discursos no evento.¹⁴⁶

Os dois pronunciamentos mais importantes foram realizados por Dom Jaime e por Dom Geraldo, bispos de Maringá e Londrina. O discurso de Dom Jaime enfatizou como a Igreja Católica se colocava frente aos problemas sociais do homem do campo. A tônica central do discurso foi apontar para os trabalhadores rurais, “o justo caminho a seguir, no sentido de propor soluções para os “angustiantes problemas do trabalhador rural”.

Referindo-se ainda ao Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná, Dom Jaime declarou:

O esforço comunista de infiltração atinge Maringá, com o congresso que

¹⁴⁵ COELHO. J. Convite de inauguração da FAP. Este convite foi enviado à várias autoridades estaduais e federais . Arquivo da FAP da FAP. 1961.

¹⁴⁶ Ibid.1961.

se realiza agora mesmo, a poucos passos daqui, liderados pelo celebre agitador Francisco Julião, o homem das famigeradas organizações conhecidas como: “Ligas Camponesas”. Como em toda iniciativa de inspiração vermelha, essas ligas envolvem pessoas desprevenidas e de boa fé, que participam delas geralmente desconhecendo o mal causado através de tais organizações a Pátria e aos semelhantes.¹⁴⁷

As ações realizadas pelos dirigentes da FAP confirmavam a luta pelos direitos do pequeno trabalhador rural, ressaltando para isso o cumprimento da ordem, do respeito mútuo, das leis do trabalho. Entretanto, os ataques ao comunismo pela Igreja se fizeram presente nas declarações de um dos Bispos participante, D. Jaime Coelho, em seu discurso, perguntou as pessoas presentes:

Algum de vós já tomou conhecimento de qualquer obra de interesse social realizada pelos comunistas? Construíram eles algum dia qualquer hospital para uso dos desfavorecidos da sorte?¹⁴⁸

Dom Geraldo Fernandes, bispo de Londrina, abordou em seu discurso a responsabilidade de propor algumas soluções para os problemas do homem do campo, aproveitando para criticar Francisco Julião e o PCB.

O povo acredita em nós e acredita porque nós nunca enganamos o povo. Nunca o traímos. Surgem por todos os lados os demagogos, os aproveitadores, os oportunistas, os caçadores de votos, os promesseiros. Mas o povo não acredita mais neles e dirige um olhar confiado e angustiado para nós, pedindo orientação e, mais ainda, pedindo que, nesta hora grave, nós bispos, marchemos a sua frente, dispostos não somente orientá-los, mas a receber os primeiros golpes daqueles que, de qualquer forma, querem escravizar o homem, que isso se dê nas cidades, quer nos campos.¹⁴⁹

O bispo de Londrina considerava que o maior problema do homem do campo no norte do Paraná era a questão agrária. Por isso, defendia a causa ao “agir a favor dos camponeses”, aquele momento seria o de “conhecer bem a realidade agrária do norte do Paraná”. Para Dom Geraldo, a reforma agrária percorria a necessidade de resolver os problemas de imensa complexidade prática, deveria

¹⁴⁷ Orientações aos Trabalhadores rurais. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁴⁸ Orientações aos trabalhadores rurais. Arquivo da FAP. 1962.

¹⁴⁹ FERNANDES, G. Discurso realizado no lançamento da FAP. Arquivo FAP. 1961.

acontecer com cautela e no momento oportuno.

Sobre as condições de vida do homem do campo, D. Geraldo expunha que a situação do trabalhador rural do norte do Paraná era parecida a dos “escravos”, cuja principal liberdade consistia em “trocar de dono”. Essa realidade devia-se a péssima “situação de vida” e a “falta de dignidade” dos trabalhadores rurais que segundo ele, “era culpa dos fazendeiros, o colono e do governo”. Neste sentido, considerava que muitos fazendeiros eram “injustos, desumanos e cruéis” e por isso:

Não se preocupam senão do dinheiro, da mesa farta, de diversões, de orgias e bacanais. E não se preocupam do nome de seus irmãos, os empregados, os colonos. E, se nos lhe perguntarmos, onde moram os seus irmãos, os colonos, onde estão a saúde dos seus irmãos, os filhos de seus colonos, onde está a roupa e a comida dos seus irmãos, os assalariados, respondem com desdém de Caim: tenho alguma coisa que ver com meus irmãos?¹⁵⁰

Contudo, entendia que a responsabilidade do trabalhador rural no cumprimento de seu dever na lavoura era fundamental para as soluções dos problemas rurais. A solução, então, não deveria partir somente do fazendeiro. O assalariado, o colono, o volante, o porcentageiro ou aquele que tinha outra forma de contrato de trabalho, devia agir como “servo fiel de que vos fala o Senhor, no Evangelho”.¹⁵¹

Dom Geraldo aponta também a responsabilidade do governo com relação aos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais “esquecidos dos poderes públicos”. Segundo ele, “governos honestos e patrióticos” deveriam colaborar, com “empreendimentos públicos e particulares”. Reforça o pedido de estradas, energia elétrica, escolas, assistência e saúde para a região sem deixar de ressaltar o papel da Igreja Católica como porta-voz dos trabalhadores rurais.

Numa hora, em que tanto no estado como no país, o povo dá um voto de confiança aos seus mandatários, nós os Bispos, cumpridores e guardas da lei, damos o nosso voto amplíssimo de confiança aos homens que, por vontade do povo e de Deus, nos governam e, junto com esse voto, vai o

¹⁵⁰ FERNANDES, G. Discurso realizado no lançamento da FAP. Arquivo FAP. 1961.

¹⁵¹ Ibid. 1961.

nosso pedido de crédito fácil para os pequenos, humildes e pobres.¹⁵²

Dom Geraldo cobra do governo financiamentos para compra de sementes e garantias reais de preços mínimos para os cereais e para o café. Defende a região norte do Paraná, considerando que há uma “variedade singular de culturas” como o café, o algodão, o milho, o feijão, o arroz, a batata, a mandioca, o ramí, o tungue, a hortelã, a mamona e a pecuária, que necessitam da proteção dos poderes da Nação e do Estado.

Torna-se evidente a intenção do Bispo de Londrina ao apontar a Igreja Católica como solução para os problemas rurais, a intenção era em assumir o controle dos trabalhadores rurais no norte do Paraná.

Mas, pareceu ao Episcopado do norte do Paraná que, não basta, na hora presente, marcharmos, lado a lado, com os camponeses. Chegou a hora de caminharos na frente.¹⁵³

D. Geraldo considera que o motivo da fundação da entidade era para “congregar, unir, orientar, e dirigir os nossos homens do campo”. Otimista em seu pronunciamento diz que os trabalhadores rurais “esperavam por nós” e “em nós, uma esperança” sendo que “não foi necessário nem um mês para arregimentar mais de (vinte) mil associados”. Para o bispo de Londrina, a Frente Agrária Paranaense tinha o objetivo de “instruir, formar, educar” através de Escolas de Educação de Base, apoiadas pelo governo.

O Bispo de Campo Mourão, D. Eliseu Mendes, também acrescenta em seu discurso que os bispos sempre foram “amigos legítimos” dos trabalhadores rurais e que “agora mais do que nunca podiam confiar na ação dos representantes da Igreja.”¹⁵⁴

Os religiosos da FAP calcularam que mais de 10 mil pessoas participaram da

¹⁵² Ibid.1961.

¹⁵³ Ibid.1961.

¹⁵⁴ MENDES, E. Discurso de lançamento da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

Festa da Lavoura em Maringá. Para eles esse movimento tinha por objetivo a “arregimentação do homem do campo”, que incluiu principalmente o “estabelecimento de uma reforma agrária” inspirada nos princípios da “justiça social e da doutrina da Igreja”. As orientações eram fundamentadas nas Encíclicas Papais, principalmente a “*Mater et Magistra*” de João XXIII. D. Jaime faz referência à “aludida encíclica” e durante discurso intitulado: Por um mundo melhor/Festa da Lavoura considerou que:

Mais do que, com palavras nossas, desejamos apontar os ensinamentos do papa João XXIII, em sua recente Encíclica “*Mater Et Magistra*”, referentes ao problema rural. Diz o Papa, ao terminar a encíclica: “Se cada um entregar-se de coração a esta obra (a resolução dos problemas sociais), não pode deixar de ser um grande auxílio para o estabelecimento do reino de cristo na terra, Reino de verdade e da vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz”.¹⁵⁵

Os religiosos apontam os ensinamentos do papa João XXIII, em sua Encíclica *Mater Et magistra*, como fundamentais na solução dos problemas rurais. Em seu discurso, o bispo D. Jaime Luiz Coelho estabelece com atitude relevante aos trabalhadores rurais, cumprirem as normas ditadas por essa Encíclica.

Se cada um entregar-se de coração a esta obra (a resolução dos problemas sociais), não pode deixar de ser um grande auxílio para o estabelecimento do reino de cristo na terra, Reino de verdade e da vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz.¹⁵⁶

Os bispos da FAP consideravam-se aptos a orientar todos os trabalhadores rurais do estado. Desta maneira, reproduziam uma imagem social de “salvadores do homem do campo”.

A FAP pretendia agir de forma independente enquanto sociedade de caráter civil. Para isso a Igreja estruturava-se enquanto organização sindical, buscando o

¹⁵⁵ COELHO, J. Discurso apresentado no lançamento da FAP. Por um mundo melhor /Festa da Lavoura. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁵⁶ COELHO, J. Discurso de Lançamento da FAP. O bispo aborda a Encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII. Arquivo FAP. 1961.

reconhecimento pleno de suas atividades políticas e sociais. Diante dos esclarecimentos de sua função, a entidade se colocava como entidade civil com finalidades de caráter político e social.

Conforme o art. 1.º do estatuto, a entidade ficou registrada com a denominação “Frente Agrária Paranaense” e tinha como base territorial o Estado do Paraná. Apresentava-se como uma sociedade civil, legalmente registrada em conformidade com a legislação que regula os registros públicos, “sob n. 21, no Livro a-1 (Pessoas Jurídicas), em 29-5-62, nº 2 Ofício de Títulos e Documentos da Comarca de Maringá”. Dessa forma, a FAP considerava-se independente do reconhecimento ou fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Ainda no estatuto a FAP orientava os trabalhadores rurais do Estado do Paraná que se filiavam “espontaneamente”, pois, destacava como objetivo primordial “promover a união da classe para reivindicação da defesa dos seus direitos” como também “prestar-lhe assistência social, educacional e técnica.”¹⁵⁷

Segundo os religiosos, a finalidade da FAP era congregar os trabalhadores da lavoura, localizados no Estado do Paraná. Para isso, apresentava no Estatuto da Frente Agrária as seguintes finalidades:

- a) a realização de estudos, campanhas e movimentos que visem à apresentação objetiva da nossa verdade agrária;
- b) a criação de escolas distritais e escolas radiofônicas para educação de base aos seus associados e respectivos dependentes;
- c) a prestação, aos associados e suas famílias, de assistência à saúde, à maternidade e a infância, na medida de suas possibilidades;
- d) a criação de serviços de assistência jurídica aos seus associados, visando à proteção e defesa dos seus direitos junto aos empregadores bem como o atendimento de reivindicações salariais e de outras reivindicações justas junto aos poderes públicos ou entidades particulares;
- e) a prestação de assistência religiosa;
- f) a fundação e difusão de serviços de assistência técnica, com o fim de levar os seus associados a conseguirem melhor produção em condições mais modernas e mais humanas de trabalho:

¹⁵⁷COELHO, J. Declaração. Em resposta ao of. PF. 6/ 64, referente ao Proc. MTPS 208691/63, documentos FAP. 1964.

- g) a fundação de cooperativas de crédito de crédito e de consumo;
- h) a correta educação dos seus associados, visando a prepará-los convenientemente para adequada utilização, exploração e administração de suas futuras propriedades rurais;
- i) a realização de entendimentos entre trabalhadores e proprietários , com o objetivo de conseguir para aquelas moradias mais humanas e de promover entre todos um clima de harmonia e amizade , baseado na compreensão e respeito recíproco.
- j) a colaboração com os poderes com os poderes públicos ou com outras associações de classe em campanhas , movimento e serviços que visam melhorar as condições de vida dos trabalhadores paranaense da lavoura.¹⁵⁸

A intenção desta lei era de congregar os trabalhadores da lavoura, pequenos sítiantes, colonos, porcentageiros, peões e outras categorias. Para a FAP, o objetivo disso era de proporcionar aos trabalhadores rurais¹⁵⁹ “condições mais humana de vida”. Entretanto,ressalta acrescer que a ação da Igreja era empreendida principalmente, no sentido de destruir a influência comunista sobre o movimento trabalhista rural. Para tal atitude a entidade se organizou institucionalmente na tentativa de obter sucesso contra os comunistas. Vejamos a seguir os principais objetivos da FAP:

- (1) formar lideranças regionais e locais,
- (2) estudar os problemas locais, levando as reivindicações para o cotejo do Estado;
- (3)realizar debates e conferências para formar mentalidade;
- (4) instalação de uma emissora de rádio para a educação dos trabalhadores rurais e a divulgação da FAP;
- (5) formação da opinião pública para um autêntico solidarismo cristão
- (6) instalação de departamentos técnicos, judiciais e de assistência médica;
- (7) criação de associações profissionais que se transformam em sindicatos¹⁶⁰

Os bispos da FAP passavam a imagem de legítimos representantes do movimento de luta política e social dos trabalhadores rurais. A entidade ao

¹⁵⁸ Estatuto. Documentos da FAP. 1962.

¹⁵⁹ Quando se fala de trabalhadores rurais a FAP entende; o pequeno proprietário, o porcentageiro, o meeiro, o peão, o assalariado. Esta informação consta em um documento denominado: Relato histórico da Frente Agrária Paranaense.

¹⁶⁰ Orientação para formação de líderes sindicais: Esquema geral para um Programa de Ação. Arquivo da FAP. 1961

apresentar-se como defensora dos trabalhadores rurais, mobilizava e orientava os trabalhadores rurais a atingir seu principal objetivo, o combate aos comunistas. Justifica-se este fato a partir das orientações sindicais apresentadas pela entidade que priorizava principalmente que os sindicatos tivessem “elementos suficientes esclarecidos para a defesa de suas teses e o combate às teses antidemocráticas.”¹⁶¹

No dia da fundação da FAP e também do Segundo Congresso de Trabalhadores Rurais em Maringá, houve conflitos durante uma concentração de trabalhadores rurais, do qual participaram estudantes secundários e universitários que se opunham aos comunistas.

Segundo o jornal Estado de São Paulo, os estudantes apresentaram-se aos congressistas e solicitaram um debate público com o deputado Francisco Julião. A reportagem abaixo evidencia que a polícia interveio na manifestação. Os bombeiros tiveram que lançar “jactos d’água nos manifestantes”. De acordo com esta reportagem, “os manifestantes resistiram cantando o Hino Nacional” e em seguida passaram a defender-se com pedras

Estimulados por sacerdotes, estudantes de Maringá tentaram invadir as dependências onde se realiza o II Congresso dos trabalhadores Rurais do Paraná, naquela cidade, para tumultuar a grande concentração camponesa. As autoridades, porém, determinaram imediatas e enérgicas medidas para impedir desordens, verificando-se ligeiro atrito entre os jovens e a polícia.¹⁶²

Mobilizações semelhantes aconteceram durante uma passeata de estudantes de Londrina e Apucarana. Durante passeata, fora realizado o enterro simbólico do deputado Francisco Julião. Sobre esse acontecimento o jornal Estado de São Paulo relata que:

¹⁶¹ Orientação para formação de líderes sindicais: Esquema geral para um Programa de Ação. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁶² Reportagem realizada pelo Jornal Estado de São Paulo sobre o lançamento da FAP intitulada: “Festa da Lavoura”, Consagradora multidão compareceu às festividades da FAP. Arquivo da FAP. 1961

A polícia reforçou a vigilância, preocupando-se o delegado, coronel Haroldo Cordeiro, com a possibilidade de ocorrências mais graves. No horário marcado, às 20 horas, agitou-se o centro da cidade com a passeata de cerca de 2 mil pessoas, conduzindo o caixão simbólico até o local onde se realizaram as reuniões do congresso, e que se encontrava fechado, porque os congressistas, a oposição sentida, suspenderam a segunda sessão hoje.¹⁶³

Segundo reportagem, neste acontecimento houve correrias e depredações, sendo atingidos os hotéis como o Indaiá, Esplanada e Grande Hotel, além da tentativa de um assalto à Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. Sobre este fato o jornal Estado de São Paulo considera que:

O delegado conservou-se calmo, ordenou que os guardas dispersassem os desordeiros á borracha, mas não prendeu ninguém e conseguiu acalmar o centro da cidade.¹⁶⁴

D. Jaime relata que pediu a Haroldo Cordeiro, delegado regional de Polícia e a Ítalo Conti, chefe da polícia do Estado, a manutenção da ordem junto aos estudantes durante os congressos comunistas. Assim relata como agiu:

No dia 14, em que os estudantes se dispuseram a fazer o enterro simbólico do deputado Francisco Julião, chamei á minha residência uma comissão dos mesmos e, orientando-os a que tudo fizessem com calma e ordem, pois ninguém lhes poderia tirar o direito de manifestação pública do seu repúdio aos comunistas e aos seus agitadores profissionais encaminhei-os, em seguida ao cel. Haroldo, que com os mesmos acertou as medidas a tomar na aludida manifestação.¹⁶⁵

Os bispos contavam com o apoio de representantes da esfera política e religiosa de várias regiões do Paraná e outros estados. Algumas correspondências mostram que a repercussão da fundação atingiu vários estados do país. Representantes religiosos de Minas Gerais solicitavam informações e materiais sobre a Frente Agrária do Paraná, para que “possam tentar fazer algo semelhante

¹⁶³ Jornal Estado de São Paulo. Manifestação em Maringá contra o chefe das Ligas. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁶⁴ Ibid. 1961.

¹⁶⁵ COELHO, J. Documento apresentado por D. Jaime ao “O jornal” intitulado “Carta Aberta”. Arquivo da FAP. 1961.

em benefício dos lavradores mineiros”.¹⁶⁶

A entidade foi saudada, pelo clero do estado, por alguns políticos, pela imprensa e sindicatos cristãos. No documento abaixo o governador Ney Braga expõe sua posição a respeito da fundação da FAP. No ofício enviado ao bispo de Maringá, o governador do Estado do Paraná agradece o convite para participar do lançamento da FAP. No entanto, o governador não comparece e o ofício foi lido na solenidade em forma de mensagem.

O governador apresentava apoio e solidariedade à instalação em Maringá da entidade, tida como “solução cristã do problema social a única compatível com as nossas tradições”, e ainda afirmava sua ação seria amenizadora dos “angustiantes problemas que afligem o homem da terra, esse construtor de nossa grandeza econômica, até aqui entregue à própria sorte”.

Segundo o governador, a iniciativa do episcopado paranaense tinha decisiva importância na luta pelo “desbravamento” dos caminhos que conduziriam às “soluções inadiáveis e urgentes”. Dessa forma, ressaltava que:

O governo vê, nesse conclave, a complementação ideal da ação que vem desenvolvendo e, por isso mesmo, saúda a Frente Agrária do Paraná, pois encara a orientação cristã que lhe é dada como garantia de resultados que realmente concorrerão para uma solução ainda mais consentânea com os interesses dos humildes.¹⁶⁷

A partir da fundação da FAP, o combate ao comunismo tornou-se o principal objetivo de ação dos membros do clero paranaense. A “Festa da Lavoura” representou simbolicamente uma manifestação anticomunista. Segundo os religiosos e simpatizantes da entidade foi grande a repercussão que o movimento alcançou na região. Com o objetivo de homenagear o lançamento da Frente Agrária

¹⁶⁶ Ofício enviado pela Cúria Diocesana de Teófilo Otoni, Minas Gerais ao Bispo de Maringá. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁶⁷ BRAGA, N. Ofício do governador do Estado do Paraná, enviado ao bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. Arquivo da FAP. 1961.

Paranaense o Secretário Geral do Diretório do Partido Democrata Cristão da cidade de Bonsucesso envia um ofício ao Bispo de Maringá. Este tipo de comunicação mostra a adesão de alguns grupos sociais à proposta do sindicalismo católico.

Este diretório municipal vem congratular-se com V. Excia. e demais bispos promotores do movimento social realizado ontem nessa cidade com a magnífica iniciativa do lançamento da Frente Agrária Paranaense (FAP), que contou com a colaboração de todos os prelados do Paraná e do Brasil, a fim de, com suas autoridades morais, levarem avante a feliz idéia, a qual, temos certeza, não ficará apenas nas palavras de consolação e esperança tão sabiamente lançadas ontem por destacados oradores, mas que seja levada para o campo das ações e do trabalho, amparando de fato o nosso trabalhador do campo.¹⁶⁸

Após o lançamento da FAP, várias regiões do país procuraram entrar em contato com a entidade. Várias manifestações semelhantes aconteceram em outras cidades ou estados.

Mostrando-se satisfeito com o resultado do lançamento da FAP, o Padre Hilton Rôvere da Paróquia de Itajaí, Santa Catarina, solicita ao bispo de Maringá informações de como organizar o movimento rural:

Ouvi, há dias, pelo rádio, a frente que os cidadãos de Maringá fizeram contra as ligas camponesas do Julião. Procurei investigar qual a cabeça do movimento e logo descobri que partia de um plano que V. Excia. organizou na diocese em relação ao movimento agrário. Gostaria de tomar conhecimento deste plano através, talvez, dos estatutos desta organização. Por aqui, graças a Deus, não surgiu nenhum movimento contra. Ganhará quem chegar primeiro. Por isso, a Igreja irá começar já! Faltava-nos, no entanto, uma solução concreta. Acredito que esta organização de V. Excia. possa ser organizada aqui também.¹⁶⁹

Para os bispos, o lançamento da entidade repercutiu de forma positiva. Em resposta ao padre de Itajaí, D. Jaime diz que foi organizado um Congresso comunista no mesmo dia e horário que organizaram as festividades da FAP, mesmo

¹⁶⁸ O documento analisado é um ofício encaminhado pelo Secretário Geral do Diretório do Partido Cristão da cidade de Bonsucesso, em 14 de agosto de 1961, ao bispo de Maringá.

¹⁶⁹ RÔVERE, H. Ofício enviado ao bispo de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho. Arquivo da FAP. 1961.

confrontados diz que: “fizemos de tudo para desbastá-lo Graças a Deus, tivemos uma surpreendente vitória”. Neste sentido, as atividades da organização estenderam-se em várias localidades, pois a intenção era alcançar um grande número de regiões e conseqüentemente de associados. No ofício abaixo D. Jaime, fala sobre a repercussão da organização em algumas cidades do norte do Estado.

Já fizemos uma festa do agricultor, em Cianorte, na Diocese de Campo Mourão, em outubro. No dia 10 de dezembro haverá uma em Jataizinho, diocese de Jacarezinho.¹⁷⁰

Aliados aos empregadores rurais e autoridades políticas, os bispos da FAP trataram de criar uma vinculação com políticos influentes do estado. Essa atitude visava o fortalecimento político da entidade para assim agir na desestruturação do movimento comunista. Conforme demonstra a correspondência abaixo enviada ao então Secretário da Agricultura do Paraná Dr. Paulo Pimentel, observa-se a tentativa de buscar apoio à causa sindical da FAP:

A Frente Agrária Paranaense, tendo em vista proporcionar aos lavradores condições mais humanas de vida, vem a V. Excia. apresentar as reivindicações julgadas essenciais ao seu bem estar físico, mental e social, na certeza de receber vosso apoio de homem público preocupado com a solução cristã dos problemas da população rural. Numa visão de conjunto, temos que considerar o trinômio Homem-Terra-Produção Agrícola.¹⁷¹

Percebe-se que Igreja Católica teve um papel fundamental na história dos movimentos agrários. Procurava acionar as autoridades governamentais no sentido de reivindicar melhores preços e uma política agrícola eficaz favorável aos sindicalizados. Conforme documentação escrita pelo bispo D. Jaime ao deputado Paulo Pimentel torna-se clara a posição assumida pela organização quanto à

¹⁷⁰COELHO, J. Ofício enviado pelo bispo de Maringá em resposta ao padre Hilton Rôvere, da paróquia de Itajaí, Santa Catarina. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁷¹ COELHO, J. Carta enviada ao secretário da Agricultura Paulo Pimentel. Arquivo da FAP. 1961.

produção agrícola da região norte do Paraná:

Inicialmente queremos lembrar que se prepara a lavoura para colher, enorme safra de algodão e cereais no próximo ano e que se evidencia a necessidade de preços mínimos remunerados. É imperativo de justiça social abrir ao homem do campo possibilidades de preços compensadores às suas colheitas, contribuindo assim para encorajá-lo a permanecer e progredir nas atividades agrícolas, tirando-o do ceticismo, do desânimo e da desesperança em que cada vez mais se enleia e também da crescente hostilidade em relação às medidas governamentais. Em resumo, seria um passo em favor da alteração da política que há muito vem sendo seguida nos pais, ou seja, a de relegar ao esquecimento a agricultura entre o ritmo de desenvolvimento das duas atividades está patente para todos bem como as graves conseqüências daí decorrentes.¹⁷²

Essa postura, em manter laços políticos e agir cordialmente com autoridades do estado, pode ser percebida na correspondência que o Bispo D. Jaime Luiz Coelho dirige ao governador do Estado Ney Braga em agradecimento a mensagem enviada sobre a Fundação da FAP.

Os bispos do norte do Paraná, com sedes em Londrina, Maringá e Campo Mourão agradecem mensagem ao governador por ocasião do lançamento da FAP. (...) Senhor governador nós, os bispos do norte do Paraná, a região mais densamente agrícola do Brasil não somos contra ninguém. Somos a favor dos lavradores.¹⁷³

Assim, em toda a atuação da FAP houve uma relação amistosa entre a entidade e o poder governamental. Dom Jaime Luiz Coelho contava com o apoio financeiro do governo para realizar gastos com agrônomos, assistentes sociais, aquisição de máquinas agrícolas e assistência à saúde. Os bispos mantinham-se favoráveis e confiantes na política dos “homens que por vontade do povo de Deus, governam”. No telegrama enviado pelo bispo de Maringá ao secretário da agricultura fica clara essa posição:

¹⁷² COELHO, J. Carta ao enviada ao Secretário da agricultura, Paulo Pimentel. O padrão da letra segue ao documento original. Arquivo da FAP. 1962.

¹⁷³ COELHO, J. Carta enviada ao governador Ney Braga. Arquivo da FAP. 1961.

Com meus cumprimentos venho solicitar a V.Excia.a fineza de incluir na proposta orçamentária estadual para 1963 um auxílio de CR\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros) para a Frente Agrária Paranaense, entidade já do conhecimento de V. Excia.¹⁷⁴

Desde o início da constituição da entidade D. Jaime procurou estruturar um bom relacionamento político com diferentes forças políticas. Além do governo do estado, outras autoridades nacionais mantinham relações políticas com a entidade. Endereçado as autoridades regionais, eclesiais e aos sindicalizados da FAP, dirigia-se o convite para a recepção de Carlos Lacerda. Neste convite fica evidente a proposta de união política:

A Frente agrária paranaense, Núcleo regional de Maringá, dentro do seu programa democrático cristão, lutando para somar seus esforços aos esforços de homens que realmente desejam a redenção social e econômica do Brasil, convida todos os seus associados e os membros dos sindicatos rurais para, no próximo domingo, dia 7, às 10 horas, recepcionarem o Exmo. Senhor Governador da Guanabara, Dr. Carlos Lacerda, que visita a nossa cidade numa campanha de esclarecimento em torno da Reforma Agrária.¹⁷⁵

Ainda assim, mesmo tendo a Igreja Católica um bom relacionamento com líderes políticos de direita, definir uma tendência política de direita ou de esquerda para a entidade, torna-se um equívoco. As ações da Igreja Católica mostram que o objetivo principal enquanto dirigente do sindicalismo rural, era de conquistar a hegemonia do controle sindical no norte do Paraná para eliminar a ação do comunismo. Sobre este assunto Marchi aborda que:

Imediatamente o episcopado conclamou os seus fiéis que, como cristãos, deveriam atuar em todos os setores da vida, organizando-se para reconquistar as massas católicas disputadas e atraídas pelos adversários da Igreja. A estratégia já não se limitava ao discurso, mas à reconquista. Tratava-se de recristianizar a sociedade. Uma elite de católicos e suas associações foram recrutadas para atuar de forma articulada e controlada pela hierarquia. Lutava por um catolicismo que não era nem de direita nem de esquerda, mas que apresentasse uma solução católica para as questões sociais.¹⁷⁶

¹⁷⁴ COELHO, J. Telegrama enviado ao Secretário da Agricultura do Paraná. Arquivo da FAP. 1963.

¹⁷⁵ Convite. Atenção: Trabalhadores Rurais. Documentos da FAP. 1963.

¹⁷⁶ MARCHI, E. A igreja do Brasil e o plano de emergência -1952-1962. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.30.2001. P.92.

Pode-se concluir que a FAP visava assumir uma postura de mandatária do meio rural para combater o avanço comunista. Para isso, apresentava em seu discurso o amparo a questões trabalhistas, sociais e espirituais sempre na “harmonia e entendimento entre patrões e trabalhadores rurais”.

Com a intenção de conquistar o maior número possível de trabalhadores rurais para o sindicalismo católico, os religiosos afirmavam serem contrários à proteção dos ricos proprietários, e se diziam preparados para “salvaguardar os direitos do pequeno trabalhador rural, dentro da ordem, do respeito mútuo, das leis do trabalho”.

Apesar desta explicação, fica claro que a intenção da entidade, porém não se reduzia apenas no valor da suas realizações e nos benefícios que fez ao homem do campo, mas principalmente na disputa de luta em eliminar o comunismo.

3.2 As estratégias de consolidação da FAP

A atuação da Igreja Católica no norte do Paraná deve ser entendida a partir da postura que esta entidade assumiu frente ao avanço comunista. É importante refletir sobre quais atitudes a FAP assumiu diante da efervescência dos movimentos rurais comunistas e quais efeitos tiveram suas ações enquanto órgão de representação sindical.

No início da década de 1960, com a intenção de combater o comunismo a Igreja organizou o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Através da FAP, os bispos passaram a assumir posições de apoio às lutas rurais, dinamizando nelas as críticas ao comunismo e o questionamento das injustiças sociais.

Através de manifestações, reivindicações e protestos dos sindicalistas católicos, os dirigentes da FAP utilizavam da imprensa e aparecia à sociedade,

lutando pelos interesses sociais e na defesa de direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. Era também através da imprensa que os bispos apresentavam as orientações da entidade aos sindicalizados. A intenção era de conquistar maior número de sindicalizados, criar novos sindicatos e diminuir a ação dos comunistas entre os trabalhadores rurais.

Para destruir a influência dos comunistas no movimento dos trabalhadores rurais, a entidade utilizou das mesmas estratégias do PCB: a organização institucional. A FAP acreditava que para ter êxito em sua missão, o melhor seria instalar um Conselho Geral. Para os bispos católicos este órgão deveria agir “na cidade embrião do movimento subversivo no Paraná”, Londrina.

O sindicalismo católico procurava ampliar seu grau de influência entre os trabalhadores não sindicalizados. Assim, tinha por objetivo mobilizar trabalhadores rurais de diversas regiões do norte do Paraná e conseqüentemente fortalecer o sindicato.

Com a fundação do sindicalismo católico, surgia uma ampla discussão acerca das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais. Os baixos salários e a exploração a que eram submetidos excluía-os da cidadania. No capítulo III do estatuto da entidade, os religiosos definiam os direitos e deveres dos sindicalizados. Neste documento é possível visualizar que a Igreja ofertou diversos serviços de assistência jurídica, médica, educacional e religiosa aos trabalhadores rurais. No Art. 34 apresentam-se os direitos dos sócios que são os seguintes:

- Tomar parte nas assembléias gerais do Núcleo Distrital a que estiver vinculado:
- Votar e ser votado na forma prevista por estes Estatutos e pelas instruções do conselho Central:
- Freqüentar as escolas e cursos fundados pela FAP, podendo fazê-los freqüentar também por suas famílias:
- Utilizar e fazer suas famílias utilizarem os serviços de assistências médica, jurídica, religiosa e social, dentaria, técnica e educacional, mantidos pela sociedade.

Participar de campanhas e movimentos promovidos pela FAP,
Utilizar as cooperativas de consumo e as de crédito, fundadas por
iniciativa da entidade.¹⁷⁷

Essa forma de atuação tinha por objetivo impedir que os trabalhadores rurais se associassem aos sindicatos de orientação comunista. Através das orientações dos religiosos os trabalhadores rurais eram esclarecidos quanto às normas estabelecidas pelo sindicato, valor e formas de pagamento do “imposto sindical”, como nos mostra o documento abaixo:

Sem contribuição não poderá funcionar um sindicato que, naturalmente, terá despesas com livros, condução, prestação de serviços diversos. O imposto sindical, que está no Estatuto do Trabalhador Rural, será dividido por todos os lavradores, que sejam sindicalizados ou não. Existindo um sindicato o dinheiro do imposto sindical (60% mais ou menos) será para ele. Caso contrário será da federação de sua categoria sediada na Capital do Estado. A contribuição mensal, normalmente é de Cr\$100,00 mensais, preço de uma carteira de cigarros barato. Se você acha que não vale a pena de gastar Cr\$ 100,00 para defender seus interesses e poder mudar de vida, então continue como está, para ver como é que fica.¹⁷⁸

Torna-se evidente na análise do estatuto da FAP que o sindicalismo católico priorizava uma conduta sindical baseada na moral cristã. Essa atitude foi fundamental para o fortalecimento dos sindicatos católicos, já que a intenção dos bispos era manter a crença na fé e unidade sindical. No Art.35 os deveres dos sócios são destacados desta forma:

Cumprir estes Estatutos e os regulamentos em vigor,
Acatar as determinações dos órgãos administrativos competentes;
Pagar em dia a mensalidade arbitrada pelo Conselho Regional;
Colaborar com a FAP para que a mesma realize as suas finalidades;
Abster-se de discussões de caráter político- partidário nas reuniões da FAP: comunicar aos órgãos competentes quaisquer fatos desabonadores da conduta de qualquer membro da FAP, que possa desvirtuar o sentido cristão ou social de entidade.¹⁷⁹

Os bispos agiam como porta-vozes do sindicalismo católico, representando os

¹⁷⁷ Estatuto da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁷⁸ Movimento de Orientação Rural, esclarecimentos sobre sindicalização, documentos da FAP, Bdo n13. Arquivo da FAP. 1964.

¹⁷⁹ Estatuto da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

trabalhadores rurais politicamente e direcionando-os nas reivindicações, manifestações ou protestos. Sobre este fato, o sociólogo Heller Silva considera que ao criar a FAP os bispos se colocaram como representantes dos lavradores católicos na região, como verdadeiros “amigos legítimos dos trabalhadores”, e em função do avanço comunista “já não era mais suficiente caminhar ao lado dos camponeses” e sim era o momento de “caminhar na frente”. Sobre este fato o autor considera que:

Representando o campesinato, o clero podia defender a existência do grupo de lavradores enquanto força política, a partir de então portadores de uma voz política. O episcopado se apropriou, ao mesmo tempo, da palavra e da força desse grupo.¹⁸⁰

Pode-se considerar que as ações que motivaram a criação dos sindicatos vão além de uma simples interpretação das lutas e conflitos sociais envolvendo os trabalhadores rurais do norte do Paraná, pois se deve ressaltar que as experiências vivenciadas por muitos trabalhadores nesse período estiveram vinculadas a Igreja Católica.

A entidade procurava orientar os trabalhadores rurais, esclarecendo dúvidas sobre a sindicalização. A principal intenção estava em mostrar uma imagem aos trabalhadores rurais que os bispos estariam prontos a realizar o papel de representantes e defensores políticos frente ao poder público. Respondendo a pergunta feita aos sindicalistas; por que deve o lavrador entrar no sindicato? Os formadores sindicais respondem:

Porque somente por meio do sindicato ele pode ter força para reclamar do governo, melhores assistências, melhores estradas, mais escolas, melhores preços para seus produtos, adubos mais baratos, as vozes isoladas não conseguem nada. A união faz a força.¹⁸¹

As instruções de como atuar no sindicato católico abria espaço para a

¹⁸⁰ SILVA, O.H. A Foice e a Cruz. Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa De Bassi, 1996. P.229.

¹⁸¹ Movimento de Orientação Rural, esclarecimentos sobre sindicalização, documentos da FAP, Bdo n13. Arquivo da FAP. 1964.

discussão de problemas sociais e educacionais. A intenção da FAP era de conquistar o maior número de adeptos para desestruturar os sindicatos comunistas. Para isso discursava em torno de soluções de problemas que fugiam das leis trabalhistas, mas que eram fundamentais para a vida dos trabalhadores rurais. Quando questionados sobre a postura de atuação dos sindicatos os formadores sindicais respondiam:

O governo quer a sindicalização porque há necessidade de resolver problemas de alfabetização, doenças, desnutrição, moradias que poderão ser conseguidas mais facilmente quando o homem do campo se associar e ajudar o governo nessa tarefa. Há também gente no governo que quer a fundação dos sindicatos para fins políticos (...). São os comunistas infiltrados no governo. A Igreja recomenda a sindicalização para melhorar o nível de vida da população rural para enfrentar os comunistas ateus com as próprias armas que eles usam e mostrar ao povo que sindicato não é somente para provocar greves, etc. etc. O falecido João XXIII na "*Mater et Magistra*" diz que associações e cooperativas são importantíssimas para o pequeno lavrador.¹⁸²

A ação dos trabalhadores rurais restringia-se somente na atuação como sindicalizados. O Estatuto da entidade apresenta que a presidência e os cargos de comando não podiam ser assumidos por trabalhadores rurais. Determinando o comando a bispos da Igreja e padres de confiança nomeados por eles.

Nos artigos 3º, 4º e 5º, do estatuto percebe-se que a entidade seria orientada e governada por uma Administração Central com sede na cidade de Londrina sendo sua diretoria assumida pelos bispos. Teria um Centro Regional em cada Diocese localizada no Estado do Paraná e um núcleo distrital em cada uma de suas Paróquias. A administração central era formada pelos seguintes órgãos: Conselho Central e Secretaria Geral, sendo que o Conselho Central seria então o órgão supremo da entidade, formado pelos bispos das diversas dioceses paranaenses que participassem da FAP.

A disputa da FAP com os comunistas, algumas vezes, provocava conflitos

¹⁸² Movimento de Orientação Rural, orientações sobre sindicalização, documentos da FAP, Bdo n13. Arquivo da FAP. 1964.

políticos com aliados do PCB. Durante o processo de regulamentação dos sindicatos católicos, os bispos divergiram com vários representantes do Governo Federal, principalmente Amaury Silva, Ministro do Trabalho.

Dessa forma é necessário destacar como a entidade se lançou em um embate político com autoridades governamentais pelo reconhecimento dos sindicatos. Conforme a transcrição de um documento enviado pelo Bispo D. Jaime Luiz Coelho ao Sr. Fernando Dias Martins, então Secretário do Ministro do Trabalho, percebe-se que a luta pela legitimação sindical católica se tornava uma das principais questões que a entidade buscava solucionar naquele momento:

Gostaria de saber quais os rumos a serem tomados pela sindicalização rural. Diante do movimento empreendido pela Frente Agrária Paranaense quanto à sindicalização rural, ficamos agora sem poder nada informar aos nossos pobres trabalhadores do campo.¹⁸³

Em 11 de agosto de 1963, publicando matéria no jornal da FAP, o bispo de Maringá, D. Jaime Luiz Coelho, protestava e conclamava o povo a protestar contra o Ministério do Trabalho, pois “com criminosa parcialidade ideológica” reconhece os sindicatos comunistas e se nega a reconhecer os “sindicatos rurais organizados pela FAP”¹⁸⁴.

A visão que a FAP tinha dos sindicatos, no entanto, era consoante à visão conservadora, majoritária no seio da Igreja no início dos anos de 1960. Os sindicatos católicos buscavam a legalidade exigida pelo Estado. Dessa forma os dirigentes dos sindicatos preocupavam-se em legalizá-las junto ao Ministério do Trabalho.

Cumpre-nos informar, que em virtude da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), estar sendo atualmente motivo de inquérito, os processos de reconhecimento estão parados. Estamos fazendo gestões para que a situação se normalize o mais rápido possível, não criando obstáculos para a sindicalização.¹⁸⁵

¹⁸³ COELHO, L.C. Carta enviada ao secretário do Ministro do trabalho, Fernando Dias Martins. Arquivo da FAP. 1962.

¹⁸⁴ Folha do Norte do Paraná. “Publicações Democráticas”. Arquivo da FAP. 1963.

¹⁸⁵ ROTTA, J. Ofício enviado ao bispo de Maringá D. Jaime. Arquivo da FAP. 1963.

A busca pelo reconhecimento sindical pode ser analisada não só pela necessidade da organização, de ampliar a sua liberdade de ação e influência durante os processos de reivindicações trabalhistas frente à legislação social rural. Para a FAP o principal objetivo em consolidar e legitimar o controle sindical era o de eliminar os sindicatos comunistas.

As dificuldades de legalização eram enfrentadas de diferentes maneiras. Muitas vezes explorando as próprias brechas legais, o que era amplamente estimulado pela imprensa. O processo organizativo que se dava era marcado pelas instituições pré-existentes, que se constituíam em referências para as novas organizações sindicais. No entanto, a busca de possibilidades legais implicava muitas vezes em se submeter a determinadas definições da lei, bem como, em diferenciar-se do que já existia e construir formas novas para afirmar a presença política dos trabalhadores do campo.

Na declaração abaixo, percebe-se a crítica lançada ao Governo João Goulart que “dificultava o reconhecimento dos sindicatos católicos”. Segundo os bispos católicos, a ação da Igreja junto ao trabalhador rural, foi dificultada, bem como a regularização dos Sindicatos Rurais de orientação cristã. Além do PCB, o PTB também era alvo de denúncia e críticas pela Igreja que fazia suas reclamações pela imprensa ou em praça pública.

Até o dia 11 de agosto de 1963, a FAP havia fundado, na Diocese de Maringá, 38 Sindicatos rurais. No entanto, o Ministro do Trabalho, cercado por comunistas, não havia dado nenhuma carta sindical a esses sindicatos da FAP, dando, porém, aos sindicatos fundados pelo comunismo. Já possuem, os comunistas, 5 sindicatos reconhecidos, e com isso, já fundaram a federação dos Sindicatos no Paraná (Rural). Dos 38 sindicatos rurais da FAP, até agora apenas dois foram reconhecidos. As constantes Portarias regulamentando a formação de sindicatos rurais, no Brasil, têm atrapalhando bastante o trabalho da FAP.¹⁸⁶

¹⁸⁶ COELHO, J. Carta enviada ao Vaticano. Arquivo da FAP. 1963.

A decisão de estimular a criação de sindicatos rurais enfrentava sérias adversidades. Com a regulamentação específica sujeita aos questionamentos, a decisão de reconhecimento sindical pelo Ministério do Trabalho passava a ser eminentemente política, dependente das pressões aplicadas contra o governo.

E se esse processo estava mal formado, por que se recusou, até agora, a carta sindical a mais de trinta sindicatos rurais organizados pela FAP? Estão todos enviados de erros na sua organização?

Visto V. Excia desconhecer a finalidade da FAP tem o prazer de lhe enviar um Estatuto da mesma.

Nas palavras que li, proferidas por V. Excia. Foi só o que mereceu a minha atenção.¹⁸⁷

Como forma de fortalecer os sindicatos, a FAP fundou em 1964, a Cooperativa Agrícola de Maringá, para os pequenos trabalhadores rurais. Também ocorreu a fundação de cooperativas em 37 municípios. Assim, estes municípios estariam envolvidos na comercialização agrícola. As cooperativas alcançavam um grande efeito na efetivação e fortalecimento do sindicalismo católico naquele momento.

Assim, os religiosos consideravam que os sindicatos cristãos constituíam-se enquanto forma de pregar a “pacificação do meio rural” entre o “empregado e o patrão”, satisfazendo os interesses de ambos. Para fortalecer o sindicalismo rural houve a criação das Cooperativas como “alternativa segura de comercialização de seus produtos”.

A fundação da Cooperativa da FAP, em Maringá, repercutiu como uma grande conquista dos bispos católicos, pois se abriu a possibilidade de agir em outros lugares. Houve um interesse acentuado em outras paróquias. Dessa forma, outras Cooperativas agrícolas em várias regiões do norte do Paraná visando o

¹⁸⁷ COELHO, J. Telegrama ao Ministro do Trabalho, Amaury de Oliveira e Silva. Arquivo da FAP. 1961.

atendimento aos produtores e associados foram fundadas.

De acordo com o Estatuto da Cooperativa Agrícola Popular, sua sede seria na cidade de Maringá. Era estabelecido para outras cooperativas as regras da legislação trabalhista em vigor. No art.3º consta que as áreas de ação desta Cooperativa estendiam-se de acordo com as possibilidades de “reunião, controle e operações”. Abrangia as comarcas de Maringá, Marialva e Mandaguaçu. No art.4º verifica-se que o prazo de duração da cooperativa seria por tempo indeterminado. Dessa forma, apresentam-se os objetivos das cooperativas:

A cooperativa Agrícola Popular tem por objetivo unir os lavradores e operários domiciliados em sua área de operações e promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos, de acordo com o programa de ação seguinte

Das vendas:

Abrir e manter um armazém para recebimento e venda dos produtos de seus associados, já deduzida a parte para a Secção de Consumo – de modo a diminuir as despesas com transporte dos produtos até o armazém da Sociedade;

Instalar os maquinários necessários ao beneficiamento dos produtos dos associados;

Estabelecer um método de classificação para padronização dos produtos de seus associados, de maneira a permitir, que cada um receba pelo seu produto preço conforme a sua qualidade;

Procurar os melhores mercados para colocação dos produtos entregues a Cooperativa.¹⁸⁸

Com a criação das cooperativas a Igreja Católica construiu uma representação significativa no meio rural, dinamizando ainda mais o sindicalismo rural católico no norte do Paraná.

Segundo o padre Orivaldo Robles¹⁸⁹, no início de 1965 mesmo após o golpe militar, D.Jaime criou a ADAR, Associação Diocesana de Assistência Rural, que tinha por objetivo a promoção de cursos como os “de tratorista, de administrador, formação em liderança sindical, plantio, adubação, técnicas de colheita e silagem”, atendia também pessoas do sexo feminino com cursos de “artes culinária, corte e

¹⁸⁸ Estatuto da Cooperativa Agrícola Popular de Maringá, fundada pela FAP. Arquivo da FAP. 1964.

¹⁸⁹ ROBLES, O. *A igreja que brotou da mata: Os cinqüenta anos da diocese de Maringá*. Maringá: Dental Press, 2007. P.201.

costura alfabetização de adultos, higiene e puericultura”. Segundo o autor, essa fundação não durou muito tempo, pois sua “principal animadora” a Irmã Jeanne Gaudin, faleceu em 1967.

Podemos refletir na seguinte questão: além das cooperativas, como a FAP construiu e aplicou seu discurso social e político como orientadora sindical?

Sabe-se que as conferências, encontros, eventos eram sempre realizados para ampliar os laços políticos. A presença sempre ressaltada, das autoridades, tinha diferentes significados. Fica evidente que esse fator legitimava os encontros, numa conjuntura de afirmação política da organização e de acirramento das disputas políticas em torno dos seus ideais. Os encontros e debates envolveram os trabalhadores rurais, empregados, sindicalistas, estudantes, advogados, magistrados da justiça, padres e a imprensa acerca de assuntos como a legislação social e a formação dos sindicatos rurais.

Para a FAP, a conquista dos direitos trabalhistas inerentes ao processo do trabalho e da luta pela sobrevivência em busca de melhores condições de vida, não significava somente reparar algumas injustiças sociais cometidas por seus patrões, significava também, aliar-se a construção de uma identidade social por parte dos trabalhadores rurais que se posicionariam contra a prática e orientação comunista. A carta enviada por Antonio Messias Pimenta ao bispo de Maringá evidencia a questão.

Os operários não têm que tratar hoje somente de seus interesses, do reconhecimento de seus direitos e responsabilidades, mas do futuro da sociedade humana”, declarou o santo Padre Pio XII falando ao Conselho Administrativo do Ofício Internacional do trabalho, reunido em Roma”. Os movimentos operários não devem satisfazer-se apenas com os êxitos materiais de sua força e influência na economia de seus sistemas de segurança social. Não podem considerar que o seu futuro seja só exercer uma simples função de oposição das classes ou ao Estado, mas sim construir uma ordem social que seja a cooperação de todos pelo bem

comum.¹⁹⁰

A Igreja se colocava diante de um processo de mobilização e formação de uma identidade representativa dos trabalhadores rurais. Enquanto orientadora dos agentes sociais envolvidos no meio rural, lançava um discurso posicionando-se contra as condições de exploração do trabalho que os excluía da legislação trabalhista. Esse discurso fazia parte da construção de uma imagem social, enquanto “legítima defensora do meio rural”.

A situação atual da lavoura é de angustiosa incerteza. Se o grande lavrador debate-se diante de perspectivas alarmantes, bem alarmantes, bem pode imaginar a situação do pequeno lavrador. Se não tem grandes aspirações na vida, contudo, falta-lhe a recompensa do seu trabalho curtido a um sol causticante e sob uma poeira de enervar. Acresce a falta de assistência, por quem de direito. De condições mais humanas de vida, o que leva ao êxodo dos campos. Será sempre ele, o pequeno lavrador, o maior prejudicado na inconsistência de preços e mercados que flutuam á mercê de conjunturas não aplausíveis.¹⁹¹

A FAP agiu estrategicamente construindo imagens negativas em relação aos sindicatos comunistas, enfatizando o perigo dessa ameaça diante da “inocência dos trabalhadores”. Essas atitudes eram decorrentes de uma conjuntura nacional e internacional em que a própria entidade estava envolvida. Pode-se perceber que o controle ao movimento comunista era uma preocupação da Igreja e de autoridades em toda a América Latina :

La Conferencia de 1ª OAI se efectuó em um ambiente de cordialidade entre los Delegados Y Obsrvadores de los países participantes, tomando se medidas de carácter informativo, para um mejor intercambio de conocimientos y experiencias, fortalecimiento este frente democrático Del movimiento agrário libre de América, contra el comunismo internacional y lãs doctrinas totalitárias y actividades de extensión subversiva de la dictadura Castrista que desgraciadamente impera em Cuba.¹⁹²

A estratégia da entidade era a de eliminar a influência dos comunistas entre os trabalhadores rurais, organizando os sindicatos existentes e garantindo a

¹⁹⁰ Carta enviada ao Bispo de Maringá por Antonio Messias Pimenta. Documento da FAP. 1962.

¹⁹¹ Movimento de Orientação Rural, esclarecimentos sobre sindicalização, documentos da FAP, Bdo n13. Arquivo da FAP. 1963.

¹⁹² RAMOS, S.A. Telegrama do Secretário Geral do Comitê executivo de do México ao bispo D. Jaime Luiz Coelho. Arquivo da FAP. 1963.

formação de outros núcleos sindicais. Assim, destacava em suas comunicações o “objetivo de promover a união da classe” para que desta forma ocorresse a “reivindicação e a defesa dos seus direitos”.

Esses encontros podem ser interpretados como espaços de socialização de determinadas concepções e comportamentos. As propostas da FAP e as particularidades das falas e das lutas dos trabalhadores rurais são entendidas como formas de aprendizado de gestos, atitudes, rituais, pelas lideranças que não tinham contato com o processo de constituição de uma representação política. Além disso, alguns dos encontros tiveram explicitamente, entre seus objetivos, demonstrar força e fazer pressão junto ao Estado e diminuindo poder dos movimentos comunistas.

Em contato com a Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo, os dirigentes da FAP eram convidados para cursos de aperfeiçoamento sindicais sobre questões sociais, sistemas, filosofias e Doutrina Social Cristã. Temas como “Movimentos Sindicais Nacionais e Internacionais” e “Sindicalização rural”, “Fundação de Sindicato e Associações profissionais, Movimentos Agrários e Operários” faziam parte da pauta desses encontros. Reuniões, Assembléias e Congressos; Técnicas de Reuniões e assembléias – liderança e recrutamento.¹⁹³

Assim, os Congressos, encontros e conferências são meios de espaço para discussão, tomadas de decisões, produção de demandas, socialização de conhecimentos. A FAP organizava seus congressos ou festividades em locais e cidades maiores com a intenção de abranger outras cidades da região.

Diante desta perspectiva pode-se entender o fato de que, em alguns dos congressos, conferências e eventos, era importante a presença de prefeitos e parlamentares.

¹⁹³ ROTTA, J. Convite encaminhado ao bispo de Maringá dom Jaime Luiz Coelho. Arquivo da FAP. 1962.

Alguns congressos, encontros e conferências realizadas entre 1960 e 1968, foram de caráter nacional, mas a grande maioria de caráter estadual e regional. Os eventos de caráter local eram realizados nos mais diferentes espaços: desde o interior das “fazendas” até cinemas, nas cidades, mas principalmente nas sedes de sindicatos operários municipais que ajudavam com a cessão de infra-estrutura e, freqüentemente com militantes que compunham as mesas e dirigiam assembléias.

A preparação dos congressistas era bastante noticiada na imprensa, que sempre estimulava e ressaltava a importância da realização de encontros locais, para “apresentação das reivindicações” Passava-se, assim, uma mensagem de estímulo à participação ativa, ao mesmo tempo em que se constituía, para o leitor, uma visão de encontro onde às decisões eram tomadas em conjunto. Outras formas de divulgação das Propagandas da FAP aconteciam através dos panfletos, que tinham a função de informar, orientar, convidar para as festividades, cursos e também tinha o intuito de conquistar e aliar a confiança dos trabalhadores rurais, não esquecendo que a entidade apresentava-se como solução para os problemas sociais rurais.

Os religiosos da FAP participavam de cursos de preparação de líderes oferecido pelos sindicatos cristãos dos Círculos Operários do Estado de São Paulo. Para a “formação doutrinal”, os religiosos eram também convidados a participar de eventos em outras regiões do país ou até mesmo no estrangeiro.

A Federação dos Círculos Operários do Estado de S. Paulo, no sentido de ampliar um conhecimento cada vez maior entre os trabalhadores de todo o Brasil, sobre a situação angustiosa por que atravessamos, vem formando líderes sindicais, através de cursos intensivos em regime de internato, realizados em São Paulo e em várias cidades do interior. Visamos, com este esforço, contribuir para a solução cristã da questão social do Brasil. Pedimos a colaboração de s/Revma. No sentido da preparação de um local adequado, e o recrutamento de alunos, para a realização, aí em Maringá, de um curso de Liderança Sindical, na semana

de 25 á 30 de junho do corrente.¹⁹⁴

A imprensa era o mecanismo principal de estímulo à constituição de organizações e de mobilizações. Era o espaço de divulgação de direitos e, possivelmente, de identificação de lideranças e recrutamento de possíveis novos quadros de militância.

Outro meio de divulgação do movimento foi o funcionamento de uma emissora de rádio, dirigida por Dom Geraldo em Londrina. A repercussão do poder dos meios de comunicação atingia não só os trabalhadores rurais, como forma de orientação trabalhista e religiosa, mas também se refletia em um alerta às possíveis ações do partido comunista.

O sociólogo Osvaldo Heller da Silva¹⁹⁵ classifica a atitude da Igreja de “combate simbólico”, onde os religiosos procuram impor suas “representações sociais” no sentido de classificar os adversários a partir de “qualificativos políticos, ideológicos e até morais”. Os comunistas receosos pela atuação da FAP procuravam alertar seus companheiros para o perigo que a emissora representava ao movimento.

Segundo o Partidão, a rádio católica confundia as “bases”, quer dizer, ela apresentava a sua divisão do mundo social, classificando-o como legítimo, mas diametralmente oposto àquela dos comunistas. De fato, divulgando a sua opinião por meio da mídia, os líderes católicos queriam “forma a opinião”.¹⁹⁶

Os religiosos utilizavam diversos recursos simbólicos para impor suas representações sociais. A principal estratégia foi à aquisição de um jornal pela Diocese de Maringá.

Visando ampliar sua influência entre os trabalhadores e propagar suas idéias,

¹⁹⁴ Convite da Federação dos Círculos Operários ao bispo de Maringá. Arquivo da FAP. 1961.

¹⁹⁵ SILVA. O.H. *A Foice e a Cruz: Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa De Bassi, 1996.

¹⁹⁶ Ibid.P.235.

em 27 de setembro de 1962, a Frente Agrária Paranaense fundou o seu próprio jornal: a "Folha do Norte do Paraná". O bispo diocesano de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho era o presidente da FAP e diretor da editora Folha do Norte do Paraná.

Este jornal se tornou o espaço mais comum utilizado para divulgar a campanha da FAP, bem como de suas idéias e denúncias. Assim o Jornal Folha do Norte do Paraná foi fundamental para o desenvolvimento da campanha de solidificação dessa entidade e para as denúncias contra o movimento comunista que alcançava grande proporção.

O Jornal Folha do Norte do Paraná foi o principal instrumento de divulgação das orientações da FAP entre os trabalhadores do campo e de apoio às lutas desenvolvidas por esse segmento. Esse jornal enquanto porta voz da diocese de Maringá proclamava o sucesso da campanha da FAP.

Noventa por cento das forças vivas do campo estão conosco. Faltava apenas um grito, um elo aglutinador. Estou vibrando com o grau de "politização" do elemento do campo no Norte do Paraná.¹⁹⁷

Um ano após o lançamento da FAP, o jornal anunciava que o objetivo da entidade era de "condenar a ameaça comunista e os sindicatos fundados com o apoio do governo".¹⁹⁸

Editado em Maringá sob a responsabilidade da diocese este jornal circulava por toda a região. Através dele, a entidade tinha por objetivo propagar seus ideais, legitimar sua ação e controlar todo o norte do Paraná, comprovado pelo documento emitido por D.Jaime Luiz Coelho.

De acordo com entendimentos havidos entre a direção deste jornal, "Folha do Norte do Paraná", de propriedade e direção da mitra Diocesana de Maringá, sendo eu o Diretor-presidente, e o Senhor Chefe do S.D.D. dessa autarquia, solicito de v. Excia a possibilidade de mandar incluir no

¹⁹⁷ Folha do Norte do Paraná. Reportagem do bispo D. Jaime. Arquivo da FAP. 1962.

¹⁹⁸ Ibid. 1962.

plano geral de divulgação das atividades desse órgão o nosso jornal.¹⁹⁹

As publicações que a FAP realizava eram amplamente divulgadas. No entanto, verifica-se nos documentos pesquisados que a preocupação maior era em atingir especificamente a população da região norte do Paraná. Para isso as reportagens eram direcionadas principalmente aos trabalhadores rurais.

Essa organização calculava que apenas cerca de 2% da população nacional, de formação ou orientação democrática, lia suas publicações regularmente; apenas 7% se preocupavam em acompanhar editoriais e artigos de fundo em jornais.

Entretanto, consideravam que 47% das pessoas que recebiam um folheto ou uma publicação de uma página na região norte do Paraná, liam-na; 35% aproveitavam relativamente bem seu conteúdo, desde que adequado às suas condições específicas.

Segundo a FAP, esta disposição popular não foi conseguida por “milagre”, nem por “acaso”; era fruto de longos e árduos anos de formação, orientação, esclarecimento e informação democrática. Segundo a entidade foi a partir de um trabalho continuado, “sistemático e racional”, realizado por vários grupos diferentes numa “luta desigual, inglória”, que essa entidade alcançou o “êxito deste trabalho”. Desta forma, a FAP sentia que sem a prática da divulgação de suas realizações e orientações através dos jornais era “impossível consolidar o restabelecimento do regime, tão ansiosamente esperado por todos e tão dificilmente conquistado”.

Com sua cooperação, democrata amigo sincero, pretendemos prosseguir nossa ação nesse sentido, através de publicações cuidadosamente elaboradas e especialmente endereçadas a cada um dos 15 setores mais atuantes na opinião pública paranaense.²⁰⁰

Além do jornal Folha do Norte do Paraná, outros jornais, como a Folha de

¹⁹⁹ COELHO, J. Telegrama ao Presidente do Serviço Social Rural do Rio de Janeiro. Arquivo da FAP. 1962.

²⁰⁰ Ibid. 1963.

Londrina e Jornal o Estado do Paraná, foram utilizados pela entidade para realizar denúncias sociais, convites de congressos, festividades e principalmente, orientar os trabalhadores rurais acerca de seus propósitos sindicais.

3.3 O desfecho da atuação da FAP

Com o golpe militar a corrida pela criação de novos sindicatos cristãos deixou de existir. A ação repressiva do governo militar pôs fim ao avanço comunista em todo o país. A disputa pelo controle sindical no norte do Paraná foi encerrada. Para os religiosos, após a desarticulação do movimento comunista no meio rural, principal objetivo da entidade católica, suas atividades foram aos poucos terminando.

Assim o golpe militar de 1964 muda o cenário dos movimentos sociais rurais no norte do Paraná. O general Humberto de Alencar Castelo Branco passa a assumir o comando do país, iniciando neste período uma série de estratégias de perseguição aos comunistas no Brasil.

No norte do Paraná a atuação da FAP foi fundamental para o sucesso da ação militar. Nesta região a Igreja Católica conseguiu construir na sociedade, uma representação simbólica inculcando na sociedade um discurso que colocava os comunistas como “inimigos sociais”. Conseqüentemente, toda a ação contra o as organizações comunistas seria justificada pela necessidade de eliminar os “inimigos da ordem e da paz social”. No trecho abaixo fica evidente essa posição assumida pelos religiosos da FAP.

O Presidente da República conferencia e parlamenta com dirigentes de órgãos espúrios que existem fora da lei, que agem contra a lei, como o CGT, o PUA e outras organizações criminosas que vicejam a sombra do governo Federal e até ousam ameaçá-lo, influenciando-lhe nas decisões e mantendo-o sob tutela.

O Presidente da República, inerte na esfera administrativa, movimenta-se na política para a direita e para a esquerda, nunca para o centro, nunca para a frente do inimigo de definições, ilude, contorna, tergiversa, avança, recua, cria problemas e dá soluções.²⁰¹

²⁰¹ COELHO, J. Manifesto Mobilização nacional pela descomunização do Brasil. 1964.

D. Jaime, no dia seguinte ao golpe, lançou um manifesto em apoio aos militares, considerando o General Castelo Branco como uma “dessas figuras que marcam época” e “assinalam a perenidade das virtudes nacionais”. Ainda sobre o general o bispo de Maringá o ressalta como um “soldado acima de tudo” que sempre procurou manter-se rigorosamente dentro da mais estrita disciplina, sem abdicar jamais dos seus sentimentos cívicos.²⁰²

Devido às relações estreitas com políticos de direita desde o início de sua formação, a FAP e organizações ligadas a essa entidade foram poupadas da repressão militar.

No Paraná as perseguições que se deram como formas de repressão foram manifestadas através da violência física. Não só os dirigentes do PCB, mas também os trabalhadores rurais foram vítimas deste tipo de violência. Segundo Palmeira²⁰³, a repressão contra os líderes sindicais rurais, foi mais forte que a sentida pelos operários e outros setores do meio urbano, pois o estado agiu de forma direta, intervindo no meio rural e permitindo a ação das milícias privadas.

Outra forma de repressão desenvolvida contra os sindicatos foi realizado por fazendeiros, pequenos proprietários, militantes católicos e religiosos. Materiais foram incendiados, prédios depredados. Passaram a ressaltar uma visão altamente negativa dos comunistas, como “pilantras” e “safados”.

Muitos sindicatos foram incendiados, como em Nova Esperança, Astorga, Cianorte e Terra Boa. Durante esse tempo, na região de Cruzeiro do Oeste, um policial anunciava “a intenção das populações” de depredar e de incendiar as sedes dos sindicatos rurais, enquanto que em Mandaguari, a polícia apreendia “farto material de ideologia comunista” no sindicato rural local, como forma de conter os “exaltados” que desejavam promover quebras-quebras.²⁰⁴

²⁰² Manifesto lançado no Jornal do Norte do Paraná pelo Bispo d. Jaime Luiz Coelho Arquivo da FAP. 1964.

²⁰³ PALMEIRA, M. Diversidades das lutas sociais no campo. In: Paiva, V.(org.) *Igreja e questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. P.45.

²⁰⁴ SILVA, O.H.A. *Foice e a Cruz: Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa De Bassi, 1996. P.281.

Com a repressão dos militares o sindicalismo de esquerda no Paraná e conseqüentemente, em todo o país foi eliminado do cenário social. Já as organizações católicas não sofreram ataques repressivos e se mantiveram atuantes no espaço sindical. A Igreja Católica, que priorizava o combate ao comunismo, muda sua maneira de atuação nos sindicatos, à medida que o seu principal inimigo perde forças. No entanto, a hierarquia católica mantém sua influência controlando o sindicalismo rural. Os encontros regionais se mantiveram e eram realizados nos mais diferentes espaços até 1969.

Os organismos sindicais fundados pela FAP até 1964 foram organizados como um sistema eficaz de combate aos comunistas alcançando um número grandioso de organizações sindicais. Com o golpe esses sindicatos continuaram suas atividades.

A expansão da organização católica foi dirigida desde o início de sua fundação pelo padre Osvaldo Rambo, que foi chamado por D. Jaime Luiz Coelho para representar o sindicalismo católico no norte do Paraná. Osvaldo Rambo era responsável pela coordenação da sindicalização rural, pelas atividades políticas, controle das finanças, e pelas orientações prestadas aos trabalhadores rurais sindicalizados.

Contudo, esta postura muda, desacelerando o seu ritmo após o golpe militar e alcançando seu término em 1969.

Até 1964, os dirigentes da FAP aplicando a política de expansão sindical conseguiram fundar 46 sindicatos rurais. Os dirigentes católicos apresentavam dados de que em quatro anos de existência, a FAP conseguiu registrar como sindicalizados uma média de 150.000 trabalhadores rurais associados. Entretanto, a partir da análise dos registros desses 46 sindicatos fundados até 1964 encontramos

apenas 8 sindicatos registrados com o total de 6.452 associados. Consta que até este mesmo período havia 38 sindicatos não registrados com 12.926 associados. Assim, até o ano de 1964 a FAP tinha o total de 19.378 associados.

Abaixo segue a lista de sindicatos fundados pela FAP até 1964, representado pela organização sindical, categoria, registro, nome dos presidentes, número de sócios e município de atuação, como consta na listagem original:

Nome do Sindicato	Nº sócios	Categoria	Reg.	Município	Presidente
STR (e similares) de Loanda	340	Emp.	Não	Loanda	José Marques de Macedo
ST da Lav. S.C. Monte Castelo	540	Emp.	Sim	S. C. Monte Castelo	Idenor de Faria Lima
ST na Lav. S. Izabel do Ivai	1.140	Emp.	Sim	S. Izabel do Ivai	Abélio Smaniotto
ST na Lav. S. Carlos do Ivai	3.075	Emp.	Sim	S. Carlos do Ivai	Antonio Arlindo Alves
STR (e sim.) Alto Paraná	635	Emp.	Não	Alto Paraná	José Fanatto
STR (e sim.) Marumbi	1.310	Emp.	Não	Marumbi	João Fuzetti
STR (e sim.) Mandaguaçu	655	Emp.	Não	Mandaguaçu	Carlos Vieira
S. Peq. Prop. R. Mandaguaçu	340	P. Prop.	Não	Mandaguaçu	José Marcato
STL S. João Caiuá	367	Emp.	Sim	S. João Caiuá	Walter
STR S. Antonio Caiuá	138	Emp.	Não	S. A. Caiuá	Antonio dos Santos Pires
STR de Paranacity	680	Emp.	Não	Paranacity	José Inácio dos Santos
STR de Atalaia	474	Emp.	Não	Atalaia	João Vergílio de Paulo
S. prod. aut. de Atalaia	386	Porc	Não	Atalaia	n. d.
STR de Tamboara	348	Emp.	Não	Tamboara	João Joaquim Pancotti
STR de Florai	284	Emp.	Não	Floraí	Jacinto Ferreira de Souza
S. Peq. Propr. Lav. Floraí	170	P. Prop.	Não	Floraí	n. d.
STR de São Jorge	360	Emp.	Não	São Jorge	José Luiz da Silva
STR de Paiçandu	242	Emp.	Não	Paiçandu	Orlando Tortola
S. peq. prop. de Paiçandu	251	P. Prop.	Não	Paiçandu	Ricieri Salvador Gandola
STR de Floresta	186	Emp.	Não	Floresta	Luiz Baqueta
S. peq. propr. de Floresta	240	P. Prop.	Não	Floresta	Dionizio Pelizer
STR de Itambé	547	Emp.	Não	Itambé	Felício de Moraes
STR de Bom Sucesso	433	Emp.	Não	Bom Sucesso	Antonio Leite Moraes
STR de Itaúna do Sul	145	Emp.	Não	Itaúna do Sul	Manoel da Silva
S. Trab. Aut. Lav. N.Esperança	847	Porc.	Não	N. Esperança	Pedro Fioravante Scalís
S. Prod. Aut. Jandaia do Sul	754	Porc.	Não	Jandaia do Sul	Luiz Alves Pereira
S. Prod. Aut. Mandaguari	867	Porc.	Sim	Mandaguari	Antenor Fávoro
STR de Marialva	236	Emp.	Não	Marialva	Antonio Pereira Nunes
S. peq. prop. rurais de Marialva	275	P. Prop.	Não	Marialva	Izaltino Zanata
S. peq.prop. rurais de Maringá	642	P. Prop.	Não	Maringá	José Simonialto
S. Trab. Aut. Lav. de Maringá	325	Porc.	Não	Maringá	Mário Felismino Silva
S.peq.prop. lav. de Planaltina	140	P. Prop.	Sim	Planaltina	Delfo Slaviero
S. Trab. Aut. Lav. Planaltina	134	Porc.	Não	Planaltina	Antonio N. Nóbrega

S. Trab. na Lav. de Planaltina	128	Emp.	Não	Planaltina	Abedias Pedro Santos
S. peq. prop. Lav. Terra Rica	168	P. Prop.	Sim	Terra Rica	Joaquim Lissoni
S. Trab. Aut. Lav. Terra Rica	175	Porc.	Não	Terra Rica	Alexandre Fialho
S. peq. prop. de Cruzeiro do Sul	135	P. Prop.	Não	Cruz. do Sul	Ernesto BellezeS
Trab. Aut. Lav. Cruzeiro do Sul	120	Porc.	Não	Cruz. do Sul	Helio Batagliotti
S. Trab. Lav. De Nova Londrina	84	Emp.	Não	Nova Londrina	n. d.
S. Trab. Lav. de Nova Londrina	240	Emp.	Não	Nova Londrina	Pedro Vieira Silva
S. Trab. Aut. Lav. de Uniflor	142	Porc.	Não	Uniflor	João Rodrigo Pereira
S. peq. propr. lav. de Uniflor	155	P, Prop.	Não	Uniflor	Vicente Hon. Pereira
S. Trab. Aut. de Amaporã	114	Porc.	Não	Amaporã	n. d.
S. Trab. Lav. de Amaporã	136	Emp.	Não	Amaporã	n. d.
S. peq. propr. lav. de Amaporã	120	P. Prop.	Não	Amaporã	n. d.
S. peq. propr. lav. De Paranavaí	155	P. Prop	Sim	Paranavaí	Antonio G. Martins

Segundo o sociólogo Heller Silva, naquela época a lei reconhecia a existência de cinco categorias profissionais no meio rural: trabalhadores da terra, trabalhadores da produção extrativa rural, trabalhadores da pecuária e atividades afins, trabalhadores autônomos (arrendatários e meeiros) e pequenos proprietários. Nesta lei estava permitida a destinação de 5 sindicatos no máximo para às classes populares.

A partir da listagem dos sindicatos católicos, observa-se que a maior quantidade de membros fazia parte da categoria de empreiteiros, 12723 associados em 24 sindicatos. Em seguida, pequenos proprietários apresentando 2651 em 12 sindicatos e porcenteiros com 4004 associados em 10 sindicatos.

Em comparação ao desenvolvimento sindical católico, percebe-se que os sindicatos comunistas apesar de terem suas atividades totalmente eliminadas após o golpe militar, alcançaram um número maior de organizações sindicais registradas e atuantes no norte do Paraná até 1964.

O período de 1960 a 1964 foi marcado pela disputa dos movimentos sindicais entre a Igreja Católica e o PCB. Neste processo de corrida pelo controle sindical o PCB que alcançava maior quantidade de sindicatos reconhecidos, procurou acelerar a fundação de novos sindicatos.

Segundo Costa²⁰⁵, o Estado do Paraná atingiu 20% dos sindicatos fundados a nível nacional pela Ultab igualando-se ao percentual de sindicatos fundados no Estado de São Paulo.

No início de dezembro de 1963, dos 146 sindicatos de assalariados filiados à Ultab em todo o Brasil, 58 (40%) encontra-se em território paulista. Entre todos os 416 sindicatos filiados à Ultab nesse momento, 70% concentram-se em cinco Estados: São Paulo (20%), Paraná (20%), Ceará (13%), Rio Grande do Sul (10%) e Goiás (7%).²⁰⁶

De acordo com Costa a sindicalização comunista alcançou em 1964 a fundação de aproximadamente 82 sindicatos de trabalhadores rurais sendo que 54 não eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e 28 sindicatos se encontravam reconhecidos no Paraná.

Os números apresentados consta de um relatório elaborado por Lyndolpho Silva em novembro de 1964; “Dados sobre a sindicalização rural no Brasil”. Segue abaixo a listagem da ULTAB:

Carta sindical	Sindicato	Orientação
01/08/62	STR Maringá	n.d.
01/10/62	SRT Mandaguari	n.d.
08/11/62	SRT Nova Esperança	n.d.
27/11/62	STL Londrina	n.d.
27/11/62	STCC Jandaia do Sul	n.d.
01/05/63	STL Paranavaí	n.d.
14/06/63	STR Cianorte	n.d.
15/06/63	SPA Cascavel	n.d.
15/06/63	SPA Centenário do Sul	ULTAB
25/06/63	STL Porecatu	n.d.
03/07/63	STL Peabiru	ULTAB
20/07/63	STL Andirá	n.d.
20/07/63	SPA Mandaguari	ULTAB
20/07/63	STL Querência do Norte	ULTAB
20/07/63	STL Astorga	n.d.
20/07/63	STL Florestópolis	n.d.
17/08/63	STL Arapongas	ULTAB

²⁰⁵ COSTA, L.F.C. Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

²⁰⁶ Ibid.P.119.

17/08/63	SPA Lapa	n.d.
26/08/63	STL S. C. Ivaí e Tamboara	n.d.
27/08/63	SER Campo Mourão	n.d.
29/08/63	STRA S. João do Caiuá	n.d.
16/09/63	STL Sta C. Monte Castelo	n.d.
16/09/63	STL Sta Isabel do Ivaí	n.d.
16/09/63	STL Apucarana	ULTAB
03/10/63	STL Cornélio Procópio	ULTAB
12/10/63	STL Atalaia	n.d.
24/10/63	STL Terra Boa	ULTAB
24/10/63	STL Ibatuba	n.d.

Essa comparação torna-se importante no sentido de entender que em função do avanço sindicalista de esquerda, surgiu um verdadeiro impulso organizacional da Igreja Católica. Cabe ressaltar que desde a década de 1950, o comunismo já atuava na organização dos trabalhadores rurais e somente no período de 1960 a Igreja Católica entra na disputa pelo controle sindical.

Contudo, pode-se entender que essa concorrência pela tutela dos sindicatos rurais, obrigou os comunistas a acelerarem o ritmo de luta pela hegemonia sindical aumentando ainda mais o número de sindicatos na região.

Para a FAP o triunfo da revolução de 1964 representou o fim das “forças destruidoras da ordem e da paz social”. O bispo D. Jaime afirmava que nesse processo político nacional “desapareceram ou se ocultaram” a movimentação comunista, porém, a “doutrinação para o bem continuou”. Desta maneira, a entidade não via mais a necessidade de grandes concentrações de trabalhadores rurais em movimentos contra o comunismo. Todo o trabalho foi se desenvolvendo através de cursos de Sindicalismo Rural e orientação dentro da Doutrina Social da Igreja, nos municípios. Os sindicatos católicos continuariam a promover cursos de liderança sindical patrocinados pela Confederação Brasileira dos trabalhadores Cristãos.

Temos a subida honra de convidar V. Excia. Revma. Para a inauguração

solene da sede local da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR), a ser realizada no dia 11 de agosto, terça-feira, às 10 hrs, á avenida Brasil, 2. 500.²⁰⁷

As ações da Igreja realizadas pelas lideranças sindicais pós-1964, continuaram a se desenvolver também pela colaboração da FETAEP. O sindicalismo católico e as Federações estaduais permaneceram atuando sob controle dos militares. A FAP manteve no Paraná boas relações com o governo e com o Ministério do trabalho durante o período militar. Relações de cortesia, cumprimentos e convites foram dirigidas pela entidade aos governantes.

Sobre a atuação das Federações sindicais estaduais observa-se em uma carta encaminhada ao bispo de Maringá, datada de 26 de julho de 1964, que a Federação pretendia continuar suas atividades anteriormente exercidas pelo Departamento Econômico-Social da Federação Mariana de Curitiba. Comenta ainda a existência, no Jornal "Voz do Paraná", da seção "Cantinho do Trabalhador", de responsabilidade da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado do Paraná.

Dom Geraldo, realizou no ano de 1968 em Londrina uma Conferência sobre "Doutrina Social", patrocinados pela FETAEP, durante um curso de formação sindical. Neste mesmo ano é apresentado pelo sindicato de Trabalhadores Rurais de Maringá um relatório, nele observam-se as principais atividades do ano de 1968.

Apesar do caminho ter sido cheio de percalços e muito obstáculos, mesmo assim atingimos a maioria. Vemos que nossos direitos vão sendo respeitados e os nossos associados, paulatinamente, vão integrando-se na vida social e econômica do País, e aos poucos transformando numa célula viva da nacionalidade.²⁰⁸

Neste relatório os diretores abordam que os sindicatos rurais apresentavam dupla intenção, a primeira era "assistir" os associados por serem eles a alma do

²⁰⁷ ALMEIDA, R. R. Telegrama à D. Jaime assunto: inauguração da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR). Arquivo da FAP-1964.

²⁰⁸ Relatório apresentado pelo presidente do sindicato, Elias Teixeira, tendo como secretário Miguel Cvistak Chruzcask e Tesoureiro José Mário de Almeida. Arquivo da FAP. 1968.

sindicato. A segunda é a “elevação do homem no meio social”, ao tornar o trabalhador um homem “sociável” e capaz de apresentar-se onde quer que seja “com o mesmo gabarito dos grandes homens”.

Segundo Osvaldo Heller Silva, a Igreja desempenhou um importante papel na legitimação dos sindicatos rurais como fonte de inspiração ideológica e de formação política dos trabalhadores rurais.

Para o autor no decorrer do processo de implantação do governo militar, a entidade manteve sua estrutura sindical, continuando suas atividades mesmo que “formalmente”. Ele afirma que quando a entidade se torna “obsoleta, desatualizada e supérflua”, se apaga e desaparece em 1967.

No entanto, percebe-se que a atuação da FAP foi além do afirmado pelo autor visto que em 1969 o bispo D. Jaime Luiz Coelho publica um artigo a respeito do 8º aniversário da entidade.

Há oito anos passados, justamente a 11 de agosto de 1961, em meio a apreensões na zona rural com o início de programas desagregadores junto ao homem do campo, com o desejo de se implantar entre nós o regime comunista, nós, os Bispos do norte do Paraná, lançamos em memorável solenidade, nesta cidade de Maringá, a Frente Agrária Paranaense, no sentido de esclarecer e amparar o pequeno trabalhador rural.²⁰⁹

Neste mesmo artigo, o Bispo D. Jaime Luiz Coelho segue explicando sobre acontecimentos importantes que a entidade passou no decorrer de oito anos. Considera que “os anos foram se sucedendo” e o programa da Frente Agrária em alguns momentos foi combatido pelo Governo Federal.

O Bispo também destaca fator positivo do sindicalismo católico a “conscientização” do trabalhador rural quanto aos seus “deveres e direitos em torno de lutas e incompreensões”. Uma dessas lutas, como aponta o bispo de Maringá,

²⁰⁹ COELHO, L.J. Artigo publicado possivelmente na folha do Norte (no microfilme não consta o nome do Jornal), sobre o 8º aniversário da FAP. Arquivo da FAP. 1969.

denunciou as “manobras escusas” do Ministério do Trabalho durante o governo de João Goulart.

Com o golpe militar de 1964 muda-se todo o panorama de disputa travada pela Igreja Católica contra o comunismo no norte do Paraná. A FAP aos poucos vai diminuindo suas atuações junto aos trabalhadores rurais, alcançando seu término em 1969.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este estudo cabe afirmar que os anos 1960-1969 foram anos conturbados para os trabalhadores rurais, que lutavam por uma redefinição da política para melhores condições de vida no campo. Excluídos da política e da cidadania até os anos 50, estes surgiram com um vigor e uma aparente capacidade de organização social através de seus órgãos de representação na década de 1960. Resgatar esse cotidiano de lutas e de mobilizações dos trabalhadores rurais nos permitiu entender um contexto de importantes movimentações sociais.

Diante deste contexto procuramos entender a atitude da FAP em proporcionar a ampliação da possibilidade de organização social e melhoria de vida dos trabalhadores rurais. Todavia, tudo isso só foi possível através do esclarecimento de seu principal objetivo: a disputa com aqueles que ocupavam o controle dos movimentos sociais rurais, o PCB.

A busca por apoio e legitimação política se constituiu nas prioridades da organização católica e nas condições apropriadas para lutarem e conquistarem seus objetivos. É notório que, em decorrência do aparecimento da FAP em disputa ao PCB, no meio rural, algumas mudanças relevantes aconteceram, mas a principal - a Reforma Agrária, só permaneceu em nível de discurso.

Tornou-se importante identificar no confronto ideológico entre a Igreja e o PCB a efervescente luta e organização dos trabalhadores rurais do norte do Paraná; e a partir desses movimentos e de seus órgãos de representação os trabalhadores rurais conquistaram um espaço maior no cenário social, ampliando o debate político acerca de questões fundamentais, como os direitos trabalhistas.

Procurou-se analisar a região norte do Paraná integrada economicamente com o restante do país. Percebeu-se que a região estudada, estava envolvida na efervescência política e social nos anos 1960-1969. Assim, o surgimento do sindicalismo rural de orientação comunista, a impetração de ações trabalhistas na Justiça do Trabalho e a proliferação de greves nos sítios e fazendas de café marcaram esse período. A pesquisa procurou compreender esse momento e trazer à tona novas questões sobre o papel da Igreja Católica na organização dos movimentos sociais rurais no norte do Paraná.

A proposta neste trabalho foi a de refletir sobre o processo de formação do sindicalismo católico no norte do Paraná, buscando entender algumas dimensões do despertar político dos trabalhadores rurais através das orientações da FAP. Outro fator de interesse nessa análise foi à disputa que a Igreja assumiu frente ao avanço comunista do período de 1960-1969. Nesse processo a formação de uma característica de ação e linguagem, insatisfações e tensões, foram fundamentais para entender as atitudes da Igreja Católica com o PCB.

O ponto de partida foi a análise da Doutrina Social da Igreja Católica, identificando todo o contexto histórico que levou a elaboração de sua doutrina ao ampliar-se para as questões sociais. A análise das Encíclicas foi fundamental para entender a permanência de uma posição estritamente pautada na evangelização. Esses pontos foram substanciais para desenvolver a análise acerca do surgimento dos movimentos rurais influenciados pela Igreja Católica.

Para atingir o objetivo, teve que caminhar por todo contexto de atuação do PCB, que durante toda a década de 50 se constituiu como poderosa força política a representar os movimentos rurais no norte do Paraná. A partir da década de 1960 a Igreja Católica se lançou no cenário político, tendo como principal objetivo o combate ao PCB e o controle dos sindicatos rurais.

Ao expressar essa disputa, estes órgãos de representação sindical, favoreceram a realização de conquistas trabalhistas e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais que eram excluídos da política social do país.

Ainda que os movimentos sociais comunistas e católicos pertençam a categorias de posição ideológica distintas, os fatos históricos que os envolveram tiveram que ser contextualizados para ser entendidos do ponto de vista histórico. Assim, só foi possível compreender atitudes da FAP conhecendo o contexto de atuação do Partido Comunista Brasileiro.

No decorrer da dissertação, ampliou-se este cenário de possibilidade de análise ao abordar a questão do anticomunismo. Além de demonstrar o relacionamento da Igreja Católica e o anticomunismo, priorizou-se dentro deste contexto, a análise da construção do imaginário anticomunista na ação social e política assumida pela FAP.

Entender o processo de constituição do anticomunismo, enquanto forma de

estratégia política, fez com que identificássemos nos documentos da FAP, um grau de complexidade nos envolvimento da organização com a imprensa, autoridades, discursos e orientação dos trabalhadores rurais.

A pesquisa realizada mostrou o processo de organização do sindicalismo católico no norte do Paraná, destacando as atitudes que a FAP teve ao atuar em todo o cenário de ações políticas administrativas, onde ganhava destaque à dimensão de disputas das relações políticas e sociais. Isso foi possível porque a FAP, também era portadora de uma estrutura organizativa, de recursos sociais e humanos, que contribuíram na luta dos trabalhadores rurais dos direitos trabalhistas e sociais.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, a história de luta dos trabalhadores rurais do norte do Paraná modificou-se. Efetivando o Golpe, houve o rompimento de um processo de mudanças no norte do Paraná em que a disputa entre a Igreja Católica com o PCB favorecia a inserção dos trabalhadores rurais dentro do cenário político e social. Com o golpe militar ocorreu a desarticulação do PCB colocando fim a sua capacidade de politização e organização social que vinha crescendo em grande proporção. Pode-se afirmar que a atuação da FAP após o golpe militar foi aos poucos se encerrando, pois seu principal objetivo, acabar com o comunismo havia sido alcançado.

É evidente que a FAP, enquanto orientadora sindical acabou contribuindo com outras possibilidades ao trabalhador rural na construção de uma identidade social e na experiência de ações que os legitimaram enquanto categoria. Sua presença e disputa no cenário de lutas rurais contribuíram para a efetivação de direitos trabalhistas e organização política de uma categoria desprivilegiada da atenção pelo poder público na época.

Com a repressão que sobreveio ao golpe militar, e conseqüente desarticulação do movimento sindical comunista, a Igreja Católica conseguiu alcançar seu objetivo: a destruição do comunismo, e aos poucos, foi saindo de cena. Contudo, as marcas deixadas pela FAP, quanto a formação política dos trabalhadores rurais foram fortes. Com sua atuação surgiu um espaço maior de atuação, reivindicação, conquistas sociais e políticas por parte dos trabalhadores rurais nos anos 1960-1969.

O principal problema que priorizou essa análise não foi entender a vitória de um movimento ou outro, mas o grau de atuação do movimento sindical que a Igreja Católica pôde conquistar no período de 1960-1969.

O historiador que se interessa pelo tema da Igreja Católica encontra-se perante uma condição desafiadora, pois em termos históricos o tema situa-se em um campo de estudos que começou a ser rotulado em alguns pontos e abordagens direcionados pela historiografia e ainda, privar-se do sentido social e político que o fato determina. Realizar um trabalho neste campo necessita traçar os limites da superfície onde quer trabalhar sua investigação. Neste sentido, vale considerar o estudo da Igreja Católica do ponto de vista social e político e mais concretamente da atuação que a instituição assumiu na disputa com o PCB.

Ao escolher as formas de atuação que a Igreja assumiu frente ao comunismo, não estamos querendo favorecer a ação de um movimento sobre o outro. Ao contrário, essa atitude priorizou a análise da postura política de ambos os agentes sociais, das relações de poder, disputas pela conquista sindical e relações com outros grupos sociais entre eles os trabalhadores rurais, que ganharam uma amplitude considerável dentro do cenário político do norte do Paraná.

A apresentação concentrou-se em um contexto historiográfico

importantíssimo para situar e reconstruir todo o processo de atuação da Igreja Católica e do PCB no meio rural. Apresentar os conflitos de diferentes aspectos e responder problemas formulados mediante as explicações foi importante para o entendimento deste estudo. No entanto, a construção do conhecimento sobre a atuação da FAP, aconteceu fundamentalmente mediante a organização das informações produzidas pela análise dos documentos da FAP, jornais e revistas, que foram interpretadas e transformadas em significativas abordagens da ação política social da entidade.

1. FONTES

1.1 Documentos do Arquivo da FAP:

ALMEIDA. R.R. Telegrama à D. Jaime assunto: inauguração da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR). Arquivo da FAP-1964.

CÂMARA. L.J. Carta Pastoral intitulada: A Igreja e os operários, p.7. Arquivo da FAP. 1961.

Carta enviada ao Bispo de Maringá por Antonio Messias Pimenta. Documento da FAP. 1962.

CASTANHAR. S. Ofício. Documentos da FAP. UEM. 1961.

Centro Paranaense de informações. Opinião Pública Orientada. Democracia Viva. Arquivo FAP. 1963.

COELHO. J. Discurso de Lançamento da FAP. O bispo aborda a Encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII. Arquivo FAP. 1961.

COELHO. J. Orientações Sindicais. Documentos da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

COELHO. J. Ofício folha 1. Documentos da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

COELHO. J. Documento apresentado por D. Jaime ao O jornal intitulado "Carta

Aberta". Arquivo da FAP. 1961.

COELHO. J. Convite para a inauguração encaminhado pela FAP à várias autoridades estaduais e federais . Arquivo da FAP da FAP. 1961.

COELHO. J. Discurso apresentado no lançamento da FAP. Por um mundo melhor /Festa da Lavoura. Arquivo da FAP. 1961.

COELHO. J. Ofício enviado pelo bispo de Maringá em resposta ao padre Hilton Rôvere, da paróquia de Itajaí, Santa Catarina. Arquivo da FAP. 1961.

COELHO. J. Carta enviada ao secretário da Agricultura Paulo Pimentel. Arquivo da FAP. 1961.

COELHO. J. Carta enviada ao governador Ney Braga. Arquivo da FAP. 1961.

COELHO. J. Telegrama ao Ministro do Trabalho, Amaury de Oliveira e Silva. Arquivo da FAP. 1961.

COELHO, J. Telegrama ao Presidente do Serviço Social Rural do Rio de Janeiro. Arquivo da FAP. 1962.

COELHO. J. Carta enviada ao secretário do Ministro do trabalho, Fernando Dias Martins. Arquivo da FAP. 1962.

COELHO. J. Telegrama enviado ao Secretário da Agricultura do Paraná. Arquivo da FAP. 1963.

COELHO. J. Carta enviada ao Vaticano. Arquivo FAP. 1963.

COELHO. J. Declaração. Em resposta ao of. PF. 6/ 64, referente ao Proc. MTPS 208691/63, documentos da FAP. 1964.

COELHO. J. Ofício enviado ao Padre Fernando Zanini Ofcamp. Arquivo da FAP. 1964.

COELHO. J. Manifesto Mobilização nacional pela descomunização do Brasil. 1964.

COELHO. L.J. Artigo publicado possivelmente na folha do Norte (no microfilme não consta o nome do Jornal), sobre o 8º aniversário da FAP. Arquivo da FAP. 1969.

Convite da Federação dos Círculos Operários ao bispo de Maringá. Arquivo da FAP. 1961

Convite. Apresenta como título, Atenção: Trabalhadores Rurais. Documentos da FAP. 1963.

Declarações. Movimento de orientação sindical. Arquivo da FAP. 1962.

Estatuto da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

Estatuto da Cooperativa Agrícola Popular de Maringá, fundada pela FAP. Arquivo da FAP. 1964.

FERNANDES. G. Movimento de Orientações aos trabalhadores rurais. Arquivo FAP. 1963.

FERNANDES G. Comunicação intitulada: Lançada a Frente Agrária Paranaense, denunciados os fins das Ligas Camponesas. Arquivo da FAP. 1961.

FERNANDES. G. Discurso realizado dia 13 de agosto de 1961, no lançamento da FAP pelo bispo de Londrina e também fundador da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

Folha do Norte do Paraná. "Publicações Democráticas. Arquivo da FAP. 1963.

Folha do Norte do Paraná. Reportagem do bispo D. Jaime. Arquivo da FAP. 1962.

Jornal Estado de São Paulo. Manifestação em Maringá contra o chefe das Ligas. Arquivo da FAP. 1961.

Manifesto de orientação aos trabalhadores rurais. Arquivo FAP. 1961.

Manifesto lançado no Jornal do Norte do Paraná pelo Bispo d. Jaime Luiz Coelho Arquivo da FAP. 1964.

MENDES. E. Discurso de lançamento da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

Movimento de Orientação Rural. Arquivos FAP. 1964.

Movimento de Orientação Rural, esclarecimentos sobre sindicalização, documentos da FAP, Bdo n13. Arquivo da FAP. 1964.

BRAGA. N. Ofício do governador do Estado do Paraná, enviado ao bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. Arquivo da FAP. 1961.

Ofício enviado pela Cúria Diocesana de Teófilo Otoni, Minas Gerais ao Bispo de Maringá. Arquivo da FAP. 1961.

Ofício encaminhado pelo Secretário Geral do Diretório do Partido Cristão da cidade de Bonsucesso, em 14 de agosto de 1961, ao bispo de Maringá.

Orientações aos Trabalhadores rurais. Arquivo da FAP. 1961.

Orientações aos trabalhadores rurais. Arquivo da FAP. 1962.

PIMENTEL. P. Carta destinada ao Secretário da Agricultura. Documentos da FAP. 1963.

RAMOS. S.A. Telegrama do Secretário Geral do Comitê executivo de do México ao bispo D. Jaime Luiz Coelho. Arquivo da FAP. 1963.

Relato histórico da Frente Agrária Paranaense, Arquivo da FAP. 1961.

Relatório apresentado pelo presidente do sindicato, Elias Teixeira, tendo como secretário Miguel Cvistak Chruzcask e Tesoureiro José Mário de Almeida. Arquivo da FAP. 1968.

Reportagem realizada pelo Jornal Estado de São Paulo sobre o lançamento da FAP intitulada; “Festa da Lavoura”, Consagradora multidão Acorreu às festividades da FAP. Arquivo da FAP. 1961.

ROTTA. J. Ofício enviado ao bispo de Maringá D. Jaime. Arquivo da FAP. 1963.

RÔVERE. H. Ofício enviado ao bispo de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho. Arquivo da FAP. 1961.

1.2 Jornais

TERRA LIVRE. São Paulo. 1954-1964.

Jornal Estado de São Paulo – 1961

Folha do Norte do Paraná- 1962

Folha de São Paulo - 2007

1.3 Encíclicas

Rerum Novarum

Quadragesimo Anno

Mater et Magistra

2- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVARENGA, S. C. A. *Tensões Sociais no Campo: A Luta pela posse da terra no Estado do Paraná-1950-1960*. Maringá. 2003. Monografia (Especialização em História e Sociedade) - UEM.

ALVES, G. Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX. Breves considerações sobre anarquistas, comunistas e novos sindicatos In: MAZZEO, Antonio Carlos e Lagoa, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos - Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, N.et.al. *Dicionário de Política*. 9ªed. Brasília: Editora UNB, 1997.

BOTTOMORE, T. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (ORG.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTANHO, S.M. *Política e lutas sociais no campo: Organização dos Trabalhadores Rurais, legislação Trabalhista e reforma Agrária (anos 1950 e 1960)*. Maringá. 2006. Tese (Mestrado). UEM.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CNBB, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Pontifício Conselho "Justiça e Paz"*. São Paulo: Paulinas, 2005.

COSTA, L.F.C. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 1996.

CUNHA, P. R. (Org) *O camponês e a história: A construção da Utlab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO-Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.

DE SANTCTIS, A. *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: LTr, 1972.

DREIFUSS, R.A. 1964- *A conquista do estado*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOHN, M.G. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas Clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1987.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas: a Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, s/d.

HANS, J.K. A questão social na América Latina e no Brasil Fins do século XIX, inícios do século XX. In: *Consciência Social: A história de um processo através da doutrina social da Igreja*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

HERBERT, B. Comportamento coletivo. In: Alfred McClark (org) *Princípio de sociologia*. São Paulo: Herder, 1962.

HOBSBAWM, E. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução por Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IOKOI, Z. G. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964 – 1986*. São Paulo: Editora Hucitec. FAPESP, 1996.

LAUSCHNER. R.P. A Nova carta de princípios doutrinários e programáticos do movimento circulista e a Doutrina Social da Igreja. In: *Consciência Social: A história de um processo através da doutrina social da Igreja*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 1994.

MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCHI, E. A igreja do Brasil e o plano de emergência -1952-1962. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.30.2001.

- MARTINS, A. F. Alguns Aspectos da Inquietação Trabalhista no Campo. *Revista Brasiliense* (40), Março/Abril-1962.
- MARTINS, I. Notas sobre o Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores. *Revista Brasiliense* (29), Maio/ junho. São Paulo: 1960.
- MARTINS, J.S. *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. In: NOVAIS. F. História da vida privada no Brasil (4) São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MARTINS, J. S. *A caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, J S. *A chegada do Estranho*. São Paulo: Huditec, 1993.
- MARTINS. *Os camponeses e a política no Brasil*.Petrópolis: Vozes, 1983.
- MAZZEO, A.C. e Lagoa, Maria Izabel (orgs.) *Corações Vermelhos - Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MEDEIROS, L. S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas. 1995. (Tese de Doutorado)-IFCH/UNICAMP.
- MELLUCI, A. Um objetivo para os movimentos Sociais? *Lua Nova*, n.17, jun/1989.
- NASCIMENTO, N. A Justiça e a Reforma Agrária. *Revista Brasiliense* (39), Jan/fev. São Paulo: 1962.
- PAIVA, V. (Org). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato, In: PAIVA. V. (org.) *A Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PRADO, Jr.C. O Estatuto do Trabalhador Rural. *Revista Brasiliense*. São Paulo: 1987.
- PRADO, Jr.C. A questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*. Nº 28. São Paulo: 1979.
- PRADO, Jr.C. A Nova Contribuição para a análise da Questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense nº 43*. São Paulo: 1979.
- PRIORI, A. Movimentos sociais camponeses: a luta entre o partido comunista e a Igreja Católica pela hegemonia sindical no Brasil: 1954-1964. In: *Estúdios latino americano – Solar Santiago*. Chile: 1997.
- PRIORI, A. *A Revolta Camponesa de Porecatú e a ação do PCB no Campo*. Assis. 2000. Tese (Doutorado em História) – UNESP.

PRIORI, A. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate acerca dos seus temas. In: MAZZEO, A. C. e LAGOVA, M. I. (orgs.). *Corações Vermelhos - Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

PRIORI, A. *O protesto do trabalho: histórias das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: EDUEM, 1996.

RÉMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROBLES, O. *A igreja que brotou da mata. Os cinquenta anos da Diocese de Maringá*: Dental Press Editora, 2007.

RODEGHERO, C.S. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003.

RODRIGUES, J. A. II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. *Revista Brasiliense* (29). Maio/Junho. São Paulo: 1960.

SILVA. M. I Congresso dos trabalhadores Rurais do Paraná. *Revista Brasiliense*, nº 33. Janeiro/fevereiro. São Paulo: 1961.

SILVA. O.H. *A Foice e a Cruz. Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa De Bassi, 1996.

VERA, N. O Congresso Camponês em Belo Horizonte. *Revista Brasiliense*, nº 39, janeiro /fevereiro. São Paulo: 1962.

SUTOR, B. Da Justiça Social para a justiça política: Questionamentos para o desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja. In: *Consciência Social: A história de um processo através da Doutrina Social da Igreja*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 1994.

TOURAINÉ, A. *Lês Mouvements sociaux. In Production de la société*. (Coletânea Sociologia). Paris: Seuil, 1973.

THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum - Estudo sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Cia das letras, 1998.

ZANONE, V. Laicismo. In: BOBBIO, N.(Org.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.

